

OS ARQUIVOS DOS ANTROPÓLOGOS

ORGANIZAÇÃO

Sónia Vespeira de Almeida

Rita Ávila Cachado

TÍTULO

Os Arquivos dos Antropólogos

ORGANIZAÇÃO

Sónia Vespeira de Almeida
Rita Ávila Cachado

DESIGN E PAGINAÇÃO

Rosa Quitério

EDIÇÃO

Palavrão, Associação Cultural

DEPÓSITO LEGAL

419762/16

IMPRESSÃO

Gráfica 99

ISBN

978-989-20-7262-3

1.^a Edição

Lisboa, Dezembro 2016

** Alguns autores não adoptam
o acordo ortográfico em vigor*



PALAVRÃO

OS ARQUIVOS DOS ANTROPÓLOGOS

Organização: Sónia Vespeira de Almeida e Rita Ávila Cachado

- 7 **AGRADECIMENTOS**
- 9 **INTRODUÇÃO.** *Os arquivos dos antropólogos.
Recolhas, partilhas e futuros*
Sónia Vespeira de Almeida e Rita Ávila Cachado
- 17 *Vozes intuídas, silêncios recuperados: as etnografias
de um arquivo não etnográfico*
Frederico Delgado Rosa
- 27 *Tempos e vozes de uma pesquisa etnográfica:
reflexões sobre o 'arquivo da laranjinha'*
Graça Índias Cordeiro
- 37 *Micrografias do arquivo: uma nota de rodapé
e um ofício colonial*
Ricardo Roque
- 49 *Da reflexão teórica sobre a dança ao trabalho
de campo e vice-versa*
Maria José Fazenda
- 59 *A fotografia perdida ou a revisitação dos arquivos
etnográficos*
José Mapril
- 67 *Guardado para não ser mostrado ou o que fica
das experiências de trabalho de campo*
Humberto Martins
- 79 *Arquivos etnográficos... com plantas e imagens
de animais*
Amélia Frazão-Moreira

- 89 *Um lugar para o desenho na pesquisa etnográfica –
incursões nos arquivos de uma experiência*
Ana Isabel Afonso
- 101 *De que falam as coisas em trânsito? Registrar a
materialidade quotidiana em contextos migratórios.*
Marta Vilar Rosales
- 109 *As múltiplas vidas dos arquivos de campo
– Tupinambá de Olivença 1997-2014 (Brasil)*
Susana de Matos Viegas
- 121 *Do terreno para o arquivo. Reflectindo sobre
itinerários etnográficos*
Inês Lourenço
- 131 *Do papel ao multimédia: o arquivo como
um caos de bits e bytes*
Sónia Ferreira
- 143 *Diários de campo: modos de fazer, modos de usar*
João Leal
- 155 *A vida não é para arquivar: sobre o que se guarda
e o que se deita fora.*
Filomena Silvano
- 165 *Appenzzell ou a destruição dos arquivos*
Nélia Dias

AGRADECIMENTOS

Em o *Samba da Bênção* (1967), Vinícius de Moraes, comendo palavras como ninguém, escreve “a vida é a arte do encontro”. O fazer antropológico é sempre um fazer colectivo, um fazer “com”. Este livro resulta justamente de vários encontros que denominámos “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos” realizados mensalmente em Lisboa entre 2014 e 2016. O ciclo contou com duas edições correspondendo este livro à primeira, que decorreu entre Outubro de 2014 e Junho de 2015.

O nosso afectuoso agradecimento é dirigido aos nossos colegas que aceitaram o desafio de pensar e debater connosco um território ainda pouco explorado na antropologia portuguesa, bem como à audiência fiel que mês a mês foi contribuindo para uma discussão mais sólida e interpelante.

Aos alunos da licenciatura em antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova, agradecemos as perguntas e a composição das melodias na sala de aula habitadas por terrenos, arquivos e gestos múltiplos.

O ciclo, tal como a publicação que agora lhe dá corpo, integram um projecto mais amplo sobre o gesto de arquivar na antropologia portuguesa contemporânea, isto é, como os antropólogos lidam, usam os materiais recolhidos no terreno. Neste percurso de investigação, contámos com o entusiasmo de Robert Leopold (Smithsonian Institute), Edward Simpson (SOAS – University of London) e Mark Turin (University of British Columbia), que prontamente aceitaram integrar este projecto enquanto consultores.

Sem o apoio e entusiasmo inextinguível da Filomena Silvano e do Philip Cabau este livro certamente não seria o mesmo.

À Palavrão agradecemos o pronto acolhimento deste projecto. À Rosa Quitério o trabalho cuidado, atento e sensível.

Ao Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) o nosso agradecimento pelo apoio a este livro, bem como ao Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) e à Fundação para a Ciência e Tecnologia – Ministério da Ciência e Ensino Superior.

Em diversos momentos, recebemos manifestações de apoio de amigos e colegas. Muito obrigada a todos.

Às nossas famílias agradecemos a paciência e acompanhamento inexcelável. Ao José Gato dirigimos um agradecimento especial pela concepção gráfica dos cartazes dos ciclos “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos”.

Ao pai que “apanhava o anoitecer”...

INTRODUÇÃO

OS ARQUIVOS DOS ANTROPÓLOGOS. RECOLHAS, PARTILHAS E FUTUROS

Sónia Vespeira de Almeida
Rita Ávila Cachado

Em 2001, os esquecidos “Arquivos Minot” inquietaram Françoise Zonabend. No *Laboratoire d’anthropologie sociale* (École des Hautes Études en Sciences Sociales) a antropóloga conversa com Claude Levi-Strauss e Nathan Wachtel sobre o futuro destes arquivos resultantes do trabalho de campo realizado entre 1967 e 1975 com Tina Jolas, Marie-Claude Pingaud e Yvonne Verdier.

Levi-Strauss aconselha-a a livrar-se dos materiais não relevantes, depois de ter confirmado se a antropóloga tinha publicado tudo o que considerava pertinente sobre Minot. Nathan Wachtel manifestou grande surpresa pelo facto de Zonabend ainda conservar os materiais recolhidos há mais de três décadas (Zonabend, 2011).

O que fazer com estes materiais diversos? Como interpelá-los agora? Qual o seu futuro? Que histórias podem, ainda, contar?

“Voltar aos arquivos” foi o repto que lançámos com o ciclo “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos”¹. Denominámos assim um conjunto de debates onde os participantes foram convidados a reflectir sobre as formas como recolhem e arquivam os dados de terreno.

1 O ciclo foi organizado no âmbito institucional do CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia) e do CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia).

O ciclo resultou, assim, da identificação de uma lacuna no contexto antropológico português relativamente ao questionamento sobre como os antropólogos guardam os seus dados, contrariando alguma imaturidade da antropologia no que concerne à sua preservação (Molinié & Mouton, 2008), e possibilidades de partilha.

Nas diversas sessões, muitos dos investigadores referiram que, ao organizarem a sua comunicação, se depararam pela primeira vez com um conjunto de situações e perplexidades: o estado de conservação de alguns materiais; a obsolescência doutros e, por isso, a impossibilidade de os recuperar; e a inquietude perante os materiais com destinos ainda incertos.

As comunicações dos autores participantes, transformadas agora em textos publicados espelham, de formas diversas e cumulativas, os debates antropológicos internacionais sobre esta temática.

Começemos por aqueles que refletiram mais claramente sobre o trabalho de arquivo. Frederico Delgado Rosa, ao abordar o arquivo de Jill Dias² e tendo colaborado na sua organização, responde ao repto de Silverman e Parezo (1995), que sublinharam a relevância da reflexão sobre os usos dos arquivos etnográficos, uma vez que estes são matéria fundamental para a história da ciência em geral e da antropologia em particular. Estes arquivos testemunham as diferentes modalidades de fazer antropologia, o processo de construção do conhecimento antropológico, a elaboração dos métodos e a construção dos textos publicados (Zonabend, 2011).

Doutra forma, o texto de Graça Índias Cordeiro alude às potencialidades de análise de um contexto etnográfico a partir do cruzamento de diversos tipos de arquivo promovidos num determinado terreno: aquele que é produzido pelo etnógrafo através da observação participante e seu registo; um registo fotográfico³, no caso realizado por um fotógrafo que colaborou na

2 Jill Dias faleceu prematuramente em 2008 e deixou um legado organizado pelo CRIA, inicialmente trabalhado por Maria Cardeira da Silva e por Frederico Delgado Rosa. O Fundo Jill Dias pode ser consultado em <http://cria.org.pt/site/biblioteca/fundo-jill-r-dias.html>.

3 A utilização da fotografia e de outros registos visuais foi de resto motivo de reflexão de todos os participantes, evidenciando as suas potencialidades metodológicas.

investigação; e o não menos importante arquivo local (de uma associação), que revela, a partir de um tempo diferente do da observação, possibilidades de interpretação inesperadas. Ainda no campo do arquivo que é etnograficamente pesquisado (Almeida, 2007), o texto de Ricardo Roque revela como a micro-história por vezes se confunde com a ideia de etnografia de arquivo e como pequenos indícios encontrados em arquivos podem indicar e potenciar caminhos analíticos.

De resto, todos os textos aqui reunidos são, também, contributos para retratar um tempo que reflecte várias gerações de antropólogos portugueses. Voltar, reencontrar e redescobrir os materiais que tinham em casa - aos quais alguns chamaram de arquivo, outros manifestaram resistência em nomear ou em atribuir destino certo - foi um trajecto desenhado muitas vezes motivado pela nossa sugestão. Arquivar obriga-nos a arrumar o nosso material que, doutra forma, não faríamos (Caplan, 2010: 17). Às vezes são as etnografias que conduzem os antropólogos a organizar de uma determinada forma. Foi o que aconteceu com Maria José Fazenda, que ordenou os materiais do seu terreno (com uma companhia de dança) e que traz com o seu texto a clarificação desse processo.

Mas há outro contributo internacional que nos serviu de inspiração ao longo do ciclo. É um texto de Robert Leopold (2008) sobre as potencialidades daquilo a que chama “a segunda vida” dos materiais etnográficos. Constitui-se como excelente pista para reflexão, por chamar a atenção para a necessidade de guardar, de seleccionar o que se guarda e de se debater sobre como e o que se partilha. Embora quase todos os convidados tenham reflectido sobre estes diferentes aspectos, alguns colaboraram directamente para essa percepção. José Mapril, por exemplo, reflectiu sobre uma fotografia que sabia ter capturado durante uma etnografia realizada há anos atrás, mas que não encontrava. Buscou nos diários por referências que a identificassem, e nesse sentido acabou por recordar a necessidade de indexar a velha ferramenta a que chamamos diário de campo. Também Humberto Martins aborda justamente a questão da “segunda vida” ao explicar o processo de construção de uma exposição com contributos de antropólogos (fotografia, excertos

de diários de campo, etc)⁴. De facto, a concretização destes momentos que colaboram para retratar um conjunto de investigadores contribui – é o que esperamos também com este volume - para inscrever a antropologia atual.

Notámos que a maior parte dos autores, ao expor os seus terrenos, fê-lo evidenciando os diversos materiais de registo que, por sua vez, conduziram a várias reflexões sobre arquivos etnográficos. Neste campo, são evidentes os contributos de Amélia Frazão-Moreira, Ana Isabel Afonso e Marta Rosales, pois uma parte dos seus materiais etnográficos vai além dos registos mais comuns – escrita, áudio e imagem em diversos suportes. Respetivamente, as fichas de um herbário, o desenho e um conjunto de objetos enriquecem o debate sobre arquivo em vários sentidos. No caso do herbário de Amélia Frazão-Moreira, a identificação de plantas com uso quotidiano *versus* aquelas de que “só” resta a memória da sua utilização conduziu a uma reflexão *in situ* que está muito próxima da análise sobre as fronteiras entre aquilo que são os arquivos dos antropólogos (que dá nome ao livro) e os arquivos etnográficos. Mas já lá vamos. Por sua vez, a utilização do desenho por Ana Isabel Afonso, neste caso feito por um colega na pesquisa sobre contrabando, revelou-se essencial quando outros registos iconográficos eram incomportáveis. Uma actividade nocturna realizada sem legalidade não permitiu registos fotográficos ou em vídeo. A memória sobre o contrabando foi repescada com a colaboração do desenho etnográfico, uma forma de registo pouco utilizada tendo em conta as suas potencialidades, tal como Karina Kushnir (2014) ou Philip Cabau (2016) tão bem o demonstram. Finalmente, a reflexão sobre cultura material contemporânea de Marta Rosales aponta para algo central no debate em curso: “a actividade de arquivo está fortemente ligada à reflexividade antropológica”.

Uma outra dimensão que queremos sublinhar relaciona-se com a ideia de trajectória profissional e perspectivas que dela resultam. Numa primeira experiência etnográfica, o método e as suas exigências mais clássicas manti-

4 Além da exposição organizada no âmbito IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia em 2009, o autor organizou um volume sobre trabalho de campo (Martins, 2016). A mesma associação organizou um estudo intitulado *Perfil do Antropólogo em Portugal*, cujos resultados preliminares foram apresentados no VI Congresso da APA em Junho de 2016, com debate alargado realizado no Museu Nacional de Etnologia em Outubro do mesmo ano.

veram a pressão sobre os investigadores – cumprir diagramas de parentesco, realizar o diário espartanamente, residir sem se afastar da “aldeia”, entre outros. Já a acumulação de experiências diversas parece oferecer maior segurança ontológica aos investigadores que já cumpriram o cânone, conduzindo a etnografias mais descontraídas mas não menos exigentes. Susana Matos Viegas mostra-nos essa passagem e como diferentes posicionamentos no terreno remetem para diferentes formas de retorno aos interlocutores.

Além disso, encontrámos uma constante nas entrelinhas nos diversos contributos, que passa pela ideia de que, apesar de ser evidente que a mudança nas tecnologias ligadas à recolha de dados conduz a diferentes formas de recolha, é também claro que os diferentes terrenos conduzem a diferentes registos. Inês Lourenço realça justamente esse aspecto e, tal como Sónia Ferreira, debate sobre o peso digital no quotidiano do trabalho antropológico: além de inúmeros textos em *word* e *pdf*, como e até que ponto se arquivam conteúdos que também estão disponíveis na internet?

Voltando ao registo escrito, *modus operandi* com poucas alterações ao longo do tempo apesar da sua digitalização, o contributo de João Leal sugere uma subdivisão entre registos escritos, evocando a obra já clássica e também inspiradora do ciclo, *Fieldnotes. The makings of Anthropology* organizado por Roger Sanjek (1990). João Leal distingue entre cadernos de campo, diário de campo e outros registos, termos que são quase conceitos, e que podem servir de guia para os que iniciam a prática etnográfica.

Frequentemente, no decorrer do ciclo, os antropólogos reflectiram, sem resposta unívoca, sobre os conceitos propostos: arquivos etnográficos, antropológicos, quais as fronteiras mais e menos nítidas? Ao fim de alguns debates, e depois de várias leituras, pode ser claro que um arquivo etnográfico remeta para uma coleção organizada que se refira a uma etnografia específica e que o arquivo de um antropólogo retrate a sua trajetória profissional, incluindo arquivos em construção ou apenas colecções de dados etnográficos. Mas as práticas antropológicas encontram caminhos mais complexos. O exemplo mais inquietante é o que nos traz Filomena Silvano. Quando a vida pessoal se cruza com a vida profissional, incluindo no espaço onde se regista, como

o caderno de campo, a fronteira esbate-se. Paradoxalmente, no seu caso, o processo de eleger e deitar fora parece simples. Aparentemente contrariando a ideia de arquivar para poder fazer história, a concretização do arquivo, por exemplo quando depositado nas instituições para as quais se trabalhou, agilizará o trabalho do futuro historiador da antropologia.

Finalmente, a reflexão de Nélia Dias interpela-nos, por um lado, sobre o inquietante gesto de destruição dos arquivos a partir do caso de Marcel Appenzell e da sua prolongada experiência de terreno de entre os Anadamlams. Por outro, destaca a relevância dos arquivos dos antropólogos para o futuro, recolocando-nos na ideia de Leopold (2008) sobre a segunda vida dos materiais etnográficos.

Com este livro procurámos dar a ver a forma como os cientistas sociais, em particular os antropólogos, trabalham. Ao reflectirmos colectivamente sobre os arquivos que construímos, procurámos, também, sistematizar o conhecimento e reflexão crítica sobre uma prática – e a produção de conhecimento daqui resultantes – mapeando os gestos. Acreditamos que a interpelação da etnografia como processo (Sanjek, 1996), e em particular as formas de registo e de arquivo dos documentos produzidos pelo antropólogo num tempo longo, são particularmente relevantes para a constituição do património disciplinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sónia Vespeira de (2007), “Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA: uma etnografia retrospectiva”, *Arquivos da Memória*, 2 (nova série), CEEP: 47-65.

URL: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/etn/v11n1/v11n1a07.pdf>

CAPLAN, Pat (2010), “Something for posterity or hostage to fortune? Archiving ethnographic field material”, *Anthropology Today*, 26, 4: 13-17.

CABAU, Philip (2016), “Crús e Descosidos. Reflexões em torno do desenho da antropologia” in *Cadernos de Arte e Antropologia* (Antropologia e Desenho), Núcleo de Antropologia Visual da Universidade da Baía, vol. 5, n.º 2: 21-36.

KUSHNIR, Karina (2014), “Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, 3 (2): 23-46.

MARTINS, Humberto; MENDES, Paulo (org.) (2016), *Trabalho de Campo. Envolvimento e Experiências em Antropologia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

MOLINIÉ, Antoinette; MOUTON, Marie-Dominique (2008), “L’ethnologue aux prises avec les archives – Introduction”, *Ateliers du LESC* [En ligne], 32.

URL: <http://ateliers.revues.org/1093>

LEOPOLD, Robert (2008), “The second life of ethnographic fieldnotes”, *Ateliers du LESC* [En ligne], 32, mis en ligne le 04 août 2008, consulté le 02 février 2014.

URL: <http://ateliers.revues.org/3132>; DOI: 10.4000/ateliers.313

SANJEK, Roger (ed.), (1990), *Fieldnotes. The makings of Anthropology*, Ithaca and London, Cornell University Press.

SANJEK, Roger (1996), “Ethnography” in A. Bernard, J. Spencer (eds.), *Encyclopedia of social and cultural anthropology*, London, New York, Routledge: 295-302.

SILVERMAN, Sydel (1995), “Introduction” in Sydel Silverman, Nancy Parezo (ed.), *Preserving the Anthropological Record*, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research.

URL: www.copar.org/par/

SILVERMAN, Sydel; PAREZO, Nancy, J. (1995), *Preserving the Anthropological Record*, Wenner-Gren, Foundation for Anthropological Research. <http://copar.org/par/>

ZONABEND, Françoise (2011), “Retour sur archives ou comment Minot s’est écrit”, *L’Homme*, 2011/4 (n. 200): 113-140.

URL: <http://www.cairn.info/revue-l-homme-2011-4-page-113.htm>

NOTAS BIOGRÁFICAS

Sónia Vespeira de Almeida

Professora Auxiliar Convidada no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA). É investigadora integrada no CRIA. É doutorada em Antropologia no ISCTE-IUL, 2008. Obteve a menção honrosa do *Prémio Victor de Sá de História Contemporânea*. Co-coordena o grupo de investigação “Práticas e Políticas da Cultura” e o Núcleo de Antropologia Visual e da Arte (CRIA). Actualmente é Directora-adjunta do Conselho de Redacção da revista *Análise Social* (Instituto de Ciências Sociais) e Membro da Comissão Editorial da revista *Cadernos de Arte e Antropologia* (NVBA – Brasil). Publicou, entre outras publicações nacionais e internacionais, *Campanhas de Dinamização Cultural e Acção Cívica do MFA (1974-1975)* (2009).

Rita Ávila Cachado

Antropóloga, é Professora Convidada no ISCTE a tempo reduzido. É investigadora no CIES-IUL (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia). Doutorada em Antropologia Urbana pelo ISCTE-IUL (2008). Autora do livro *Uma Etnografia na Cidade Alargada. Processo de Realojamento dos Hindus da Quinta da Vitória* (2012), entre outras publicações nacionais e internacionais. Coorganizou a *First* e a *Second International Conference of Young Urban Researchers*. Usufriui atualmente de uma bolsa de pós-doutoramento da FCT, com projeto sobre a História da Etnografia Urbana em Portugal.

**VOZES INTUÍDAS,
SILÊNCIOS RECUPERADOS:
AS ETNOGRAFIAS DE UM
ARQUIVO NÃO ETNOGRÁFICO**

Frederico Delgado Rosa

A INCLUSÃO DO ARQUIVO DE JILL DIAS (1944-2008) na presente obra seria quase desconcertante, se não fosse desafiante. Não se trata do arquivo etnográfico de uma antropóloga que tenha realizado trabalho de campo e produzido o correspondente amontoado de apontamentos, inclusive os mais avulsos. No Fundo Documental Jill Rosemary Dias¹, não encontramos testemunhos recolhidos pela própria, nem uma só frase de qualquer conversa importante havida no terreno e anotada no único pedaço de papel disponível na hora errada. A razão é muito simples: trata-se do legado pessoal de uma historiadora – uma historiadora de África que, tendo embora estabelecido diálogos muito significativos com a Antropologia, tinha no arquivo, em sentido intelectual e físico, o seu verdadeiro terreno de eleição, em detrimento até do levantamento de memórias orais a que outros colegas de profissão podiam lançar mão. Era quase proverbial o seu à-vontade em arquivos históricos (como o Arquivo Nacional Ultramarino) reputados pela idiosincrasia dos acessos à documentação. De entre os vários testemunhos que proporcionou o colóquio internacional realizado em sua homenagem em fevereiro de 2010, o de Jeanne Marie Penvenne permite-nos imaginá-la *no terreno*, «radiosa, com a sua tez bem inglesa e uma confiança contrabalançada pela modéstia, os olhos azuis cintilantes de humor, quase travessura, de inteligência e de simpatia». Jill Dias «sabia efetivamente, ao contrário de nós todos naquele dia, o que estava ali a fazer e como abordar os funcionários de forma a que não a tratassem como um inseto.» (Penvenne 2013: 21)

No arquivo de Jill Dias, deparamo-nos com um leque variadíssimo de suportes. Escolhemos para mote um dos mais robustos materialmente falando, mas também no plano do conteúdo que encerra. Trata-se de um enorme e pesado ficheiro metálico que deveria ocupar em sua casa um lugar fixo e estratégico, pois não é fácil de transportar. Ao abriremos uma das duas gavetas, encontramos uma imensidão de fichas manuscritas pelo seu punho, ora em Inglês, ora em Português, ora num misto das duas línguas. Cada ficha

1 O arquivo foi doado pela família à FCSH/Nova, que delegou no CRIA a sua gestão.

corresponde a um indivíduo do universo luso-africano de Angola, entre o século XVI e finais de Oitocentos. Não foram contadas uma a uma, mas estão avaliadas em cerca de 4000 no inventário existente. (Silva *et al.* 2011: 63) Eis um exemplo ao acaso:

«José Lourenço Marques (B.O. 54 19 Sept. 1846). *Auth. to have letters in Luanda alfândega. A lavrador in district of Dande c. 1846: see letter from g. general sending him plants of cinnamon and cocoa because is counted among the most active and intelligent farmers of Dande region March 18th.* (BO 55 supplement, 30 Sept. 1846).»²

As fichas do mesmo apelido encontram-se acopladas por um *clip*, acumulando-se dessa forma os dados sobre pessoas eventualmente relacionadas por laços familiares, quer contemporâneas, quer de gerações afastadas. São inúmeras as fontes originais para que remetem e também muito diversos os excertos transcritos. Estamos perante algo mais do que o trabalho de sapa de um historiador: Jill Dias almejava de facto uma reconstituição em filigrana, quase pessoa a pessoa, duma sociedade a que chamava de “crioula”, feita de fronteiras fluídas a todos os níveis, de trânsitos económicos e culturais entre as oligarquias do litoral e os potentados para lá do «*hinterland*» (outra expressão a que dava muito uso). Se Malyn Newitt evocou, na sua comunicação em 2010, «a História de Angola que Jill Dias nunca escreveu», gostaríamos pela nossa parte de introduzir uma nuance, chamando-lhe antes a História de Angola que Jill Dias deixou em manuscrito póstumo, decerto incompleto, mas suscetível ainda de publicação devidamente enquadrada por um estudo que a relacione com outras peças-chave do seu fundo documental³. Parece-nos indubitável que o manuscrito intitulado «Creole Society. Government and Politics in Angola from the Sixteenth to the Twentieth Century» corresponde ao projeto em causa.⁴ A própria Jill Dias chama ao seu trabalho «uma análise detalhada da sociedade colonial angolana»⁵; uma análise da qual fazem parte intrínseca certos elementos intermédios entre o ficheiro e o manuscrito, como é o caso de uma pasta com histórias

2 PT/FCSH-UNL/JRD/B-MAN/CX Bo63.

3 O trabalho em causa é suscetível de uma tese de doutoramento.

4 Ver PT/FCSH-UNL/JRD/B-MAN/CX Bo29 e PT/FCSH-UNL/JRD/B-MAN/CX Bo45/Poo3.

5 «Sociedade Crioula – Introdução», PT/FCSH-UNL/JRD/B-MAN/CX Bo45/Poo3.

de famílias mestiças da «velha aristocracia luso-africana», devidamente permeadas de citações e abundantes referências arquivísticas.⁶ Sobre um dos artigos de Jill Dias, «Famine and Disease in the History of Angola (c. 1830-1930)», Cristiana Bastos confessou no aludido colóquio internacional a sua «perplexidade perante o que não se fez, ou ainda não se fez, na sequência de tantas propostas ali abertas». (Bastos 2013: 224) O mesmo podemos dizer das potencialidades oferecidas pelo arquivo de Jill Dias, quer do ponto de vista do livro inacabado, quer do ponto de vista do nosso dever intelectual, enquanto antropólogos, de lançarmos um olhar atento sobre as complexas relações entre historiografia e etnografia no seu sentido mais lato.

Recorremos ao argumento de Arjun Appadurai segundo o qual todas as discussões sobre o passado histórico são «culturalmente organizadas», mas propomos desviá-lo para os limites da configuração, eventualmente sistémica, que formam as nossas próprias divergências de cientistas humanos a esse respeito (1901: 202).⁷ Se o admitirmos em hipótese, poderemos considerar que os métodos e as convicções inequivocamente empiristas de Jill Dias, enquanto historiadora, permitem matizar a crítica pós-colonial da Antropologia, e nomeadamente da etnografia, contribuindo para o trabalho reconstrutivo em curso na nossa disciplina (V. Rosa 2013). Em certo sentido, a sua relação com o passado era etnográfica, utilizando os documentos não apenas como formas coevas de relato e narração, mas também como vestígios efetivos de contactos e experiências interpessoais. Na História, e em particular na História de África, aquilo a que Jan Vansina chama «o poder da dúvida sistemática» (1974: 124) poderia eventualmente conduzir a uma mera relativização interpretativa, quando não a uma desistência de metas positivas. Mas se o próprio enfatiza a intuição do historiador, sem deixar de a comparar jocosamente às conjecturas impressionistas de um agente policial,

6 PT/FCSH-UNL/JRD/B-MAN/CX Bo50/P002.

7 Para refletirmos sobre as fontes coligidas, selecionadas, reproduzidas e trabalhadas por Jill Dias, que formam uma parte substancial do seu arquivo de arquivos, lançamos mão a uma outra secção do fundo documental: a das fontes impressas, com destaque para os artigos científicos que sistemática e criteriosamente fotocopiava em Londres nos períodos de interrupção da atividade letiva, até à sua morte prematura, os quais formam por si só, ou em complemento das monografias, uma verdadeira «biblioteca pós-imperial» (Pélissier 1995). De modo intencional, todas as referências aqui citadas (com exceção das surgidas no âmbito do referido colóquio), são textos que a própria Jill Dias leu, valorizou e integrou no seu arquivo.

é no fundo para contrariar uma tal deriva. A dúvida pode ser sistemática, mas por natureza nunca é estática – a sua mira é o «conhecimento» (Vansina 1974: 124).

Jill Dias partilhava desta perspetiva e podemos sem grande risco atribuir-lhe a noção de que os escrupulos dos antropólogos pós-coloniais a respeito de etnografias modernas altamente profissionais e cronologicamente muito próximas do tempo que almejavam restituir podiam soar hiperbólicos, ou mesmo ridículos, no confronto com os materiais dos historiadores (nomeadamente de África), tão mais *deficientes* a todos os níveis e amiúde relativos a períodos muito mais afastados. Jill Dias manuseava os documentos de ambos os arquivos – o colonial e o da História da Antropologia – com o aparato crítico da sua formação oxoniana, enquanto indícios por decifrar de realidades desaparecidas. E ainda que o arquivo colonial lhe inspirasse maiores cuidados que o das etnografias modernas, também não deixava de o valorizar em termos de conteúdo:

«Esta documentação, embora fornecendo um olhar parcial, até tendencioso, das coisas, revela muitas vezes nas entrelinhas, as múltiplas dimensões e nuances não só das relações internas entre membros dos diferentes grupos culturais e políticos habitando o território colonial no século XIX, como da natureza complexa dos laços ligando estes com os diferentes povos africanos, politicamente autónomos, à sua volta.» (Dias 1990: 16)

Jill Dias tinha por isso uma visão solidária da comunidade de africanistas, segundo a qual as pesquisas individuais deveriam ser projetadas em função das lacunas no conhecimento e da documentação disponível para o preenchimento das mesmas. Em particular, os fundos do Arquivo Histórico Nacional, em Luanda, em articulação com os do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, continham «informações preciosas e únicas para a reconstrução da experiência de muitas sociedades angolanas abrangidas pela administração colonial (...)». (Dias 1997: 14) Jill Dias revelava assim uma espécie de sensibilidade etnográfica sem terreno, ultrapassando os formalismos da documentação oficial, vendo mais além do que os estereótipos de contexto cultural e social, nunca desistindo de restituir vozes que não foram escritas, ou inclusive de ouvir silêncios devidos a lógicas de poder. A

literatura da sua História de Angola incluía, de resto, documentação produzida por agentes africanos como sejam os ambaquistas lusófonos ao serviço de cortes independentes de Portugal. De uma forma ou de outra, Jill Dias visualizava todos os produtores para lá das instituições que representassem. Eram, para si, pessoas de carne e osso; se não etnógrafos em sentido literal, pelo menos testemunhas e participantes dos seus próprios mundos, tendo deixado uma palavra escrita sobre muitas outras pessoas de carne e osso. Era seu dever imaginá-las. E se, no dizer de Vansina, o etnógrafo depende mais da arte do que da técnica, querendo com isso salientar o peso da personalidade nos resultados alcançados (1967), as *etnografias* do arquivo de Jill Dias constituem no fim de contas uma caixa de surpresas. É que não é possível, para nenhuma das épocas históricas a que se dedicou, proceder a generalizações sobre as fontes, nomeadamente no que pudessem ter de empírico, até mesmo de vernacular, ou potencialmente utilizável sob esse prisma. Regressemos ao ficheiro metálico, para um último exemplo avulso:

«Cardonega I, p. 210, *mentions* Gaspar Borges Madureira: “conquistador antigo e cidadã pessoa de merecimentos, que havia ocupado postos maiores nas guerras... de cabedal e gente.” *Chosen as* aviado *to go to Matamba to negotiate with Dona Ana* c. 1639 – *went with* ‘grande aparato’, *lost two of his horses, also some white men to help him* “e muita sua Escravaria de que era abundozo”. (p. 211)»⁸

É expectável, mesmo compreensível, que a maior parte dos antropólogos portugueses da contemporaneidade desconheçam a *História Geral das Guerras Angolanas* (1681⁹) de António de Oliveira de Cadornega (c. 1610-c. 1690). O certo é que a mesma é suscetível de nos *atormentar* com dimensões imprevistas, porque diacronicamente profundas, da organização cultural das discussões ocidentais sobre o passado, para retomarmos Appadurai. Num artigo cuja separata ofereceu a Jill Dias «*with kind regards*»¹⁰, a sua colega historiadora de Angola, Beatrix Heintze, não hesita em enfatizar as preocupações de credibilidade desse juiz etnógrafo radicado na Luanda seiscentista, as dúvidas que partilhava com os leitores a respeito de certas fontes, os cuidados com que transcrevia «correspondência interna africana»,

8 PT/FCSH-UNL/JRD/B-MAN/CX B063.

9 Trata-se da data do manuscrito. A obra só veio a ser publicada no século XX.

10 PT/FCSH-UNL/JRD/C-FONT/CXC093.

entre outras manifestações de uma verdadeira «ânsia de saber» que o levava a consultar, «de maneira rigorosa e sistemática, todo aquele que desejasse prestar-lhe informações sobre a História e as condições do país» (Heintze 1995-1996: 80). Sem pejo de enaltecer os méritos de Cadornega em matéria de descrição de costumes locais, Heintze chama ainda a atenção para a galeria de personagens a que a sua obra permite aceder:

«Dado que eram africanos não só o inimigo principal mas também os aliados vitais dos portugueses, eles situam-se necessariamente no ponto central do interesse. E porque Cadornega apresenta pelos nomes todos os atores que de algum modo vão surgindo, muitas vezes com uma caracterização complementar do ponto de vista pessoal, geográfico e histórico ou outro, surge um panorama detalhado da província e dos seus habitantes, que, com base nas outras fontes, não seria possível reconstruir de forma aproximada.» (Heintze 1995-1996: 82)

Não é pois de estranhar que, nos ficheiros de Jill Dias, Cadornega seja uma referência recorrente. É que, no fundo, este Cavazzi português junta-se aos milhares de outros *informantes* de Jill Dias, colaboradores de outros séculos, num diálogo que transcende os conteúdos explícitos e cujas virtualidades epistemológicas nunca estão fechadas. A própria Jill Dias, através do legado que representam o seu arquivo e a sua obra, constitui o elo de uma cadeia intelectual e histórica cujas recuperações, revisitações e acrescentos são imprevisíveis, inclusive através de novas interrogações. As vozes das velhas narrativas podem ser intuídas e os silêncios recuperados, mas essa sabedoria, que Jill Dias teve, é construída em modo de caleidoscópio, num arquivo cujo movimento giratório é a dúvida sistemática sobre a própria finitude da documentação. Por momentos, abre-se «uma janela sobre um mundo desaparecido» (Dias 1997: 1). E se todas as etnografias estão condenadas a tornar-se documentos históricos – pois *o que foi dito ontem é História e o que foi dito há um minuto também é História* – forçoso é refletirmos sobre os materiais laboriosamente coligidos por Jill Dias. Podemos neles vislumbrar, hoje, muito do futuro das nossas próprias etnografias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun (1981), «The Past as a Scarce Resource». *Man*, 16: 201-219.

BASTOS, Cristiana (2013), «Tesouros escondidos num pequeno artigo: “Famine and Disease in the History of Angola (c. 1830-1930)”», de Jill R. Dias» in M. Cardeira da Silva, Clara Saraiva (coord.), *As Lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*, CRIA, FCSH/NOVA, FCT, Fundação Calouste Gulbenkian: 222-228.

DIAS, Jill (1990), «Relações económicas e de poder no interior de Luanda, ca. 1850-1875» in *Actas da 1ª Reunião da História de África*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical: 241-258.

DIAS, Jill (1997), «O *Kabuku Kambilu* (c. 1850-1900): uma identidade política ambígua» in *Actas do seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: 13-55.

HEINTZE, Beatrix (1995-1996), «António de Oliveira de Cadornega e a sua “História Geral das Guerras Angolanas”, Um Historiador e etnógrafo do séc. XVII, natural de Vila Viçosa», *Callipole*, 3-4: 75-86.

NEWITT, Malyn, (2013) «The History of Angola that Jill Dias never Wrote» in M. Cardeira da Silva, Clara Saraiva (coord.), *As Lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*, CRIA, FCSH/NOVA, FCT, Fundação Calouste Gulbenkian: 29-34.

PÉLISSIER, René (1995), «Elementos para uma biblioteca pós-imperial». *Análise Social*, XXX (131-132): 579-587.

PENVENNE, Jeanne Marie (2013), «Learning from Jill Dias: Press, Photographs and People» in M. Cardeira da Silva, Clara Saraiva (coord.), *As Lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*, CRIA, FCSH/NOVA, FCT, Fundação Calouste Gulbenkian: 21-27.

ROSA, Frederico Delgado (2013), «Jill Dias e a vertigem pré-colonial da antropologia histórica» in M. Cardeira da Silva, Clara Saraiva (coord.), *As Lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*, CRIA, FCSH/NOVA, FCT, Fundação Calouste Gulbenkian: 83-94.

SILVA, Maria Cardeira, Frederico Delgado Rosa, José Julião (2011), *Cadernos de Jill Dias. Inventário de um arquivo*, Lisboa: CRIA, FCSH/NOVA, FCT, Fundação Calouste Gulbenkian.

VANSINA, Jan (1967), «History in the Field» in D.G. Jongmans e P.C.W. Gutkind (eds.), *Anthropologists in the Field*. Assen: Royal Van Gorcum: 102-115.

VANSINA, Jan (1974), «The Power of Systematic Doubt in Historical Enquiry». *History in Africa*, 1: 109-127.

ARQUIVO CONSULTADO

Fundo Documental Jill Rosemary Dias – CRIA-FCSH/NOVA

NOTA BIOGRÁFICA

Frederico Delgado Rosa

Historiador da Antropologia, é Professor Auxiliar no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA), investigador integrado no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (UNL) e do LAHIC/IIAC (CNRS). É doutorado pela Universidade de Paris X - Nanterre. Autor, entre outras obras, de *L'Âge d'or du totémisme. Histoire d'un débat anthropologique* (1887-1929) (Éditions du CNRS, 2003), dedica-se atualmente ao estudo de etnografias amadoras do período 1870-1922. Integrou o projeto FCT de inventariação do Fundo Documental Jill Rosemary Dias.

**TEMPOS E VOZES DE UMA PESQUISA
ETNOGRÁFICA: REFLEXÕES SOBRE
O 'ARQUIVO DA LARANJINHA'**

Graça Índias Cordeiro



Jogando a Laranjinha
no Pátio Alfacinha, 1986.
Autoria: Luís Pavão

O CONVITE DA RITA E DA SÓNIA PARA PARTICIPAR no original ciclo de ‘conversas’ sobre arquivos etnográficos por elas organizado fez-me sentir, de imediato, o melhor do ‘espírito’ etnográfico caracterizado pela *empatia e proximidade, o envolvimento pessoal, o abandono do tradicional controlo científico, a habilidade para o improvisado em situações inesperadas* que não foram criadas pelo investigador e uma *capacidade em aprender a partir de uma longa série de enganos e erros* – para usar as palavras de Michael Agar (1986: p.12). Na sessão que acolheu o nosso contributo, meu e da minha colega e amiga de longa data Ana Isabel Afonso¹, senti que tinha espaço para refletir sobre o meu próprio percurso de investigação, todo ele construído num diálogo entre a pesquisa etnográfica e a pesquisa de arquivo.

Nessa conversa num dos auditórios do ISCTE-IUL organizei a minha reflexão em torno de três pesquisas que, em momentos e lugares diferentes, tentaram conciliar a observação do presente com a observação do passado: a prática de um jogo popular; a construção da identidade de um bairro ‘típico’ em Lisboa; e a emergência e afirmação de um *label* étnico-linguístico em Boston. Com a realização desse momento único de ‘conversa informal’ e a pretexto dos diferentes suportes materiais de registo e de classificação destes meus arquivos ‘etnográfico-históricos’, desde o papel e o computador, até à *wide world web*, iniciei uma reflexão, agora reelaborada neste capítulo. Contudo, e apesar dessa reflexão inicial ter abrangido três pesquisas diferentes, neste texto apenas tratarei de um dos casos referidos, o ‘arquivo da laranjinha’, por ser o caso que, em um texto com esta dimensão, melhor consegue ilustrar algumas das questões que a sua revisitação levanta, nomeadamente no que se refere às múltiplas temporalidades e olhares que nele convergem.

* * *

1 Com quem, aliás, partilhei a minha primeira experiência de investigação etnográfica em Castelo de Vide, no âmbito da monografia final da licenciatura em Antropologia. Ver *Dossier Malpiqueiros*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, policopiado, 1982.

A pesquisa sobre o jogo da laranjinha durou cerca de ano e meio, entre 1986 e 1987, e veio a público sob a forma de uma tese de mestrado (Cordeiro, 1988). O interesse em aprofundar o conhecimento sobre as sociabilidades urbanas de lazer, ou de ‘tempo livre’, na cidade de Lisboa, levou, inicialmente, à focalização em várias atividades lúdicas populares no bairro de Campo de Ourique. O jogo da laranjinha, descoberto por acaso numa coletividade deste bairro, acabou por se impor como objeto, tanto pelas suas características peculiares como por ser um jogo praticamente desconhecido e, ao que parecia, em vias de extinção. A *laranjinha* é um jogo de pontaria, popular e antigo, exclusivamente masculino que, nessa época, e no rescaldo de um campeonato organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 1985, animava alguns poucos recintos especialmente preparados para o efeito dentro de meia dúzia de associações ‘de cultura e recreio’ espalhadas por bairros de tradição industrial e operária da cidade de Lisboa. Como dizia um dos seus jogadores: *é um estilo de bilhar não sofisticado, um bilhar para outra gente...*

A percepção do desaparecimento anunciado de uma prática lúdica nostalgicamente recordada pelos seus jogadores mais idosos, levou-me, desde logo, a dar prioridade à sua história, fundamentalmente baseada em testemunhos orais, dada a escassez de fontes históricas e bibliográficas sobre a prática deste jogo na cidade de Lisboa. A par deste trabalho de campo mais ou menos itinerante, entre os vários locais de jogo em que eu tentava, não apenas compreender a prática deste jogo no presente, como também resgatar a sua memória através de entrevistas focalizadas sobre o seu passado, procurei outro tipo de fontes, o que me conduziu aos arquivos do Grémio de Instrução Liberal de Campo de Ourique (GILCO), coletividade onde o terreno foi mais intenso. No meio de muita papelada acumulada numa pequena divisão escura, acabei por descobrir uma fonte particularmente interessante para a história e a compreensão desta prática lúdica no contexto de espaços associativos populares lisboetas: cinco livros de atas das reuniões semanais da direção, entre 1942 e 1972², com narrativas sobre o quotidiano desta associação, incluindo o ‘jogo da laranjinha’.

2 As datas abrangidas pelos cinco livros de atas foram as seguintes: 1942/1949; 1949/1957; 1957/1964; 1964/1968; 1979/1980

Durante o mês de junho de 1987 desloquei-me diariamente à sede desta coletividade para copiar estas atas – uma vez que estes livros, por regra, não podiam sair das suas instalações e, conseqüentemente, não podiam ser fotocopiados. Facto este que não revelava qualquer sinal de desconfiança, bem pelo contrário, uma vez que diariamente me era confiada a chave destas instalações onde permanecia horas a fio sozinha nesta atividade de copista... Os excertos destas atas, cronologicamente registados em 74 folhas manuscritas frente e verso, numeradas e anotadas, são uma espécie de ‘diário semanal’ sobre um quotidiano passado desta coletividade, entre Julho de 1942 e Março de 1968, quotidiano este com relações de continuidade evidentes com os breves meses do ‘presente etnográfico’ que, simultaneamente, eu ia registando no meu diário de campo, sobre as minhas visitas aos espaços de jogo desta e de outras coletividades. A análise, também ela manuscrita, destes excertos, por vezes longos, dos livros das atas da direção do GILCO, foi uma das bases mais sólidas para a análise desta prática lúdica no interior desta associação. Na realidade, a narrativa semanal do quotidiano desta vida associativa, registada ao longo de vários anos, ajudou-me, não apenas a contextualizar social e simbolicamente este jogo, como também a melhor conhecer o seu quotidiano, descobrindo pistas de investigação futura – o que resultou num capítulo da tese, posteriormente publicado nas atas de um colóquio sobre etnografias portuguesas (Cordeiro, 1991:204):

Estes registos revelaram ser uma fonte de grande interesse pela minúcia das descrições do quotidiano da associação, pelo cuidado, quase obsessivo, de tudo registar, pelo próprio facto do registo escrito, em si. O ciclo anual festivo, as modificações do espaço, o financiamento, as relações com o exterior, a explicitação dos valores éticos, os meandros da organização formalizada, as atividades quotidianas de jogo e convívio; são apenas alguns dos temas que, através destas atas, podem ser avaliados. Estas atas (...) constituem materiais ainda descontextualizados em relação a quem os produziu, à época histórica em que surgiram (para além da «pequena história» associativa), à própria situação da sociedade estudada na história das associações existentes em Lisboa e na história da própria capital. Por isso, este retrato impressionista do microcosmos associativo do G.I.L.C.O. apenas pretende ser uma primeira aproximação ao mundo das sociabilidades de Lisboa ainda tão pouco «olhadas» pelas ciências sociais.

Para além deste meu duplo registo de campo e de arquivo, a laranjinha foi também escrutinada através das objetivas do fotógrafo Luís Pavão, ao longo deste mesmo período. Para além de a sua companhia ter facilitado o acesso ao terreno, fomentando a criação de relações de empatia com os jogadores³, de ter levado à organização de uma exposição inaugurada no GILCO a 18 de outubro de 1986 (Cordeiro, 1986; Pavão, 1989: 5) que despoletou relatos de memória com a consequente atribuição de múltiplas e, por vezes, inesperadas significações sobre o jogo, a realização destas fotografias constituiu, sobretudo, uma das mais completas e sistemáticas formas de registo, através da qual se processou parte da aprendizagem do significado deste jogo em contexto. Não é possível, por isso, separar o olhar e a presença do fotógrafo do meu próprio olhar etnográfico que, por via desta colaboração, se focalizou nalguns aspetos que de outra forma não teriam sido valorizados.

* * *

Etnografia, arquivo, fotografia constituem, pois, os ingredientes deste ‘arquivo da laranjinha’, que materialmente é composto por três tipos de registos produzidos no contexto de um trabalho de campo etnográfico desenvolvido ao longo de um mesmo período:

- a) Um ‘mais etnográfico’, resultante de todo um conjunto de registos obtidos a partir da minha ‘observação participante’ entre a permanência no GILCO e a circulação por outros locais ao longo de alguns meses, composto por uma centena de folhas A4 de diário de campo, desenhos, notas de campo dispersas, listas de antigos locais onde se jogava, dezenas de fichas de ‘jogadores da laranjinha’, cassetes áudio e respetivas transcrições;
- b) Outro ‘mais histórico’, que decorre da consulta e cópia de documentos escritos, como seja o ‘ficheiro de sócios’ da coletividade, integralmente copiado à mão sobre um modelo de ficha, ou a cópia manuscrita, quase integral, dos livros de atas das reuniões de

3 Luís Pavão tinha por hábito oferecer fotografias às pessoas fotografadas, como retribuição pela generosidade com que aceitavam a nossa intrusão nos espaços da ‘laranjinha’.

direção, já referida, para além de alguns recortes de jornais antigos e folhetos;

- c) Finalmente, o ‘arquivo fotográfico’, porventura o mais importante de todos, composto pela notável coleção de centenas de fotografias de Luís Pavão⁴, cuja realização acompanhou, grosso modo, o período do meu próprio trabalho de campo para fins académicos.

Apesar de estes três arquivos não estarem fisicamente juntos, apesar de resultarem de perspetivas diferentes sobre uma mesma prática lúdica e apesar de terem sido produzidos por distintos ‘autores’, podem ser considerados partes integrantes de um mesmo conjunto arquivístico. Para lá da multiplicidade de olhares que nele convergem, as temporalidades múltiplas que dele fazem parte merecem alguma atenção.

Efetivamente, este arquivo condensa vários tempos históricos: um presente etnográfico que se reporta ao presente de uma pesquisa de terreno e uma coleção de fotografias, ambos com cerca de 30 anos de idade, no decurso da qual foram incorporados fragmentos de arquivos que se reportavam a um passado próximo desse presente etnográfico. Pode dizer-se que estamos perante um arquivo dentro de um arquivo, produzido a partir de vozes, olhares e objetivações diferentes.

A separação entre conhecimento histórico e etnografia é, na verdade, arbitrária, uma vez que todas estas recolhas, a partir de fontes escritas e orais, acompanharam o tempo ‘presente’ do trabalho de campo e ambas participaram de uma contextualização social, cultural e simbólica da sua produção histórica. Por essa razão, o único critério de separação possível entre ambos os tipos de registo – etnográfico ou histórico – foi o critério de *oralidade*

4 Noção de coleção na aceção dada pelo próprio autor: “Não é qualquer agrupamento ou conjunto de fotografias que se pode considerar uma coleção de fotografias. À noção de coleção preside um intuito, que lhe confere uma unidade, um significado próprio, difícil de encontrar num aglomerado de fotografias. Cada elemento que a integra faz parte de um todo, ganha sentido individual e coletivo precisamente através do conjunto. Uma coleção tem assim mais valor e detém mais informação do que a soma de cada uma das partes individualmente. É a esta noção de um *todo orgânico* que podemos chamar coleção.” In http://www.lupa.com.pt/site/index2.php?tem=200&cont_=40, acedido em 10.04.2016

vs escrita, mais do que com o critério do presente/passado, uma vez que a dimensão histórica está sempre presente, sob várias formas, tanto ao nível das narrativas individuais como institucionais.

Neste sentido, pensar hoje o ‘arquivo da laranjinha’, sabendo que a sua organização em torno de uma prática lúdica em vias de extinção pertence ao passado, leva-nos a relativizar ainda mais a tensão clássica entre antropologia e história, assumindo, desde logo, “o caráter artificial, polifônico e contingente das informações contidas nos arquivos, bem como as modalidades de uso e leituras” que suscitam (Cunha, 2004: 292). O parentesco entre história e antropologia é mais do que óbvio, através do uso de um mesmo tipo de ‘técnicas de objetivação’ (Weber, 2009: 49). Ao produzir os seus próprios arquivos o etnógrafo deve colocar a tónica na objetivação de si enquanto ‘testemunha’, ‘analista’ e ‘intérprete’, esclarecendo sobre as suas próprias categorias de perceção, de modo a que as observações produzidas no presente etnográfico possam mais tarde ser usadas como fontes de conhecimento histórico-etnográfico.

O que aqui é designado como ‘arquivo etnográfico da laranjinha’ é, pois, suscetível de revisitações analíticas e interpretativas que podem, inclusivamente, dar azo a novas pesquisas sobre a prática deste jogo na atualidade. Não esquecendo, obrigatoriamente, a contextualização fina de cada uma das suas fontes, tanto ao nível das características próprias de cada uma delas – etnográfica, arquivística, fotográfica – como também das suas diferentes condições de produção. Deste modo, trata-se de um arquivo ‘compósito’ que pode vir a ser útil para o aprofundamento do conhecimento sobre esta ou outras práticas de sociabilidade urbanas.

Pode, pois, afirmar-se que história e etnografia andam de mãos dadas nos vários momentos do processo de construção do conhecimento desta prática lúdica: na fase de recolha etnográfica e histórica, através de registos diferentes embora comparáveis; na organização e sistematização destes registos de forma a desenvolver o seu potencial heurístico; e, finalmente, na constituição do próprio arquivo etnográfico-histórico composto por uma diversidade de fontes que vivem da relação entre múltiplas temporalidades (Cunha, ob. Cit.: 292) e

narrativas diferentes, multicentradas, que ajudam à compreensão da complexidade urbana feita desta diversidade de experiências. “...É preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas, sujeitas a leitura e novas interpretações” (Cunha, *idem*, citando Foucault). O que o ‘arquivo da laranjinha’ revela é, afinal, esta mistura de tempos e de vozes que constituem o processo etnográfico, fazendo dele um exercício historicamente condicionado e coletivamente partilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAR, Michael (1986), *Speaking of Ethnography*, Beverly Hills, London, New Delhi: SAGE.

CORDEIRO, Graça Índias (1986), “O renascer da Laranjinha” *Semanário Expresso*, 18 Outubro: 51-53R.

CORDEIRO, Graça Índias (1988), “Laranjinha, Lazer, Solidariedade. Um ensaio de Antropologia Urbana” Tese de Mestrado em Antropologia Social e Cultural e Sociologia da Cultura, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, policopiado.

CORDEIRO, Graça Índias (1989), “Jogo, sociabilidade, cultura: o jogo da *laranjinha* em Lisboa” in F. Oliveira Baptista, M. L. Braga, J. Pais de Brito e B. Enes Pereira (coord.) *Estudos em Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Centro de Estudos de Etnologia/INIC: 281-303.

CORDEIRO, Graça Índias (1991), “Espaço associativo urbano: bases éticas para práticas lúdicas” in Joaquim Pais de Brito e Brian Juan O’Neill (eds.) *Lugares de aqui: actas do seminário terrenos portugueses*, Lisboa: Dom Quixote: 201-221.

CUNHA, Olívia Maria Gomes (2004), “Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo” *MANA* 10 (2): 287-322.

LUPA-LUÍS PAVÃO lda. http://www.lupa.com.pt/site/index2.php?tem=1&cont_=9

PAVÃO, Luís (1989), “Photography in Lisbon, Portugal” Thesis. Rochester Institute of Technology <http://scholarworks.rit.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5347&context=theses>

WEBER, Florence 2009 (1996) “Métier d’historien, métier d’ethnologue” in *Manuel de l’ethnographie*, Paris: Quadrige/PUF: 48-73.

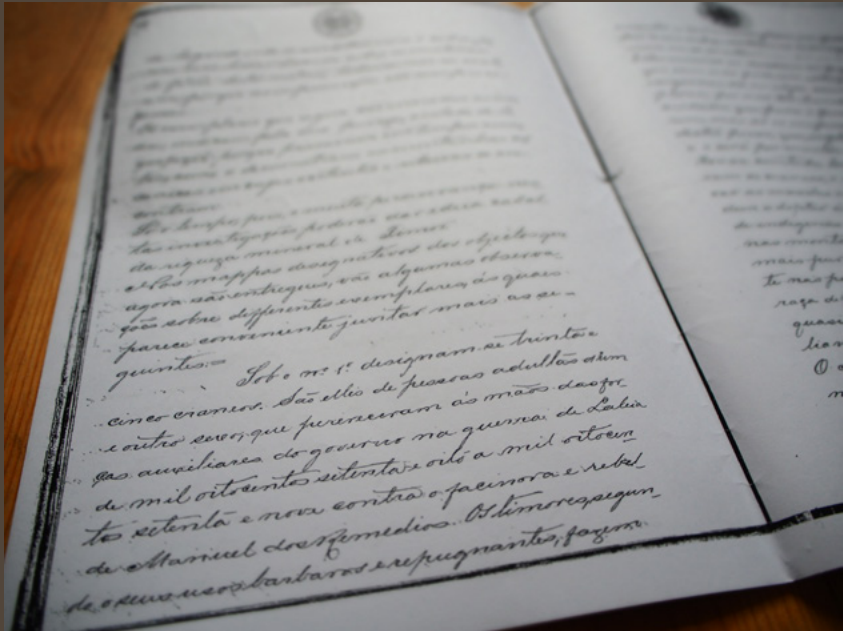
NOTA BIOGRÁFICA

Graça Índias Cordeiro

Professora Auxiliar com Agregação no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL). Com longa experiência de ensino e investigação em antropologia e etnografia urbana, coordenadora do doutoramento em associação ISCTE-IUL/FCSH-UNL em Estudos Urbanos, é autora de várias publicações em português, catalão, francês, espanhol e inglês, tendo coordenado recentemente (2015), com Luís Baptista, o «Dossier Lisbon: The world heritage of an urban hub» na *Portuguese Journal of Social Science*, 14 (2):119-192. O estudo etnográfico da vida urbana nas suas diferentes formas e dimensões têm-na levado a focalizar-se no estudo de bairros, ruas, festas, práticas de sociabilidade e processos identitários. Lisboa e Boston têm sido os seus principais terrenos.

**MICROGRAFIAS DO ARQUIVO:
UMA NOTA DE RODAPÉ E UM
OFÍCIO COLONIAL**

Ricardo Roque



Recorte micrográfico do arquivo colonial da coleção de crânios de Timor em Coimbra. Foto do autor sobre fotocópia de cópia manuscrita do Ofício n.º 15 (Medeiros para Governador de Timor, Fev. 1881, incluso em Medeiros para Bispo de Macau, Junho 1881).

I. ETNOGRAFIA E MICROSCOPIA NO ARQUIVO

“Ao ler”, nos arquivos da Inquisição italiana, “uma lista preparada por um inquisidor no século XVIII” – recordou, em 2008, o historiador Carlo Ginzburg, aludindo numa entrevista ao encontro documental do qual nasceria o conhecido livro *O Queijo e os Vermes* (Ginzburg, 1987) – “deparei-me com uma curta descrição de um julgamento, envolvendo um homem que acreditava que o mundo era comparável a matéria podre, a queijo apodrecido. Então tirei uma nota, mas na altura andava à procura de outra coisa [bruxaria]. Durante anos esta nota ficou por utilizar.” (Ginzburg, 2008, transcrição e tradução minhas). Ginzburg recordava assim o seu trabalho de terreno em arquivo como o trabalho de um atento microscopista, sujeito a constante contingência e imprevisibilidade. “Naquele momento,” acrescentou, “não era óbvio que essa nota de rodapé se viesse a tornar num livro.” Nesta revisitação auto-biográfica, reconhecemos a sua visão da metodologia historiográfica, a qual, com outros autores, veio a batizar de ‘micro-história’. A micro-história, na interpretação de Ginzburg, não consiste na ideia equívoca de “culto do fragmento” ou história dos “desfavorecidos”. Ao contrário, ela distingue-se pelo estudo denso de singularidades na sua relação com problemas ou fenómenos mais amplos ou de macro-escala, inclusive com aspectos do que presentemente se denomina de “história global” ou “mundial” (veja-se Ginzburg, 2015). Na sua expressão mais produtiva, esta microscopia do tecido histórico – em especial, dos seus ruídos e anomalias¹ – equivale assim, a meu ver, à busca de “generalização analítica”, isto é: o tipo de generalização que deriva do poder analítico que o caso em apreço representa em relação a um determinado problema ou fenómeno geral, e não em relação à sua maior ou menor repetibilidade estatística (Yin, 1994).

1 Embora pareça contra-intuitivo, a ênfase na anomalia do caso não contradiz o propósito de generalização analítica: “O caso será tanto mais poderoso do ponto de vista analítico”, tento repetir apenas de memória palavras de Carlo Ginzburg numa informal conversa em Londres na primavera de 2014, “quanto mais extraordinário e anómalo se apresente.”

Por um momento, tratemos essa imagem do encontro de arquivo entre Ginzburg e o seu Menocchio como protótipo de uma etnografia de tipo micro-histórico, nos termos acima descritos. Nesta etnografia, o arquivo apresenta-se como um espaço de descoberta, guiada por concretos questionamentos, onde, a qualquer instante, um indício arquivístico – tão minúsculo quanto inusitado, anômalo, dissonante – pode interpor-se produtivamente à relação entre o pesquisador, a questão analítica, e o campo documental. A essa imagem do micro-historiador italiano tomando nota, de entre uma longa lista inquisitorial, do julgamento a um bizarro moleiro, podemos juntar aquela do trabalhador em laboratório anotando meticulosamente as observações feitas, através do microscópio, sobre uma diminuta porção de matéria. Não por acaso: na mesma entrevista de 2008, Ginzburg explicitamente equiparou a micro-história ao microscópio. A etnografia micro-histórica encontra-se assim com a ideia de micrografia, para usar de livre maneira o título dos estudos feitos com o microscópio pelo experimentalista inglês seiscentista, Robert Hooke (Hooke, 1665). A prática de inquérito a “corpos minúsculos” da matéria pode ser vista como análoga àquela efectuada aos minúsculos traços e vestígios em arquivo. O trabalho micrográfico de arquivo está na base, então, da abordagem da micro-história. Um traço arquivístico singular registado na micrografia contém o potencial de uma generalização. Numa súbita e breve interferência anotada, pode residir o gérmen de uma revelação sobre questões nucleares à realidade histórica. Como enveredar pela micrografia no arquivo? Como identificar um vestígio anômalo ou revelador? Como, à imagem de uma caçada, seguir no seu encaixe até à sua amplificação conceptual? Como transitar do indício, do traço colhido em arquivo, para a generalização analítica? Como mover-nos, por fim, desde a nota – ao livro?

Desde há vários anos, estas questões vêm habitando o meu trabalho em arquivo, que se move entre documentação colonial e colecções bio-antropológicas guardadas em museus. Um género de microscopia histórica tem estado no cerne da minha etnografia de arquivo. Deste trabalho – feito também, para usar a imagem de Ginzburg, de muitos gestos de anotação de pequenos e quase imperceptíveis eventos documentais – resultou o livro *Headhunting and Colonialism* (entre outros artigos conexos), uma antropologia histórica do colonialismo e da ciência racial, centrada na micro-história

de uma colecção de crânios humanos proveniente da colónia portuguesa de Timor, e desde 1882 detida pelo Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Roque, 2010). O enfoque na colecção de Coimbra – um caso extremo, em diversos sentidos, e sobretudo por exibir de forma invulgarmente reveladora o nexó entre histórias coloniais de violência e arquivos de colecções científicas – serviu propósitos analíticos gerais. Entre eles, por um lado, a caracterização de um fenómeno histórico que ocorria então à escala global – a recolha e a acumulação de crânios humanos em museus para estudos raciais, em estreita conexão com a recolha e a acumulação de documentação associadas às colecções; por outro, a aclaração de um problema genérico, o da relação simbiótica entre culturas coloniais e nativas de violência e decapitação do inimigo. Num outro ensaio, inspirado em Ginzburg e em Ricoueur, reflecti também sobre o processo de pesquisa em arquivo subjacente a este trabalho (Roque, 2017). Interpretei-o então através da metáfora conceptual da caçada. Parti da ideia geral de que a prática da história corresponde à procura e à decifração conjectural de traços arquivísticos (inscritos em papel, ou em outras materialidades), ou seja: tudo aquilo que, à imagem de trilhos no terreno, pode servir a reconstrução do passado e a iluminação de problemas de pesquisa. Deste ponto de vista, vejo o estudo sobre a colecção de Coimbra como uma caçada marcada pela pesquisa e análise da génese e dos efeitos dos traços arquivísticos da colecção tidos, à partida, por desaparecidos. Na primeira metade do século XX, esta ausência de evidência documental sobre a proveniência colonial das ossadas foi central numa acesa controvérsia antropológica em torno da autenticidade da colecção. Neste contexto, a inexistência de documentação arquivística e de narrativa histórica fiável para a colecção gerou efeitos variados, e importantes, quer na carreira dos intervenientes, quer no debate classificatório sobre as raças de Timor.

As tramas deste debate e do seu vazio documental alimentaram a minha investigação sobre as circulações entre arquivos, crânios humanos, histórias coloniais, e teorias raciais. Dela resultou um vasto número de notas e registos que fui tirando e, pacientemente, guardando num arquivo pessoal. Boa parte dessas notas tomaria o caminho final do livro; outras tantas ficariam em repouso. Mas algumas houve que adquiriram nesse caminho o especial

estatuto epistemológico de uma interferência dinâmica, que perturba e ao mesmo tempo (re)organiza e fertiliza a pesquisa – o tipo de apontamento do microscopista capaz de inflectir o olhar e germinar a própria análise. Aqui, no texto que resta, revisito dois desses registos, dois segmentos empírico-analíticos do meu arquivo antropológico que se tornaram peças cruciais na investigação e, posteriormente, no fluxo do próprio livro. O que se segue, então, é um retorno a esses segmentos, exposto no estilo e na forma de micrografias do arquivo.

II. UMA NOTA DE RODAPÉ

Em 1919, após vários anos de experiência como militar e administrador na colónia de Timor, o coronel António Leite de Magalhães proferiu, a convite do professor Mendes Correia, uma palestra na recém-criada Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPA), no Porto. A palestra versava sobre etnologia timorense, cruzando os temas da caracterização racial e linguística dos povos nativos, questões maiores que apaixonavam em geral os estudiosos europeus da diversidade humana no chamado “arquipélago malaio”. O trabalho do coronel inseria-se numa tradição de etnografias coloniais protagonizadas e assinadas por agentes do aparato da administração colonial portuguesa. O texto da palestra seria publicado logo em 1920, no primeiro número da revista oficial da SPA. O autor baseava-se em notas de campo, obtidas durante a sua comissão colonial. Mas lamentando ter perdido a maior parte dos seus apontamentos num naufrágio, o coronel confiava sobretudo à memória os seus ditames, e confessava a modéstia do contributo. O académico Mendes Correia, contudo, reservar-lhe-ia incontidos louvores, vendo na autoridade de campo do coronel um aliado na demonstração da sua tese sobre a classificação racial dos timorenses como “Malaios” – por oposição à sua afiliação na “raça Papua”. Todavia, o trecho da obra do coronel que mais viria a agitar o campo da antropologia portuguesa escondia-se na singeleza de uma nota de fim de página. No rodapé da página 44 do mesmo texto, o coronel afirmava:

“Cumpre-me observar que os 28 crânios do Museu de Coimbra que serviram de base ao estudo do sr. Barros e Cunha só por providencial acaso serão de

timorenses na sua totalidade. Por averiguações a que procedi, soube que esses crânios foram levantados dum *Ficus indica* – a árvore sagrada – do estado indígena, ou reino, de Cová, e seriam os restos trágicos da infeliz coluna do capitão Câmara, massacrados em Fatumian no ano de 1895. Dessa coluna, faziam parte timorenses, africanos, índios e portugueses.” (Magalhães, 1920: 44)

Leite de Magalhães descredibilizava assim a validade de um dos raros estudos existentes em Portugal sobre a classificação racial dos timorenses: um artigo de craniologia, de autoria do académico coimbrão, João Gualberto de Barros e Cunha, um dos primeiros estudantes do curso de antropologia inaugurado na Universidade de Coimbra em 1885 (Cunha, 1894). Fundando-se na análise craniométrica e anatómica de uma colecção de crânios provenientes de Timor, Barros e Cunha argumentara que as populações da parte portuguesa da ilha se filiavam, primeiro que tudo, na raça Papua – uma certeza que Leite de Magalhães rejeitava por completo. No seu estudo, Cunha não soubera determinar a exacta proveniência da colecção, porque, em Coimbra, não sobreviviam documentos que relatassem ou indicassem as circunstâncias coloniais da aquisição, em Timor. Ora, era nessa fractura arquivística que Magalhães introduzia uma outra narrativa histórica que tornava a colecção de crânios inútil para o debate antropológico. Assente em relatos e rumores da sua experiência colonial, o coronel difundia a ideia que os crânios não eram de nativos timorenses apenas – mas de uma mescla de indivíduos europeus e não europeus, de vários lugares. A nota passaria despercebida a Barros e Cunha até 1934-35, quando nova publicação etnográfica – um livro do capitão Armando Pinto Correia (outro dos veementes articulistas e oponentes de Cunha na controvérsia) – deu ressonância alargada aos conteúdos dessa nota de rodapé. Contudo, mesmo parcialmente corrigida pelo seu autor no calor da controvérsia em 1935, a nota de Magalhães tornar-se-ia viral. É certo que parte das alegações históricas do coronel seriam contraditas por documentos que colocavam as origens da coleção em data anterior a 1895. Não obstante, sem mais nada a acrescentar, mantinha-se inalterada a possibilidade de a colecção constituir uma miscelânea de ossadas de proveniência incerta. Nas décadas seguintes, a mera suspeita de uma história colonial oculta falsificaria a qualidade antropológica da colecção, abrindo espaço para a afirmação de uma classificação malaia para as populações nativas de Timor Português.

Para prosseguir o uso *ad libitum* da imagem de Ginzburg, a nota de rodapé do militar tornou-se – no interior do próprio arquivo que eu consultava – não só num livro, mas, antes de mais, numa galáxia de textos: artigos, monografias, correspondência, novas notas, novos textos, novos traços. A micrografia desta nota, então, amplificava-se numa etnografia histórica da sua circulação. Seguindo a nota de rodapé, fui guiado até vários outros lugares e documentos, cruzando escalas, práticas e agentes, entre metrópole e colónias; Coimbra, nos laboratórios da craniometria; Lisboa, nos meandros da política museológica e colonial do império; Macau, nos gabinetes do secretário geral Corte-Real; de volta a Timor, aos relatos de guerras coloniais, aos terrores da decapitação, à vida ritual timorense e, enfim – com surpresa – ao empreendimento Católico da missãoção.

III. UM OFÍCIO COLONIAL

“Sob o n.º 1.º designam-se trinta e cinco crânios. São eles de pessoas adultas de um e de outro sexo, que pereceram às mãos das forças auxiliares do governo na guerra de Laleia de 1878 a 1879 contra o facínora e rebelde Manuel dos Remédios. Os timores, segundo os seus usos bárbaros e repugnantes, fazem consistir a sua maior glória em poder apresentar uma cabeça cortada ao inimigo, seja de homem ou de mulher.” (Medeiros para Governador de Timor, Fevereiro 1881)

O excerto acima é um segmento extraído de um Ofício n.º 15, ou carta oficial, enviada em 1881 pelo Superior da Missão de Timor, o Reverendo António Joaquim de Medeiros, para o então governador da colónia, Augusto Cardoso de Carvalho. Este constitui o segmento arquivístico que completa e antecede a nota de rodapé de Magalhães – ele é, a seu modo, o outro lado do arquivo antropológico da colecção, o lado por muitos anos mantido na escuridão, desconhecido dos intervenientes na controvérsia. Nesse ofício, o Superior descrevia os trabalhos desenvolvidos pelos missionários católicos, no âmbito de uma Comissão local destinada a reunir colecções de objectos para o Museu Colonial em Lisboa. A descrição incluía uma relação pormenorizada dos materiais que os missionários haviam coligido com vista a compor a remessa a seguir para Lisboa. Constava, aqui, um relato, em primeira mão,

da proveniência da colecção de crânios de Timor no museu antropológico de Coimbra. O relato afirmava que os crânios haviam sido recolhidos pelos próprios missionários, obtidos do corpo de inimigos (também eles timorenses) do governo colonial e decapitados por guerreiros irregulares timorenses, durante a chamada “guerra de Laleia”. Na verdade, o excerto acima era ele próprio, na origem, uma *bricolage* arquivística. Com efeito, o Ofício n.º 15 não mais existe; dele só sobrevive entre a documentação um segmento truncado, incluso numa outra carta do mesmo missionário para o bispo de Macau, com data posterior. Incluso em outros textos; nota entre notas; traço documental enxertado no meio de outros traços documentais – poderia esta história oculta da colecção de Coimbra ser resgatada, se não através do ofício do microscopista?

O meu encontro com este segmento do Ofício n.º 15 no Arquivo Histórico Ultramarino – o contacto com a narrativa original da proveniência colonial da colecção de Coimbra – foi tão inesperado quanto procurado. Procurado, porque a caçada que empreendi considerou para seu universo, para além de materiais publicados, todo o conjunto de documentos manuscritos produzidos pela administração colonial portuguesa e, até hoje, disponíveis para leitura em arquivos públicos, sobretudo em Lisboa e Macau. Inesperado, porque a possibilidade de encontrar registos coloniais da colecção entre os escritos de missionários estava, à partida, na periferia das minhas hipóteses. Pela proximidade que mantinham, por tradição, com a violência ritual timorense, acreditava eu que teriam sido oficiais do exército os colectores originais das cabeças humanas – e eles também os autores da sua circulação para o museu. Estava enganado. O arquivo interpelou-me com as surpresas da prática da microscopia. As notas que preenchiam o vazio documental de Coimbra emergiram entre palavras de elogio à obra missionária, no meio de um relatório eclesiástico aparentemente desconexo da colecção, num canto, afinal, inesperado dos arquivos coloniais. Mas sobre esse registo inesperado experimentei um trabalho de generalização analítica. O contexto da “guerra de Laleia” sugeria uma genealogia histórica compósita para os crânios humanos no museu, uma genealogia que, a meu ver, representava um fenómeno mais geral na história colonial de Timor. Em termos conceptuais, a colecção era legível como sinal de um tipo de nexu intercultural que ligava,

em simbiose, colonizadores e colonizados – o que optei por designar de “parasitismo mútuo”. Em vez de indícios de “selvajaria” timorense, a colecção de Coimbra e o seu universo documental incorporavam uma forma social complexa de que faziam parte activa, desde longa data, agentes timorenses, tanto quanto agentes portugueses.

* * *

Os estudos histórico-antropológicos são fruto de longas horas de trabalho em arquivo e, por vezes, viagens a lugares diversos. Durante esse tempo produz-se, por regra, um grande conjunto de notas sobre notas. Este conjunto constitui o meu arquivo de notas micrográficas. No meu caso, muitas destas notas continuam armazenadas em pastas e ficheiros (digitais, ou em papel). Talvez esperem apenas o dia do encontro com o seu significado analítico. Quem sabe, então, alguma dessas observações sobre assuntos minúsculos possa ainda – tal como aquelas que recordei aqui – viver a passagem de nota a livro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, João Gualberto de Barros (1894), “Notícia sobre uma série de crâneos da ilha de Timor existente no museu da universidade”, *O Instituto*, 14 (XL): 852-60; 15: 934-41; 16: 1044-48.

GINZBURG, Carlo (1987), *O Queijo e os Vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, Rio de Janeiro, Companhia das Letras.

GINZBURG, Carlo (2008), “Radio Open Source conversation with micro-historians Carlo Ginzburg and David Kertzer, 10 Nov. 2008”, entrevistado por Christopher Lydon, Online http://www.brown.edu/Departments/Watson_Institute/Open_Source/RadioOpenSource-Ginzburg_Kertzer.mp3 [acesso em 10/01/2016].

GINZBURG, Carlo (2015), “Microhistory and world history” in Jerry H. Bentley et al. (Org.) *The Cambridge World History*, Cambridge, Cambridge University Press: 446-73.

HOOKE, Robert (1665), *Micrographia: Physiological Descriptions of Minute Bodies Made by Magnifying Glasses with Observations and Inquiries Thereupon*, London, Jo. Martyn.

MAGALHÃES, António Leite (1920), “Subsídios para o estudo etnológico de Timor”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 2 (1): 37-65.

MEDEIROS, A. J. para Governador de Timor. [Fevereiro] (1881), cit. in Medeiros, A. J. para Bispo de Macau. 3 Junho 1881. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino, Macau e Timor, ACL_SEMU_DGU_1R_002_Caixa 2, 1881.

ROQUE, Ricardo (2010), *Headhunting and Colonialism: Anthropology and the Circulation of Human Skulls in the Portuguese Empire, 1870-1930*, Basingstoke, Palgrave Macmillan.

ROQUE, Ricardo (2017), “Lost traces: hunting the past in the colonial archives of Timor-Leste” in Luís Quintais (org.), in Maj Nygaard-Christensen e Angie Bexley (org.), *Fieldwork in Timor-Leste: Understanding Social Challenge Through Practice*, Copenhaga, NIAS Press, no prelo.

YIN, Robert K. (1994), *Case Study Research. Design and Methods*, Londres, Sage.

NOTA BIOGRÁFICA

Ricardo Roque

Investigador Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Honorary Associate no Departamento de História da Universidade de Sydney. Tem-se especializado em antropologia histórica, história da antropologia colonial, e etnografias de arquivo. Projetos recentes incluem o estudo comparado do mimetismo colonial e a história da ciência racial no colonialismo português tardio. É o autor de *Headhunting and Colonialism* (2010) e *Antropologia e Império* (2001); e o co-organizador de *Engaging Colonial Knowledge* (2012) e *Objectos Impuros* (2008).

**DA REFLEXÃO TEÓRICA
SOBRE A DANÇA AO TRABALHO
DE CAMPO E VICE-VERSA**

Maria José Fazenda

Companhia Maior-Arquivo			
Vista Organizar Ação Partilhar Editar identificadores			
Nome	Data de alteração	Tamanho	Tipo
ACTIVIDADES CM 2012	05/07/2013, 14:23	370 KB	PDF
assinatura.BelaAdormecida	14/10/2010, 20:48	56 KB	Imagem JPEG
CADERNO DE CAMPO 1-Bela Adormecida.docx	03/11/2015, 17:42	143 KB	Word
CADERNO DE CAMPO 2-Maior.docx	30/11/2011, 19:11	122 KB	Word
CADERNO DE CAMPO 3-Estalo Novo.docx	26/01/2015, 12:26	477 KB	Word
contactos dos intérpretes dados pelos próprios a 15.Jan.2011.pdf	12/04/2011, 09:14	6,5 MB	PDF
contactos participantes.xls	21/10/2010, 12:44	26 KB	Micros...ksheet
Convocato_ria Assembleia Geral CM Abril 2012 OK.docx	16/04/2012, 18:03	27 KB	Word
CVs Companhia Maior.pdf	30/07/2010, 19:25	12,4 MB	PDF
Dados dos fundadores da Companhia Maior	14/10/2010, 20:48	31 KB	Micros...dsheet
Digressão Maior e Estalo Novo.docx	30/01/2015, 16:09	76 KB	Word
Dossier Companhia Maior.pdf	03/02/2010, 12:01	125 KB	PDF
entrevista a Jacinto Lucas Pires.pdf	25/05/2010, 14:40	704 KB	PDF
Entrevistas	13/05/2015, 16:02	--	Pasta
ENTREVISTAS- Transcrições	16/05/2015, 18:36	--	Pasta
Estalo Novo- Dossier de imprensa	26/01/2015, 12:42	288 KB	PDF
FILMES oficiais criações	26/01/2015, 12:57	--	Pasta
flyer espect.Portimãopdf	16/01/2011, 21:49	11,2 MB	PDF
Fotos Companhia Maior - oficiais	30/09/2015, 16:38	--	Pasta
Fotos Maior - ©Companhia Maior Foto de Bruno Simão	22/01/2015, 10:57	--	Pasta
Fotos Maior Bruno Simão	19/09/2012, 18:11	2,3 MB	PDF
Fotos1- 8 Set.2010	03/10/2010, 12:31	--	Pasta
Fotos2-15 Set.2010	03/10/2010, 12:31	--	Pasta
Fotos3- 20 Set.2010	03/10/2010, 12:31	--	Pasta
Fotos4- 6 Out.2010	24/01/2015, 16:34	--	Pasta
Fotos5- 22 Out.2010	24/10/2010, 23:31	--	Pasta
Fotos6- 15-16Jan.2011	22/11/2011, 13:56	--	Pasta
Fotos7-20 Out. 2011	07/09/2013, 18:27	--	Pasta
Fotos8- 4 Nov.2011	30/08/2013, 12:27	--	Pasta
Guião Maior-p.1	19/05/2015, 19:58	1,5 MB	Imagem JPEG
Guião Maior-p.2	19/05/2015, 19:58	1,4 MB	Imagem JPEG
Guião Maior-p.3	19/05/2015, 19:59	1,4 MB	Imagem JPEG
guião para as entrevistas.docx	05/09/2013, 13:24	54 KB	Word
Historial CM- dez.2013.docx	12/12/2013, 12:13	15 KB	Word
Historial CM- jul.2015.docx	24/07/2015, 13:07	22 KB	Word
Historial CM- out.2014.docx	06/10/2014, 21:19	17 KB	Word
Maior-noticia no Expresso.pdf	11/12/2011, 15:14	14,3 MB	PDF

Arquivo Companhia Maior.
Captura de ecrã.

ANTES DE PROCURAR RESPONDER ÀS QUESTÕES que a Sónia Vespeira de Almeida e a Rita Ávila Cachado lançaram como mote para estes encontros, permitam-me que apresente o trabalho que tenho vindo a desenvolver no campo da investigação em dança, para que melhor possa enquadrar a natureza e a finalidade dos registos que realizo durante o trabalho de campo, das informações e documentos que arquivo e dos critérios que presidem à decisão do que se publica ou do que se guarda.

Quando comecei a refletir sobre a dança numa perspetiva antropológica, no início da década de 1980, deparei-me com um duplo problema: na literatura sobre teoria e história da dança ocidental predominavam os preconceitos e eurocentrismo relativamente às danças praticadas em outros contextos socioculturais; na literatura antropológica, área em que o interesse pela dança, sobretudo quando praticada em contextos rituais, era significativa, os estudos sobre a dança teatral de tradição euro-americana eram, neste campo disciplinar, praticamente inexistentes, como mais tarde documentaria (Fazenda, 1998). Terá sido esta constatação que me fez orientar a pesquisa no sentido de avaliar a operacionalidade e o alcance de teorias e conceitos que foram sendo forjados pelas ciências sociais sobre a dança teatral de tradição euro-americana, pela qual me tinha desde sempre interessado e em que tinha feito uma formação como profissional. Comecei, pois, por privilegiar a reflexão teórica em detrimento do trabalho de campo, *stricto sensu*.

Questionei o uso e a operatoriedade teórica de conceitos fabricados em outras épocas que enformam discursos e representações sobre a “nossa” dança relativamente à dos “outros” e operam por exclusão, tais como os de “dança étnica”, “dança folclórica” e dança “como forma de arte”, recorrentes numa boa parte da literatura teórica sobre a dança, procurando, alternativamente, conceitos que recortassem de forma mais adequada e transcultural a diversidade das práticas da dança, como os de dança ritual, dança social e dança teatral (Fazenda 1993). Procurei desmontar a perceção

frequentemente expressa de que a dança teatral seria uma prática veiculadora de uma linguagem universal, desencadeada pela emoção, com propósitos eminentemente estéticos e dissociada de todos os outros aspectos da experiência e da vida humanas, defendendo, pelo contrário, que a dança é uma prática cujas formas, sentidos e discursos produzidos pelos praticantes são indissociáveis da particularidade do contexto social, cultural, político e histórico em que se desenvolvem (Fazenda 1996), e relevando, paralelamente, os contributos da antropologia para o entendimento da dança como uma forma de cultura de extrema importância na vida das comunidades humanas (Fazenda 1998, 2014).

Apoiada nas orientações teóricas interpretativas e estudando casos concretos, procurei defender e demonstrar que a dança teatral é uma atividade caracterizada pela reflexividade, através da qual os criadores refletem, de forma crítica e criativa, sobre a sua própria sociedade e cultura e materializam uma forma de experiência, isto é, através da qual os criadores olham para si próprios, não como uma imagem refletida no espelho, mas olham, interpretando-se (Fazenda 2012).

Uma premissa fundamental que conduz o trabalho que tenho realizado é a de que, na dança, a cultura está incorporada nos corpos em movimento que, ao mesmo tempo, constroem a cultura. A cultura é decretada pelos próprios atores sociais no decurso da efetuação das práticas dançantes, pelo que é importante percebermos o que é “dito”, de que modo é “dito” e por que mecanismos é “dito”, através do movimento no tempo e no espaço. Em práticas como a dança, o movimento do corpo é investido de ideias, significados e símbolos pelos grupos humanos que o realizam num determinado contexto; e em função do lugar na estrutura social e política em que os sujeitos se encontram posicionados. Como defende Kaeppler (1999: 22), “meaning in a larger sense (such as symbolic, narrative and so forth) is not inherent in movement itself, but is attributed to movement by people who are part of the larger activity and depends on knowledge of the cultural systems, such as male and female roles in movement, social status, social structure and access to politics and power”.

Consequentemente, torna-se fundamental adotar uma metodologia de análise e registo, de textualização, do movimento. Esta é, porém, uma tarefa que se encontra dificultada pela natureza efémera, transitória, da dança. Para obviar a este problema, alguns antropólogos da dança têm recorrido a escritas codificadas, sistemas de notação, de que o Benesh e o Laban são, porventura, os mais complexos e completos. Estes sistemas de escrita têm, contudo, algumas limitações: dada a sua complexidade e o longo período de aprendizagem a que obrigam, são conhecidos por pouquíssimas pessoas; salvo raras exceções, não são matéria de ensino-aprendizagem nas academias de dança; e se possibilitam transportar para o futuro uma representação dos traços perdidos da própria dança, do próprio movimento, não permitem, em contrapartida, captar o carácter singular de uma performance, o seu carácter único, ou seja, as subtilezas interpretativas associadas à vivência do corpo num tempo particular, nem as experiências concretas vividas pela sua execução.

Contudo, como defende pragmaticamente Buckland (1999: 6), não poderemos reduzir essa dificuldade a um lamento, devendo-se, pelo contrário, encontrar uma metodologia de observação e de registo do movimento que, na minha perspetiva, deve ser adequada às finalidades do trabalho e aos objetivos nele preconizados.

Entendo, na esteira de Kaepler (1999: 15), que o trabalho da antropologia da dança não deve ser confundido com o dos folcloristas ou, acrescento, dos arquivistas, que têm como tarefa recolher danças. A atividade dos antropólogos consiste em compreender o movimento num contexto das práticas culturais, das experiências sociais, das representações de um determinado grupo, mais ou menos alargado, organizado a partir de determinados propósitos e convenções. É no contexto que os significados, os sentidos e as experiências que o movimento transporta se compreendem.

Importa, pois, sublinhe-se, não negligenciar a materialidade do movimento. É importante adquirir competências de observação e de análise do movimento e procurar o que desigmo por coração cinestésico da dança ou o núcleo estilístico do movimento do corpo, ou seja, as propriedades que resultam da combinação e da articulação de quatro fatores indissociáveis implicados

em qualquer movimento: os aspetos qualitativos do movimento – espaço, tempo, fluxo e peso –; a forma particular de usar o corpo, isto é, as partes do corpo envolvidas no movimento e as ações que realiza; a duração temporal; e a forma como o corpo usa o espaço (Fazenda, 2012: 79-90).

Como antropóloga, estou interessada nos sentidos intrínsecos ao movimento do corpo, ou melhor, nos sentidos produzidos pelo corpo em movimento; nas experiências e contextos que conduzem à construção e efetuação desses textos; e nas perspetivas, nas interpretações, nos discursos produzidos pelos próprios praticantes sobre as suas práticas e experiências.

Logo, no trabalho de campo, eu tenho de conduzir o meu olhar, de recolher informação e documentação que, em função de um caso e problema concretos, me permitam tornar inteligíveis estas várias dimensões da realidade – as ações, as vivências e as representações dos sujeitos.

Foi nesta perspetiva que constituí o “Arquivo-Companhia Maior”, para dar o exemplo de um trabalho mais recente, mas também do arquivo mais sistematizado e completo que construí. Ele é o resultado do trabalho que desenvolvi com a Companhia Maior, um grupo profissional cujo elenco tem, na sua maioria, mais de 60 anos de idade. A companhia, vocacionada para as artes performativas – teatro, dança, performance –, foi criada em 2010, e encontra-se em residência no Centro Cultural de Belém (CCB), uma estrutura de programação e de produção de espetáculos, em Lisboa.

Tenho acompanhado a sua atividade desde o início, sobretudo entre 2010 e 2013, período em que o fiz de forma mais constante, aquando da criação e da apresentação de três das suas peças: *Bela Adormecida* (2010), com texto e encenação de Tiago Rodrigues, *Maior* (2011), com coreografia de Clara Andermatt, e *Estalo Novo* (2013), com direção artística de Ana Borrhalho e João Galante.

Interessei-me por duas das dimensões do trabalho desta companhia: a da criação e a da interpretação. No que diz respeito à primeira, situamo-nos no domínio das representações que os criadores transportam para cena;

enquanto na segunda, no domínio da experiência vivida pelos intérpretes. Houve, pois, dois conjuntos de questões que me guiaram no trabalho de campo, na análise e na pesquisa teórica, cada um dos quais dirigido a um grupo de agentes artísticos: aos impulsionadores do projeto e aos criadores, por um lado, e aos intérpretes, por outro. O que é que procuram aqueles criadores, quais são os seus objetivos? Que ideias, experiências e visões do mundo exprimem nos espetáculos? Qual o contexto artístico e social que enforma o seu trabalho? E os intérpretes, o que os motivou a integrar a Companhia Maior? O que experienciam? O que é que este trabalho significa para si? Coincidirão as suas motivações com os propósitos dos criadores?

Para responder a estas questões (algumas, formuladas à partida, outras, surgidas posteriormente), observei aulas, tendo participado em algumas delas, assisti a ensaios, vi espetáculos, conversei informalmente com todos os participantes, entrevistei criadores e intérpretes. Porque observação e diálogo complementam-se.

Construí um diário de campo, onde anotei o conteúdo de todas as conversas que me pareceram pertinentes, registei desabafos e estados de espírito dos participantes; os momentos mais felizes e os guiados por algum desânimo. Sempre que pude, e entendi que tal não perturbaria a concentração dos participantes ou não invadiria a sua privacidade, fotografei e filmei situações de interação entre eles ou gestos e secções coreográficas. Após cada dia de trabalho, passava a limpo toda a informação para o computador, fazendo corresponder uma determinada imagem ou filme à situação descrita que aquele complementasse ou ilustrasse, interligando, assim, desde logo, as fontes orais, as escritas e as visuais. Era importante fazê-lo de imediato para poder acrescentar eventuais informações ou o teor de conversas que guardara na memória e que as circunstâncias em que teriam ocorrido me desaconselharam, por qualquer razão, a anotar ou registar no momento.

Neste arquivo virtual, está ainda armazenada e sistematizada outro tipo de documentação. Ainda no âmbito das fontes primárias criadas por mim, enquanto antropóloga, para além do caderno de campo, guardo também as transcrições integrais de todas as entrevistas realizadas. Somam-se a

estes materiais outras fontes recolhidas: tabelas de ensaios, programas dos espetáculos, críticas, fotografias e filmes feitos por profissionais; entrevistas e documentários realizados por jornalistas sobre a companhia ou sobre uma das obras.

Nem toda a documentação arquivada foi usada no trabalho antropológico. Tenho dificuldade em distinguir os materiais que o não foram por não se terem revelado pertinentes na investigação e os que não tendo sido explicitamente utilizados não deixaram de ser importantes para, em determinado momento, me ajudarem a fazer opções e a definir percursos dentro da investigação. Talvez seja, aliás, por reconhecermos a utilidade de tudo aquilo que se refira ao nosso objeto de estudo que tendemos a ceder à obsessão arquivista, característica dos antropólogos já assinalada por colegas que participaram no ciclo “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos”.

Uma parte dos materiais registados – para além das descrições, também análises de factos observados, conceitos e temas suscitados ao longo do trabalho de campo e interpretações acrescentadas entre parênteses retos no corpo das notas – foi usada em apresentações que fiz em ocasiões de âmbito académico e num texto que escrevi¹. De entre os materiais não usados, alguns poderão ainda iluminar novos estudos ou abordagens; outros, por questões de confidencialidade manter-se-ão reservados. No meu caso, esse cuidado não deve tolerar lapsos, pois uso os nomes reais dos meus interlocutores. Tomei essa opção, desde o início, pelo facto de trabalhar sobre uma atividade cujos intervenientes têm uma dimensão pública. Usar os nomes reais dos artistas – criadores e intérpretes – é uma forma de prestar tributo ao trabalho artístico que realizam e de reconhecer o *status* público inerente à sua atividade.

1 A primeira, intitulada “Dança para todos: juniores e seniores na cena coreográfica atual”, foi apresentada na conferência internacional “Corpos (Im)perfeitos na Performance Contemporânea”, em 2012. A segunda, intitulada “Dançar na Companhia Maior: ‘Rejuvenescer? E é preciso?’”, no “V Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia”, em 2013. A terceira, intitulada “Criar e interpretar na Companhia Maior: memórias de vida, mudanças na continuidade e experiências de transformação”, no âmbito dos Seminários CRIA, em 2015. O texto intitula-se “Criar e interpretar na Companhia Maior: Memórias de vida, experiências de continuidade e de transformação” (em processo de publicação).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUCKLAND, Theresa J. (1999), “Introduction: Reflecting on Dance Ethnography” in Theresa J. Buckland (ed.), *Dance in the Field: Theory, Methods and Issues in Dance Ethnography*, London, Macmillan Press: 1-10.

FAZENDA, Maria José (1993), “Para uma compreensão da pluralidade das práticas da dança contemporânea: Repensar conceitos e categorias”, *Antropologia Portuguesa*, 11: 67-76.

FAZENDA, Maria José (1996), “O corpo naturalizado: Experiência e discurso sobre duas formas de dança americanas” in Miguel Vale de Almeida (org.), *Corpo Presente: Treze Reflexões Antropológicas sobre o Corpo*, Oeiras, Celta: 141-153.

FAZENDA, Maria José (1998), “A dança no seio da reflexão antropológica: Contributos e limitações herdados do passado com ecos no presente”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 38, 1-2: 61-79.

FAZENDA, Maria José (2012), *Dança Teatral: Ideias, Experiências, Ações* (2.ª edição revista e atualizada), Lisboa, Colibri.

FAZENDA, Maria José (2014), “A dimensão reflexiva do corpo em ação: Contributos da antropologia para o estudo da dança teatral” in Paula Godinho (coord.), *Antropologia e Performance: Agir, Atuar, Exibir*, Castro Verde, 10oLUZ: 53-76.

KAEPLER, Adrienne L. (1999), “The Mystique of Fieldwork” in Theresa J. Buckland (ed.), *Dance in the Field: Theory, Methods and Issues in Dance Ethnography*, London, Macmillan Press: 13-25.

NOTA BIOGRÁFICA

Maria José Fazenda

Professora Coordenadora na Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa. Investigadora integrada do CRIA (ISCTE – IUL). Fez o Curso de Dança do Conservatório Nacional. Foi crítica de dança do jornal *Público*. Organizou a antologia *Movimentos Presentes: Aspectos da Dança Independente em Portugal* (Cotovia e Danças na Cidade, 1997) e é autora, entre outras publicações, de *Dança Teatral: Ideias, Experiências, Ações* – 2.ª edição revista e atualizada (Colibri, 2012 [Celta, 2007]).

**A FOTOGRAFIA PERDIDA
OU A REVISITAÇÃO DOS
ARQUIVOS ETNOGRÁFICOS**

José Mapril



Blocos de notas, diários de campo e outros arquivos

OS MEUS ARQUIVOS ETNOGRÁFICOS são essencialmente compostos por quatro conjuntos de materiais: diários de campo, blocos de notas, vídeos e arquivos fotográficos. Os diários de campo são cadernos de tamanho A5 ou A6, manuscritos, e estão organizados por datas, nomes dos intervenientes e temas. Desde o final do doutoramento que abandonei o diário de campo manuscrito para passar a usar ficheiros *word*, ainda que continue a manter as mesmas regras de organização dos dados (os ficheiros são organizados no computador seguindo a mesma lógica). O objetivo é criar uma continuidade na organização dos registos e assim conseguir uma maior sistematização, ao mesmo tempo que agilizo o tratamento e a pesquisa. As ferramentas de procura disponíveis nos atuais processadores de texto são fundamentais para a realização de diversas análises de conteúdo.

A opção por diários manuscritos durante o doutoramento resultou de uma escolha feita no início das minhas pesquisas, escolha essa que obedecia a alguns requisitos. Em primeiro lugar, e atendendo à centralidade do diário de campo e das notas de terreno no fazer etnográfico e na história da antropologia (Malinowski 1967, Jackson 1990), queria que os meus diários de campo fossem objetos que pudesse manusear, que tivessem uma certa materialidade. Em segundo, cedo me apercebi que o ato manual de escrita representava um importante exercício mnemónico e dado que a memória iria ser um importante instrumento de recolha achei que a opção pelo diário escrito manualmente poderia ser adequada.

Quando inicie a pesquisa de doutoramento, apercebi-me que muitos dos meus interlocutores se encontravam numa posição *liminar* ou *anti-estrutural* (Turner 1969), sendo produzidos em Portugal e noutros países Europeus como “ilegais”, “indocumentados” ou “irregulares” (sobre a ilegalidade como processo social, políticos e histórico ver De Genova e Peutz 2010). Neste contexto, o uso de métodos de recolha de áudio ou de imagem revelaram-se inicialmente inadequados. A escrita era frequentemente realizada com

a ajuda de pequenos blocos de notas (ou na ausência destes, em guardanapos, folhas em branco, pedaços de papel de mesa, entre outros materiais disponíveis que possibilitassem o registo imediato) cuja informação – que ia desde o registo de ações, conversas, descrições até àquilo que James Clifford (1990) chamou *inscriptions*¹, ou seja, palavras-chave, citações ou algo que permitisse lembrar as observações realizadas pelos meus interlocutores – era transferida para os diários de campo, no final do próprio dia, ou no dia seguinte. Inicialmente, evitava fazer estes registos na presença dos meus interlocutores sendo realizados imediatamente a seguir, sentado num café, no metro, ou em casa. Apenas mais tarde, e no âmbito de relações sociais mais consolidadas, é que comecei a tomar notas na sua presença e, posteriormente, recorrer a registos áudio e de imagem.

Os registos em vídeo foram inicialmente realizados em mini-DV e o objetivo era usar o vídeo como nota de terreno e, portanto, uma das preocupações centrais era converter o seu formato de mini-DV para DVD facilitando o seu armazenamento e posterior manuseamento no decorrer da escrita. Todos os registos em vídeo foram catalogados de acordo com data, evento e intervenientes e, ao todo, o arquivo conta com um pouco menos de dez horas de gravações. Estas gravações foram indispensáveis para consolidar redes de relações sociais no decorrer da pesquisa já que passaram a integrar ciclos de dádiva e de contra-dádiva com os meus interlocutores, especialmente quando algumas destas gravações diziam respeito a festas familiares. Os DVDs eram posteriormente colocados a circular nas redes de amizade e de parentesco de determinada família, contribuindo dessa forma para um uso alargado das notas visuais de terreno, acabando estas por se transformarem em património de determinadas famílias. Este exercício permitiu igualmente ter acesso a outros materiais visuais – filmes amadores e profissionais, retratando várias cerimónias que ocorriam tanto em Portugal como no Bangladesh (casamentos, festa do sacrifício, festas de aniversário, entre outras) e que posteriormente eram visualizadas e comentadas comigo.

1 Clifford (1990) reflete precisamente sobre a importância das *inscriptions* a partir de imagens de arquivo relativas às experiências de terreno de Joan Larcom, C.G. Seligman, e B. Malinowski.

Os registos fotográficos, por sua vez, foram também organizados por data e tema e subdivididos em arquivos digitais. A recolha pretendia contribuir para a elaboração dos diários de campo, como instrumento mnemónico, permitindo, por exemplo, localizar eventos e interlocutores em várias ocasiões, ao mesmo tempo que contextualizava as suas perspetivas.

Uma leitura sistemática dos diários de campo e dos blocos de notas revela transformações no registo de dados, transformações essas que estão diretamente relacionadas com o desenrolar do próprio trabalho de campo. Se consultarmos o primeiro diário de campo, vamo-nos apercebendo como no início da pesquisa a recolha obedecia a uma certa indefinição e resultava do *hanging about* que frequentemente marca o início das pesquisas de terreno. Ainda que delimitado por um conjunto de preocupações teóricas, e correspondentes opções metodológicas, esta fase do trabalho de terreno foi marcada por um olhar abrangente, cujo objetivo era mapear um contexto. Neste sentido, a diversidade de informação recolhida e registada é significativa e, por vezes, dependente da *serendipidade*. Contudo, à medida que a pesquisa progrediu, os dados recolhidos começaram também a ser mais detalhados e em continuidade com entradas anteriores. Os blocos de notas eram a este respeito indispensáveis pois permitiam um registo constante de dúvidas e interrogações, anotadas no final de cada dia e que criavam uma estrutura de continuidade ao longo do trabalho de campo. Este método de escrita, releitura e novas questões, foi essencial para a recolha de histórias de vida e de família, receitas, fórmulas rituais e pequenos detalhes que tinham ficado sem resposta no decorrer dos dias.

Ao todo, os meus arquivos incluem vários tipos de dados que vão desde relatos diários (organizados cronologicamente), conversas (identificando os intervenientes e respetivas reações), com as respetivas citações diretas dos meus interlocutores, eventos e rituais, mas também plantas de lojas, ruas, centros comerciais, e casas. Recolhi também histórias de vida e de família, histórias estas que em virtude da extensão foram realizadas em várias ocasiões e em vários locais (entre Lisboa e Dhaka) e que, conseqüentemente, aparecem dispersas por diversos diários e blocos de notas. O recurso a entrevistas via Skype e, mais tarde, Facebook foi indispensável

para acompanhar os vários tipos de mobilidade (Schiller e Salazar 2013) dos meus interlocutores – desde viagens de férias ao Bangladesh até novos projetos migratórios, passando por turismo na Europa – e assim manter um registo de continuidade relativamente às suas expectativas.

Ao longo destes anos, os diários de campo incluem também uma compilação de recortes de jornais, cartazes a anunciar eventos religiosos (o *id-ul fitr* ou a festa do fim do mês do ramadão, o *id-ul ad'ha* ou a festa do sacrifício, o *Shab-e-barat*, entre outras) e seculares (o *Shaheed Dibosh* ou dia dos mártires ou o *Boishaki mela* ou o ano novo bengali) e calendários religiosos (incluindo horários mensais de orações diárias, a calendarização dos vários meses de ramadão, incluindo os horários das quebras de jejum). Muitos destes cartazes e posters, juntamente com o local da sua recolha, possibilitaram frequentemente aceder aos conteúdos, e às respetivas interpretações dos meus interlocutores em relação a acontecimentos políticos e religiosos, mas também à posição de cada um face a tais debates, eventos e perspetivas.

Todos estes arquivos foram organizados como material de base, que se mantém inalterado e arquivado para ser retrabalhado tematicamente. Foi a partir destes materiais que realizei vários exercícios de análise de conteúdo realçando as múltiplas perspetivas dos meus interlocutores sobre diversos temas. Estas análises eram realizadas em computador, em ficheiros *word*, e normalmente subordinadas aos temas em análise. Por exemplo, um dos temas sobre os quais realizei tal exercício de análise de conteúdo foi a polémica em torno do *milad un nabi*, ou *milads* (também conhecidos como *mawlids*) – orações coletivas que marcam o aniversário do profeta – e que foram durante muito tempo um foco de disputas entre diversos segmentos da população Bangladeshi em Lisboa. Através desta análise de conteúdo consegui não apenas mostrar as várias posições em disputa, mas também revelar como toda a polémica era de facto sobre o comportamento religioso adequado – o “bom” muçulmano – e a construção social da ortodoxia religiosa num espaço público transnacional (Bowen 2004, Fraser 2007).

Nos últimos anos tenho regressado aos meus arquivos no âmbito de uma pesquisa etnográfica longitudinal sobre mobilidades Bangladeshis na Europa

contemporânea. Este novo projeto tem como objetivo estudar expectativas, noções de futuro e processos de remigração através de um exercício de revisitação aos interlocutores com quem comecei a trabalhar desde 2003. Neste contexto, regressar aos diários de campo, aos blocos de notas, aos vídeos e às fotografias produzidos durante o doutoramento, entre 2003 e 2008, tem-se revelado um exercício valioso já que tem permitido abordar temas como percursos de vida, acesso a estatutos de cidadania, as expectativas face ao futuro e a criação de novos projetos de mobilidade. Assim, regressar aos diários de campo é, de certa forma, aceder às perspetivas dos meus interlocutores num determinado momento histórico e, portanto, permite um ponto de referência para realizar exercícios de natureza comparativa e revelar transformações e continuidades. É de certa forma a fotografia de um tempo e de um contexto que, até certo ponto, se perdeu.

Simultaneamente, o regresso aos diários de campo permite refletir sobre as relações que construímos com os nossos interlocutores, num determinado momento e contexto histórico, e as suas implicações para a produção do conhecimento. Estes arquivos não são pois apenas um registo de dados etnográficos, mas também ecoam as relações que construímos com as pessoas com quem trabalhamos, e como tal permitem-nos regressar a um tempo, a uma relação e a um contexto em concreto. Esta temporalidade do trabalho de campo, revelada nos arquivos, é evidente quando realizamos um exercício de revisitação e nos apercebemos das suas consequências para a construção do terreno e a produção do conhecimento. Assim, e para regressar ao título deste capítulo, a fotografia perdida não é apenas uma referência deslocada mas uma imagem de um tempo e de relações historicamente localizadas e com as quais podemos interpretar as perspetivas, experiências e expectativas dos nossos interlocutores ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOWEN, John (2004), “Beyond migration: Islam as a transnational public space”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30 (5): 879-894.

CLIFFORD, James (1990), “Notes on (field)notes” in Sanjek, Roger (ed.), *Fieldnotes: The making of Anthropology*, Ithaca, Cornell University Press: 47-70.

DE GENOVA, Nicholas, PEUTZ, Nathalie (eds.) (2010), *The Deportation Regime: Sovereignty, space, and the freedom of movement*, Durham, Duke University Press.

FRASER, Nancy (2007), “Transnationalizing the public sphere: on the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world”, *Theory, Culture & Society*, 24 (4): 7-30.

JACKSON, Jean E. (1990), “‘I am a fieldnote’: fieldnotes as a symbol of professional identity” in Sanjek, Roger (ed.), *Fieldnotes: The making of Anthropology*, Ithaca, Cornell University Press: 3-33.

MALINOWSKI, Bronislaw (1967), *A Diary in the Strict Sense of the Term*, London, Routledge and Kegan Paul.

SANJEK, Roger (ed.) (1990), *Fieldnotes: The making of Anthropology*, Ithaca, Cornell University Press.

SCHILLER, Nina Glick e SALAZAR, Noel (2013), “Regimes of mobility across the globe”, *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 39 (2): 183-200.

TURNER, Victor (1969), *The Ritual Process: Structure and anti-structure*, Chicago, Aldine Publishing.

NOTA BIOGRÁFICA

José Mapril

Professor auxiliar no Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA) e investigador integrado no CRIA. Doutorado em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, com tese sobre Transnacionalismo e o Islão entre os Bangladeshis em Lisboa. Co-coordena, com João Leal, o grupo de investigação Circulação e Produção de Lugares no CRIA. As suas últimas publicações são *Secularisms in a Post Secular Age? Religiosities and subjetivities in a comparative perspective*, no prelo, editado pela Palgrave, com Ruy Blanes, Erin Wilson e Emerson Giumbelli, e o artigo “Travelling Spirits, Localizing Roots: Transnationalisms, Home and Generation among Portuguese-Canadians in British Columbia”, no *Journal of International Migration and Integration*.

**GUARDADO PARA NÃO
SER MOSTRADO OU O QUE
FICA DAS EXPERIÊNCIAS
DE TRABALHO DE CAMPO**

Humberto Martins

Teresa Morgado

SEF

Nutcha enivar heli CU, namor
doesit: want her to, curchado her
no. She ~~wants~~ ^{wants} "tutela".

N tem k mandal pamodi n ka poche e
Seays jounghy want back to her

Marlene e Cesar

2^a 10-12 Casa Cultura

9 Marco Campo Lindo

junto pol

“Os nossos envolvimento em terrenos de pesquisa deixam-nos sempre marcas, marcam-nos de uma ou de outra forma.

A exposição *Materiais Diversos – Antropologias no Terreno*¹ mostra-nos algumas dessas marcas que ficam da presença, dos encontros e reencontros, das conversas e diálogos mantidos. São fotografias, vídeos, sons, desenhos, palavras escritas em pedaços de papel arrancados de cadernos usados e desgastados que revelam, em muitos casos, os lados sombra de um processo que desafia a todos. Os escritos por vezes toscos, por vezes seguros, as fotos mais ou menos enquadradas, os sons e os ruídos, os traços desenhados e desalinhados são também formas de nos apresentarmos e comunicarmos como fomos vivendo essas experiências. Através deles contamos-nos, ou, de uma certa maneira, revelamos como construímos os olhares e/ou as posições donde observamos e somos observados. Um pouco na esteira de Rouch, esta exposição é uma outra forma de virarmos as ferramentas do conhecer para nós próprios... deixando-nos mostrar (um pouco) mais.”

Humberto Martins, *Catálogo da Exposição Materiais Diversos – Antropologias no Terreno*, 2009: 2

I. DE TANTA EXPERIÊNCIA, O QUE FICA?

Em 2009, em Miranda do Douro, no último ano de funcionamento da licenciatura em Antropologia Aplicada ao Desenvolvimento no Pólo da UTAD e no âmbito dos Encontros da Primavera (Antropologia, Cinema e Sentidos), que se realizam anualmente, resolvi lançar um desafio aos investigadores do CRIA. Pedi-lhes se queriam partilhar materiais diversos que tivessem guardados; materiais esses que serviriam para revelar uma estória ou parte da história das suas experiências de trabalho de campo. A resposta foi muito positiva, tendo sido possível produzir a exposição multimédia “Materiais

1 A exposição, que teve a produção de um catálogo, foi financiada pela Câmara Municipal de Miranda do Douro. Esteve patente no Museu da Terra de Miranda e na Casa da Cultura Mirandesa e depois no IV Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia no ISCTE. Teve ainda o apoio da APA, do CRIA, do Museu da Terra de Miranda e da UTAD.

Diversos – Antropologias no Terreno” com 26 contribuições². Neste breve texto exploro alguns aspectos relacionados com a curadoria desta exposição que me parecem importantes para uma reflexão simultânea sobre o que é o trabalho de campo antropológico e sobre a exibição pública dos materiais recolhidos e ou criados ao longo das suas pesquisas (os arquivos do trabalho de campo dos antropólogos).

O meu papel inicial como curador foi o de incentivar colegas antropólogos e antropólogas a respigar fotografias, roupas, lenços, papéis, vídeos, desenhos, ervas, cheiros, sons, que, porventura, estariam guardados nos baús lá de casa ou mesmo perdidas entre muitas outras coisas... sujeitas ao pó, ou ao esquecimento – guardadas para algum dia, talvez (permitindo-me o desafio ao meu título original), voltarem a ser mostradas. Não foi, seguramente, fácil voltar a olhar para trás, para daquele passado retirar imagens, sons ou objectos, procedendo a uma nova selecção, que, eventualmente, contrariaria uma qualquer coerência organizativa e argumentativa original ou, mesmo, ter de escolher, descontextualizando, entre os muitos materiais que vamos recolhendo e/ou criando ao longo das nossas pesquisas. Apesar de para alguns dos autores o passado ter correspondido a um presente – porque, na verdade, as memórias ou os acontecimentos ainda estavam ‘frescos’, para outros essa parte do passado tanto poderia ser um ‘pretérito perfeito’ como um ‘pretérito imperfeito’; isto é, tanto poderia significar um processo definitivamente terminado (uma relação específica com um determinado objecto, tema ou terreno³) como, pelo contrário, algo a que

2 Amélia Frazão: foto + 3 peças de madeira; António Lourenço: ficheiro de som + texto; Antónia Lima: foto; Clara Saraiva: fotos e filmes; Cláudia Pereira: fotos; Elisabete Martins: plantas (ervas aromáticas); Elizabeth Challinor: pedaço de papel (foto no início do texto); Emília Margarida Marques: Fotos; Fernando Florêncio: documento oficial – pedido de autorização; Filipe Reis: folha com constituição de equipas de futebol feito por um repórter de rádio local; Francisco Freire: desenho: João Pedro Galhano Alves: coleção de fotografia; Humberto Martins: fotos; Inês Lourenço: fotos; Jean-Yves Durand: ‘lenço de namorados’; João Alpuim: foto e sabonete(s); José Cavaleiro Rodrigues: filme; Lorenzo Bordonaro: foto; Dulce Simões: vídeo; Marta Maia: foto e som; Otávio Raposo: fotograma de documentário; Paula Godinho: Boina; Paulo Mendes: Foto; Rita d’Ávila Cachado: foto e excerto diário de campo; Sónia Vespeira de Almeida: fotos de arquivo; Sónia Ferreira: digitalização de documento; Sónia Durão: foto e descrição de ocorrência policial.

3 Apesar de ser muito difícil ou mesmo impossível o abandono definitivo de uma experiência de pesquisa marcada por um período relativamente longo de terreno. Como que incorporamos o terreno.

se voltaria e, como tal, esse processo de respigar poderia inscrever-se num projecto argumentativo renovado e renovável. Por isso mesmo, diferentes tipos de materiais foram mostrados, não só em termos da diversidade de conteúdos como de formatos; coisas que se buscaram entre o passado fechado (e.g., fotografias de arquivo), produções novas (e.g., filme editado para a exposição) e materiais ‘vivos’ que serviam à investigação em curso por parte dos investigadores (e.g., ervas aromáticas).

No caso desta exposição não houve, *a priori* (quando lançado o convite) nem *a posteriori* (durante a produção e montagem), qualquer critério de sistematização e organização dos materiais; simplesmente foi feito o desafio para a partilha de algo que pudesse ser mostrado (visto, sentido, escutado, apreciado) e que servisse como um sinal desse caminho feito durante o trabalho de campo. Não houve, portanto, um critério editorial de partida que garantisse uma determinada coerência na exibição. Em bom rigor, sugeri liberdade total de escolha. Ora, este facto levou a que a criatividade dos colegas fosse amplificada. E se é verdade que as fotografias predominaram entre as propostas, muitos outros materiais foram criativamente sugeridos. Penso que qualquer dos convidados terá definido a escolha por algum critério seu – no nosso íntimo escolhemos o que (nos) queríamos contar ou mostrar – de nós, dos outros, do terreno. O risco limite poderia ser o da exposição – no sentido da revelação além do voluntariamente desejado – de qualquer coisa que tivesse sido guardada intencionalmente para não ser mostrada – esses lados sombra de que muitas vezes não falamos nos textos ou produtos divulgados publicamente.

A exposição, devedora de muitas pessoas que generosamente partilharam ‘restos’⁴ e fragmentos dos seus trabalhos de campo realizados por esse mundo fora, visava dar a conhecer um pouco mais das suas vivências dos vários terrenos por onde andaram. Houve uma intencionalidade oculta de um convite a uma auto-revelação mas sem linha de coerência particular. Pedi que se contassem – talvez menos do terreno em si ou de si mesmos e mais das relacionidades estabelecidas com pessoas, objectos, materiais,

4 Utilizo o termo ‘resto’ num duplo sentido: como vestígio de algo e como parte não utilizada de um todo – neste caso de um processo de pesquisa.

sons e imagens que aí encontraram ou daí trouxeram. Seria, portanto, tanto do antropólogo como de alguém que encetou interações com outros e outras coisas, como sobre essas coisas e essoutros que ficaríamos a conhecer. Arrisco a dizer que os desafiava a falar não só da vida social (com um determinado valor de uso, digamos, cf. Appadurai 1986) bem como da vida emocional das suas recolhas de campo, estimulando renovados diálogos com esses (i)materiais – e o que interessava era, justamente, o processo de subjectivação que homens e mulheres faziam a partir de um retorno a materiais antes vistos e trabalhados muito provavelmente com outras perspectivas, interesses e intencionalidades. Voltar a pegar no que estava guardado, talvez para não ser mostrado? E o que fica de tão ricas experiências de trabalho de campo? Estas eram as perguntas que serviam de mote ao desafio.

Por outro lado, estava aqui suscitado essoutro aspecto relacionado com a biografia das coisas, de que fala Kopytoff (1986) e que podemos, de alguma forma, fazer corresponder ao conceito de *objecthood*, proposto por Edwards (2002). Aqueles restos e fragmentos de experiência ganhariam uma nova ‘vida’ através de novas ‘experiências apropriativas’, agora com um novo enquadramento e necessariamente uma narrativa diferente. Apesar de não existir, como referi, qualquer grelha editorial com vista a uma sistematização e organização temática, a disposição dos materiais de uma determinada forma é geradora de leituras e recepções específicas que dependem, por exemplo, da sala de exposição, do tema, do contexto expositivo e que, variando estes enquadramentos, necessariamente as suas leituras serão diferenciadas. Presumia-se aqui uma nova recepção dos materiais, através de um modo de ver que estaria enformado pelo novo enquadramento sugerido (Berger 1973). Neste sentido, portanto, o acto de organização daqueles materiais sob o desígnio do trabalho de campo antropológico não era inócuo; isto é, aquela organização expositiva, com maior ou menor intencionalidade à partida, acabava por (re)contextualizar não só os materiais como os próprios autores e seus produtos etnográficos. Como construímos as representações criadas? Como fazemos antropologia?

II. TRABALHO DE CAMPO REVISTO: MULTIDIMENSIONALIDADE

O trabalho de campo surge através destes materiais como experiência multidimensional e sinestésica (Herzfeld 2011), no qual estes ‘restos’/fragmentos nos aparecem como evidência de uma presença e de uma relação que não terminou ali – num tempo passado – e que não se esgota, efectivamente, num texto, numa tese ou num filme publicados – agora sujeitando-se a novas leituras, provas e mutualidades. A dificuldade da escolha está também aí. Muitas coisas não queremos tornar públicas; por exemplo, por razões éticas – porque não negociámos a sua exibição fora de certos contextos, porque com elas criámos afectos e apropriações intimistas ou que ficam no âmbito do privado ou, mesmo, porque julgamos não serem merecedoras da sua exibição em termos da sua qualidade formal e valor estético.⁵ Será que as escolhas foram informadas por uma qualquer marca de etnograficidade implícita ou explícita? Seriam aqueles materiais os mais adequados para uma exposição com o cunho da antropologia e, como tal, outras coisas obrigatoriamente ficariam de fora?

Era pois o trabalho de campo que estava a ser revisto, os limites da sua revelação e as inerentes experiências pessoais dos antropólogos, tendo em atenção quatro pressupostos: em primeiro lugar, como todos sabemos (nomeadamente os investigadores envolvidos em abordagens qualitativas), o que revelamos em produtos publicados é uma ínfima parte do que recolhemos (em *lato sensu*) durante as pesquisas (seja em pesquisa convencional seja em pesquisa com meios audiovisuais)⁶. O muito que fica por mostrar faz parte do nosso ofício, por vezes alimentando novas pesquisas e retornos

5 Algo que, muitas vezes, comanda a organização de produtos audiovisuais; a sobreposição de um critério formal-estético à substância/conteúdo dos mesmos. É assunto polémico que suscita forte debate na antropologia visual e muito haveria a dizer mas não tenho espaço para o fazer neste artigo.

6 Apesar de, como me confidenciavam recentemente colegas antropólogos do visual e do não-visual, a pressão do tempo, a falta de dinheiro e as dificuldades inerentes à tarefa editorial estarem a tornar-nos, até pela idade, mais poupados e selectivos nas recolhas. Seguramente, ‘cada terreno, sua sentença’ e o potencial para nos espantarmos e estranharmos jamais pode ser inibido sob pena de anularmos o nosso viver antropológico que muito deve a essa capacidade permanente de olharmos *over the shoulder*.

(Fabian 2008; Pink 2001), novas formulações sobre os mesmos materiais (Pink 2001) ou novas perspectivas sobre o trabalho de campo, suas interações e os posicionamentos dos indivíduos com os seus interlocutores no terreno (Malinowski 1989). Um segundo pressuposto é o de que as nossas experiências de trabalho de campo são, do ponto de vista pessoal, quase sempre muito intensas (Martins 2012); isto é, deixam-(nos) com muitas marcas, traços e vestígios, que, de uma forma mais ou menos material, mais ou menos sistematizada, nos asseguram um lastro de relacionalidade com os terrenos, suas coisas e pessoas. Fotografias, diários, sabores, memórias, miradas, amizades, inimizades fazem parte desse trilho marcado pelas nossas presenças e ausências (*ibid.*). Uma terceira consideração importante prende-se com a questão da disponibilidade (audio)visual das culturas (Ball 1998) e de como as representamos. Desde sempre que os antropólogos têm feito uso de fotografia, desenho e filme (agora vídeo) para completar as suas etnografias muito para além do registo textual escrito em formatos convencionados mas que reduzem muito do que foram as experiências de pesquisa. Finalmente, um quarto pressuposto remete para a intrínseca incompletude (precariedade e perenidade) do projecto de conhecimento e que tem intimamente associado os próprios actos indagatórios; i.e., como formas de interrogar o real teoricamente informadas, procedendo por selecção, e que nos permitem concluir que, dependendo do modo como e o que perguntamos obteremos do real estudado determinadas respostas (não necessariamente definitivas). Fabian (2008), por exemplo, sugere numa das suas últimas obras uma etnografia como comentário – a partir do regresso aos seus arquivos (digitais); volta a mexer nos materiais e tenta novas leituras ou, mesmo, conferir coerência a algo que foi incoerente.

Nesta exposição, a fotografia é predominante (14 das 26 contribuições a ela recorrem), porventura dando razão a Collier Jr. (1987) quando se referia às virtudes objectivadoras da fotografia etnográfica. Para este autor a fotografia permite, num certo sentido (e quanto isto tem de ser questionado!), comprovar e ilustrar uma presença num terreno de estudo. Será por essa pulsão pela afirmação de uma objectividade necessária, de uma prova (visual) que garanta e certifique o nosso trabalho? Ou, pelo contrário, será por uma pulsão pela partilha, possibilitando a quem vê um breve instante presencial

nesse lugar onde estivemos, com algo que vimos ou com alguém com quem interagimos? Os textos que acompanham as fotografias são desiguais mas ainda assim, quase todos exploram (e bem do ponto de vista antropológico) o processo de construção do olhar do autor. São, portanto, não apenas fotografias que revelam algo ou alguém mas também produtos autorais; i.e., que posicionam física e teoricamente quem fotografou – falamos de uma visualidade culturalmente construída. Na verdade, a exposição fez situar essa demanda por entre a procura do mostrar e a do contar – associando a primeira a uma certa objectividade e a segunda a uma relativa emotividade e subjectividade derivada da experiência e da relação dos investigadores com as coisas, as pessoas e as circunstâncias.

Cada fotografia e cada objecto tem a sua história e conta uma estória diferente porque, enquanto fragmento de um trabalho de campo, revela uma relacionalidade específica do investigador com o terreno, que passa quer pelos interesses teóricos, etnográficos, formação artística, gostos, estética e idiossincrasias, quer pelo que o ‘terreno’ nos deixa fazer, pelas circunstâncias e interações mantidas com as pessoas e tudo o resto.

Digamos que a noção de resto ajudou a uma tentativa de arrumar as coisas, guiando os autores a escolher algo que provavelmente não tivesse sido mostrado num outro lugar. Era como que um retorno ao terreno por portas travessas, dando a conhecer um outro lado, quiçá avesso, dessa trama como experiência que é o trabalho de campo antropológico. Daí que a exposição servisse não só para que os autores se interrogassem sobre o modo como fizeram, pelos renovados processos de indagação (Fabian 2008) mas igualmente como forma de mostrar mais e de uma outra forma, apelando ao lado do trabalho artístico da antropologia e do antropólogo, dessa poética (como acto criador) associado ao tornar público o que se faz/fez e ao que convencionalmente pode ser visto. Porque, seguramente, nem tudo o que produzimos e ou recolhemos se ‘predispõe’ a uma exibição pública óbvia; i.e. não foram produzidos para serem vistos, e também porque há materiais que ficam escondidos⁷. Tocamos num ponto importante sobre os produtos de representação hegemónicos nas ciências sociais; os artigos, livros, teses

7 Nunca subtraio o íntimo desejo de nos mantermos com materiais inéditos.

em registo de texto escrito e a subalternidade de outras abordagens e outros produtos (embora os diálogos entre as práticas artísticas e a antropologia sempre tenham existido)⁸.

III. NOTAS FINAIS: RESTOS DO TRABALHO DE CAMPO

“É inconcebível admitir que os autores, os antropólogos que as fixaram e/ou as escolheram não se conjugam num gerúndio que vai acontecendo, indivíduo a indivíduo e no todo relacional que partilham que inclui as próprias fotos. Eles não são um traço, são uma linha contínua. Tal como as fotos que, apesar de nos remeterem para um momento passado, também nos transportam para um presente que é sempre futuro porque espoletam novos olhares, novos entendimentos, novas associações, novos desejos. Novos trabalhos de campo, porventura.” (Mendes 2009: 32)

As palavras em epígrafe ajudam-me a rematar esta breve reflexão, afirmando também o valor intrínseco dos materiais em si, independentemente dos enquadramentos sugeridos pelos diversos autores. Ou seja, os objectos expostos valem também por si, sem necessidade de criarmos uma coerência discursiva – por qualquer critério de classificação – e aí situo o puro prazer de os contemplar. “O que querem realmente as imagens?” Pergunta Mitchell (1996) sugerindo a emancipação das imagens relativamente aos seus autores e às leituras e enquadramentos definidos por grelhas analíticas convencionais dos críticos de arte. Aqueles materiais têm hoje vida própria – servem propósitos decorativos, estão emprestados/doados a museus, voltaram aos baús. A verdade é que a sua vida social é feita nestes tráfegos e tráficos de significados (e para o qual também contribuem as legendas), nesse seu destino pós-exibição. A exposição deu-lhes visibilidade; isto é, deu-lhes vida. A sua *objecthood* (Edwards 2002) passa também por esta nova vida, seja nas paredes de um café de Tourém – onde estão as minhas fotografias – ou as paredes de uma sala privada ou de um quarto de banho, onde sei que estão hoje alguns daqueles materiais. Alguém os verá nesses lugares

8 Pese embora se assista mais recentemente a uma valorização desses formatos alternativos – como é o caso do ensaio visual. Consultar, por exemplo, a revista ‘Análise Social’; http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=28 (acedido a 12/2/2016).

sem lhes dar (bom) uso antropológico? Pois que assim seja. Ou, porque não, alguém que tenha a capacidade, sem saber disto que escrevi ou das estórias de cada autor e dos seus percursos metodológicos, de lhes reconhecer uma antropologicidade ou etnograficidade intrínsecas e a marca do autor, como quem vê um traço de Miró ou de Picasso numa obra de arte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun (1986), “Introduction: Commodities and the Politics of Value”, in Arjun Appadurai, ed., *The Social Life of Things – Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press: 3-63.

BALL, Michael (1998), “Remarks on Visual Competence as an integrant Part of Ethnographic Fieldwork Practice: The Visual Availability of Culture” in Jon Prosser (ed.), *Image-Based Research*, London and Bristol, Falmer Press: 131-147.

BERGER, John (1973) [1972], *Ways of Seeing*, London, BBC Books.

COLLIER, John, Jr. (1987), “Visual Anthropology’s Contribution to the field of Anthropology”, *Visual Anthropology*, vol.1: 37-46.

EDWARDS, Elizabeth (2002), “Material beings: objecthood and ethnographic photographs”, *Visual Studies*, vol. 17 (1): 67-75.

FABIAN, Johannes (2008), *Ethnography as Commentary: writing from the virtual archive*, Durham & London, Duke University Press.

HERZFIELD, Michael, (2011), “Ethical and Epistemic Reflections on/of Anthropological Vision” in Marcus Banks e Jay Ruby (eds.), 2011, *Made to Be Seen – Perspectives on the History of Visual Anthropology*, Chicago e London, The University of Chicago Press: 313-333.

KOPYTOFF, Igor (1986), “The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process” in Arjun Appadurai, ed., *The Social Life of Things – Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press: 64-91.

MALINOWSKI, Bronislaw (1989) [1967], *A Diary in the Strict Sense of the Term*. Stanford, Stanford University Press.

MARTINS, Humberto (2012), “Tu não és daqui... estás só aqui durante um tempo!”: explorando os lados sombra de uma experiência de trabalho de campo”, *Etnográfica*, 16 (3): 525-546.

MARTINS, Humberto, 2009, “Apresentação” in *Catálogo da Exposição Materiais Diversos – Antropologias no Terreno*, Texto Policopiado, Câmara Municipal de Miranda do Douro: 2-3.

MENDES, Paulo, 2009, “Notas Finais”, *Catálogo da Exposição Materiais Diversos – Antropologias no Terreno*, Texto Policopiado, Câmara Municipal de Miranda do Douro: 31-2.

MITCHELL, W. J. T., 1996, “What Do Pictures “Really” Want?”, *October*, vol. 77: 71-82.

PINK, Sarah, 2001, “More visualising, more methodologies: on video, reflexivity and qualitative research”, *Sociological Review*, 49: 4, 586-599.

NOTA BIOGRÁFICA

Humberto Martins

Professor Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e vice-diretor do Mestrado em Antropologia (UTAD/ISCTE-IUL). Licenciado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Lisboa, Mestre em Antropologia Visual e Doutor em Antropologia Social (com uso de meios visuais) pela Universidade de Manchester (2005). Tem como principais interesses de investigação a antropologia visual, onde mais tem publicado, e estudos das áreas protegidas. Entre outras publicações, coordenou com Paulo Mendes o livro *Trabalho de Campo. Envolvimento e Experiências em Antropologia* (2016).

**ARQUIVOS ETNOGRÁFICOS... COM
PLANTAS E IMAGENS DE ANIMAIS**

Amélia Frazão-Moreira



Folha de herbário de *Gloriosa superba* L.
(Herbário LISC)

AO PREPARAR A MINHA PARTICIPAÇÃO nos “Fins de Tarde com a Antropologia”¹ surgiu a inquietação: falar sobre os meus arquivos? Num primeiro momento, a palavra “arquivo” remeteu-me para algo mais formalizado do que as prateleiras e caixas no meu escritório onde guardo cadernos e documentos de diferentes terrenos. Participar neste seminário fez-me pensar, reflectir sobre a forma como, afinal, guardo a informação recolhida. Assim... abri caixas e vasculhei prateleiras...

Os meus primeiros “arquivos etnográficos” estão nos cadernos, cadernos de capa preta rija, “cadernos à antropólogo”... ; entre eles os que resultaram da pesquisa realizada na aldeia de Cotas, no Alto Douro, sobre o processo de aprendizagem no grupo doméstico². Decorreram das anotações do “diário”, realizadas no campo em pequenos blocos, “passadas a limpo” com, sempre que existia, indicação do número da fotografia realizada na situação de observação. Deste “arquivo” fazem parte, em paralelo, cadernos com notas sobre termos agrícolas locais (técnicas e alfaias). A cada apontamento descritivo foi mais tarde acrescentado o número ou números respeitantes aos tópicos ou subtópicos temáticos do *thesaurus* com que organizei a informação, em momento de análise prévio à escrita etnográfica.

Mas o meu “arquivo” mais vasto dá corpo aos cerca de quinze meses de trabalho de campo na Guiné-Bissau no âmbito do doutoramento (Frazão-Moreira, 2009). Os cadernos deram lugar a blocos de papel (blocos da vulgarizada marca Castelo), mais leves, e que agora estão armazenados dentro de caixas de papel para arquivo. Mas, quem sabe se em jeito simbólico, não deixei de usar dois “cadernos de capa preta”: um, de tamanho bastante reduzido, com

1 Agradeço a Sónia Vespeira de Almeida e Rita Cachado a oportunidade de ter participado no Seminário “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos” e o convite para colaborar nesta obra.

2 Pesquisa realizada com o objectivo de prestar Provas de Aptidão e Capacidade Científica (equivalente a mestrado) na UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro) e resumida em Frazão-Moreira (1996).

o plano de trabalho no terreno; outro com os apontamentos de cariz mais pessoal e experiencial, de registo de angústias e alegrias. No total, três tipos de registos: o plano, a informação descritiva e diária, e a reflexão intimista. Seguindo enfim a sugestão de diferenciar os registos de campo, indicação do mestre Jorge Dias (1958) transmitida pelos meus professores, e agora por mim ensinada aos estudantes, através de compêndios metodológicos, como Bernard (1995), Emerson *et al.* (1995) ou Madden (2010).

Os dados descritivos foram registados numa base de dados (no programa FileMaker) e organizados no decorrer do trabalho de campo de forma simples, através da atribuição de palavras-chave/assuntos a cada registo de modo que, ainda hoje, é possível procurar elementos descritivos (ou fotográficos) respeitantes a um determinado assunto.

O objecto da pesquisa – a mudança nas formas de apropriação social da natureza, entendida através das classificações e usos das plantas no contexto nalu – implicou a recolha e herborização de plantas, seguindo os procedimentos base da Etnobotânica (e.g. Alexiades 1998; Martin 1995). Esta recolha foi realizada quer em momentos de observação – por exemplo nas idas ao “mato” com curandeiros –, quer em situações destinadas à recolha das espécies, cujo uso fora anteriormente observado ou que foram referidas pelos interlocutores em algum momento. Essas recolhas foram registadas nas “fichas de campo” construídas para o efeito, e as informações mais tarde transcritas para outra base de dados (igualmente em FileMaker). E assim está “arquivada” a informação sobre as plantas...

As plantas em si foram recolhidas em duplicado. Uma “coleção” foi constituída objecto dum “verdadeiro” arquivo, uma vez que foi depositada no Herbário do Instituto de Investigação Científica Tropical (LISC). Os exemplares em duplicados foram usados no terreno, numa segunda fase da pesquisa, em entrevistas acerca das classificações locais das plantas inseridas numa metodologia quantitativa³. Estes espécimes foram muito recentemente herborizados e fazem parte da coleção inicial do herbário LAECRIA (her-

3 Acerca da especificidade e discussão da integração desta metodologia quantitativa na pesquisa etnográfica ver Frazão-Moreira (2002).

bário do recém criado Laboratório de Antropologia ambiental e Ecologia comportamental do CRIA).

Não obstante de, no processo de herborização, cada exemplar da planta ser acompanhado de alguns dados do contexto de recolha (por exemplo: nomes locais das plantas, conhecimentos botânicos locais e usos observados ou descritos) e não só de informação relativa à descrição botânica, o resultado deste processo de arquivo pode ser interrogado. Pois é como se houvesse um corte; as plantas e a informação que as acompanha assumem uma autonomia e formalização, perdendo de certa forma sentido porque afastadas da descrição/contextualização etnográfica. Se essa questão se pode pôr no que se refere à própria escrita etnográfica – ao fixar uma narrativa sobre um grupo – num arquivo com o tipo de operacionalização de um herbário a questão apresenta-se de modo mais imediato e evidente.

Essa inquietação torna-se premente no que se refere aos resultados dum projecto levado a cabo em Portugal, com o intuito de entender como se processava e actualizava o conhecimento etnobotânico e os usos do universo vegetal em contextos rurais em fase de mudança social e económica⁴, até porque muita da informação recolhida era afinal referente à memória de usos pretéritos das plantas (sobretudo medicinais, alimentares, artesanais e rituais).

O arquivo da informação respeitante aos conhecimentos e usos das plantas foi realizado de forma semelhante à descrita anteriormente⁵, numa base de dados, onde houve a preocupação de incluir campos como “actualidade do uso”, numa tentativa de destrinçar as práticas com recurso a elementos vegetais observadas dos usos das plantas que já só tinham lugar na memória, e “aquisição do conhecimento”, preenchido quando se constatou a referência a conhecimentos recentemente incorporados, retirados da internet, aprendidos com especialistas de fora, escutados na TV... Tivemos ocasião de

4 Projecto “Etnobotânica do Nordeste português: saberes, plantas e usos” (FCT-POCTI/ANT/59395/2004).

5 Os exemplares das plantas foram depositados no Herbário da ESA/IPB (Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança).

aludir a esta questão das formas actuais e híbridas de conhecimento, dum ponto de vista teórico, passando pela discussão do conceito de conhecimento ecológico local (Frazão-Moreira e Carvalho 2014; Frazão-Moreira *et al.* 2007 e 2009). O que importa aqui é pensar como é que, no arquivo deste tipo de informações, algumas preocupações têm lugar.

Uma primeira pode ser expressa na seguinte interrogação: como é que numa forma rígida de arquivo, como é o caso de uma base de dados, se pode espelhar a fluidez e a mudança?

A outra questão prende-se com a “propriedade dos dados recolhidos”, num duplo sentido. Por um lado, as questões epistemológicas inerentes à etnografia que nos levam a pensar os resultados do trabalho de terreno como reinterpretações da realidade construídas na inter-relação entre investigador/a e interlocutores locais permitem questionar a “propriedade” dos registos etnográficos. Esta questão torna-se indubitável no que concerne à divulgação de propriedades das plantas utilitárias que remetem para a extensa questão dos “direitos de propriedade intelectual” (e.g. Brush, 1993; Cunha, 1999; Posey, 2001).

Por outro lado, se numa etnografia clássica, singular, baseada num trabalho de terreno solitário, os registos são sentidos como pertença “do/a etnógrafo/a”, num projecto colectivo organizado da forma como este foi, em que o planeamento da pesquisa foi feito a duas, por mim e pela investigadora Ana Maria Carvalho (CIMO – ESA/IPB) e a recolha em si realizada a três, com estadias de terreno mais prolongadas da bolseira do projecto (Maria Elisabete Martins) e estadias menos demoradas, por vezes conjuntas, nossas, os registos de campo, os “dados”, são afinal... dessa entidade meio abstracta que é o projecto.

A mesma reflexão pode ser feita a propósito da minha participação em projectos que conjugaram equipas multidisciplinares e cujo enfoque foi a relação entre chimpanzés e humanos na Guiné-Bissau. De forma geral⁶, o planea-

6 Refiro-me a um dos estudos realizados com Cláudia Sousa (FCSH/NOVA e CRIA) e Paula Gonçalves (bolseira) no âmbito do projecto “Distribuição das comunidades de chimpanzés

mento dos estudos foi realizado em colectivos de investigadoras, pensando o cruzamento de metodologias de diferentes géneses, da primatologia, da etnoecologia e etnografia, e as recolhas realizadas em equipa; procurando cruzar informação e construir interpretações de carácter mais holístico. Tal facto significa que os registos de campo foram necessariamente partilhados, com vista a uma análise e escrita comuns. Esta partilha foi facilitada, no caso dos projectos mais recentes, por meios de armazenamento *online* “em nuvem”, como o uso da Dropbox. A lógica de organização dos arquivos assim partilhados manteve-se em tudo semelhante a outras arrumações: relatos, transcrições de entrevistas, fotografias, mapas... dentro das respectivas “pastas”, mas desta feita virtuais. A questão da sua “propriedade” no futuro subsiste.

Outras pesquisas, embora integradas em projectos das equipas “Castelos a Bombordo”⁷, assumiram um carácter mais individual. Contudo, atendendo à simultaneidade com ocupações lectivas e administrativas diversas, não deram azo a uma organização sistemática ou a um arquivo mais operacional dos documentos recolhidos e dos registos do terreno que assim permanecem, respectivamente, em caixas e caderninhos... mas igualmente associados a plantas ou imagens de animais...

(*Pan troglodytes verus*) na região costeira da Guiné-Bissau e a sua relação com as comunidades humanas locais” (FCT- POCTI/ANT/57434/2004, coordenação: Cláudia Sousa); bem como aos estudos desenvolvidos no âmbito dos projectos “Onde os humanos e os chimpanzés se encontram: aferindo simpatria em África usando uma abordagem multi-camada (FCT-PTDC/CS-ANT/121124/2010, coordenação: Kimberley Hockings) e “Uso de ferramentas pelos chimpanzés da Guiné-Bissau e complexidade comportamental” (FCT/EXPL/IVC-ANT/0997/2013, coordenação: Cláudia Sousa, Kimberley Hockings).

7 Pesquisa “A goma-arábica. Das caravanas à apropriação local na modernidade dum oásis mauritano” (Frazão-Moreira, 2006 e 2013), no âmbito do projecto “Castelos a bombordo. Práticas de monumentalização do passado e discursos de cooperação cultural entre Portugal e os países árabes e islâmicos” (FCT – POCTI/ANT/48629/2002; coordenação: Maria Cardeira da Silva) e “Retóricas e concepções da natureza e dos animais nos períodos colonial e pós-colonial” (Cardeira da Silva e Frazão-Moreira, 2013), no âmbito do projecto “Castelos a Bombordo II: práticas e retóricas da monumentalização do passado português, cooperação cultural e turismo em contextos africanos” (FCT – PTDC/ANT/67235/2006; coordenação: Maria Cardeira da Silva).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXIADES, Miguel (ed.) (1996), *Selected Guidelines for Ethnobotanical Research: A Field Manual*, New York, NYBC.

BERNARD, H. Russell (1995), *Research Methods in Anthropology. Qualitative and Quantitative Approaches*, Walnut Creek, Altamira Press.

BRUSH, Stephen (1993), “Indigenous knowledge of biological resources and intellectual property rights: the role of Anthropology”, *American Anthropologist*, 95 (3): 653-686.

CARDEIRA da SILVA, Maria and Amélia Frazão-Moreira (2013), “Coleccionistas, turistas, caçadores e outros supostos predadores” in Maria Cardeira da Silva & Maria Clara Saraiva (eds.), *As Lições de Jill Dias. Antropologia, História, África, Academia*, Lisboa, CRIA: 112-133.

CUNHA, Maria Manuela Carneiro da (1999), “Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica”, *Estudos Avançados*, 13 (36): 147-163.

DIAS, Jorge (1958), “Problemas de método em estudos de comunidade” in *Colóquios. Sobre metodologia das Ciências Sociais*, Lisboa, Ministério do Ultramar – Junta de Investigações do Ultramar: 73-91.

EMERSON, Robert M., Rachel I. Fretz, and Linda L. Shaw (1995), *Writing Ethnographic Fieldnotes*, Chicago, University of Chicago Press.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia (1996), “A aprendizagem no grupo doméstico” in Raul Iturra (org.), *O saber das crianças*, Setúbal, Instituto das Comunidade Educativas: 27-65.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia (2002), “Aprender Etnobotânica em Terras de África: Trabalho de Campo entre os Nalu da Guiné-Bissau” in Telmo Caria (org.), *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento: 131-147.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia (2006) “Arabic Gum: From its historical importance in the global markets to its contemporary significance in the local context of Mauritania” in Z. Ertug (ed.), *Proceedings. IVth International Congress of Ethnobotany (ICEB 2005)*, Istanbul, Zero Publications: 545-550.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia (2009), *Plantas e “Pecadores”. Percepções da Natureza em África*, Lisboa, Livros Horizonte.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia (2013), “Rotas, mercados e elik. Das caravanas à apropriação local da goma arábica na modernidade dum oásis mauritano” in Maria Cardeira da Silva (ed.), *Castelos a Bombordo. Etnografias de Patrimónios Africanos e Memórias Portuguesas*, Lisboa, CRIA: 209-230.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia and Ana Maria Carvalho (2014), “When the young think that every plant is parsley! Social variability of ethnobotanical knowledge and plant categorization in two rural areas in Portugal” in

Catarina Casanova and Sónia Frias (eds.), *Anthropology and Environment (Special issue Memória)*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa: 58-68.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia, Ana Maria Carvalho and Maria Elisabete Martins (2007), “Conocimientos acerca de plantas en la nueva ruralidad. Cambio social y agro ecología en el Parque Natural de Montesinho (Portugal)”, *Periféria*, 7.

FRAZÃO-MOREIRA, Amélia, Ana Maria Carvalho and Maria Elisabete Martins (2009), “Local ecological knowledge also ‘comes from books’: Cultural change, landscape transformation and conservation of biodiversity in two protected areas in Portugal”, *Anthropological Notebooks*, 15 (1): 27-36.

MADDEN, Raymond (2010), *Being Ethnographic: A Guide to the Theory and Practice of Ethnography*, London, Sage.

MARTIN, Gary (1995), *Ethnobotany, a Methods Manual*, London, Chapman and Hall.

POSEY, Darrell (2001), “Biological and cultural diversity: the inextricable, linked by language and politics” in Luisa Maffi (ed.), *On Biocultural Diversity: Linking Language, Knowledge, and the Environment*, Washington, Smithsonian Institution Press: 379-396.

NOTA BIOGRÁFICA

Amélia Frazão-Moreira

Antropóloga, Professora Auxiliar no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/NOVA) e investigadora integrada no CRIA, sendo coordenadora (com Paulo Mendes) do grupo de investigação Desafios Ambientais, Sustentabilidade e Etnografia. Tem coordenado e participado em diferentes projectos no âmbito da Antropologia do Ambiente, Etnobiologia e Etnoecologia, em contextos portugueses e africanos. Entre outras publicações, co-editou (com Manuel Fernandes) *Plantas e Saberes. No limiar da Etnobotânica em Portugal* (Colibri, 2006) e é autora de *Plantas e “Pecadores”. Percepções da Natureza em África* (Livros Horizonte, 2009).

**UM LUGAR PARA O DESENHO
NA PESQUISA ETNOGRÁFICA
– INCURSÕES NOS ARQUIVOS
DE UMA EXPERIÊNCIA**

Ana Isabel Afonso

Desenhos de Manuel João Ramos,
inicialmente publicados em
Afonso (2004) e aqui republicados,
com autorização do autor.



Isto (não) é etnografia?!

O CACHIMBO DE MAGRITTE E O PARADOXO DA AUTENTICIDADE

Neste artigo apresento uma vertente da minha pesquisa sobre mudança social numa aldeia trasmontana que, tendo constituído uma interessante experiência de etnografia quando preparava a redacção da minha dissertação de doutoramento, levou-me a retomá-la e a desenvolvê-la em futuras incursões ao terreno. Trata-se do recurso ao desenho etnográfico, não apenas como complemento da escrita, mas também como poderoso indutor da narrativa e ainda como um dispositivo fortemente empático no estabelecimento de laços de interacção com os informantes, com quem e sobre quem podemos desenhar.

Não sou eu, contudo, a autora dos desenhos que foram esboçados no decorrer desta pesquisa, mas sim Manuel João Ramos, um amigo antropólogo e artista de reconhecido talento, a quem pedi ajuda para ilustrar determinados aspectos do meu trabalho, e em relação aos quais não dispunha de registos visuais adequados.

O mote estava dado para o que viria a ser um estimulante trabalho colaborativo, já extensamente reportado noutro texto (Afonso 2004) que envolveu, de forma inusitada, a antropóloga, o artista e os informantes, empenhados em contribuir para a construção de um retrato fidedigno desse passado recente, que corria o risco de se perder, inexoravelmente escondido na memória dos mais velhos. Seria, porventura, esta situação peculiar em que a minha recolha etnográfica, realizada a quinhentos quilómetros de Lisboa, acabaria por ter como fio-condutor o lápis de um artista-antropólogo, o qual, mais como artista do que como antropólogo, antecipava perguntas sobre as minhas observações, registos e entrevistas, que me obrigavam a voltar ao terreno, no seu encaicho, aprendendo nesta busca do detalhe a fazer mais e melhor etnografia.

Entre idas e vindas a Trás-os-Montes, os primeiros esboços começavam a ganhar forma, e também eles me passaram a acompanhar nas sucessivas revisitações ao terreno, tornando claro, desde logo, que o processo de construção dos desenhos ia muito para além da mera ilustração que inicialmente tinha em mente. Na verdade, ele revelou-se um suporte fundamental em diferentes fases da minha pesquisa e, como tal, constituiu uma forma peculiar de arquivo de memórias no terreno, tornando-se, simultaneamente, modo de fazer e produto que, como antropóloga, não hesito em partilhar.

Escolhi como legenda da imagem seleccionada para enquadrar esta reflexão, um trocadilho provocador da célebre legenda de Magritte “Isto não é um cachimbo”, rotulando uma pintura da sua autoria que, para o comum dos mortais, se parecia exactamente com um cachimbo. Tivessem os mais cépticos tido a ousadia de o acender e rapidamente compreendiam a essência deste aparente *non-sense*. Mesmo parecendo tal e qual um cachimbo, se o acendêssemos não chegaríamos a fumá-lo, mas tão só a provocar a sua destruição pelo fogo... Tinha toda a razão, Magritte, quando ironizou através da sua paradoxal legenda.

Inspirada no pintor surrealista, recorro a uma formulação semelhante, mas interrogativa-afirmativa, para reflectir sobre a questão da objectividade no terreno e sobre as ferramentas de abordagem da realidade ao alcance dos antropólogos para representarem, da forma mais fidedigna possível, as suas observações, mas sem se confundirem com elas, qual cachimbo de Magritte.

No caso da etnografia, diria mesmo que, para além da contingência das nossas representações, há que ter em conta que elas espelham, igualmente, uma incontornável dualidade do trabalho etnográfico – a de se alicerçar em observações que *nós* fazemos.

PROCESSO ETNOGRÁFICO E OS DESENHOS QUE NÃO FIZ

Em retrospectiva, o meu interesse pelo desenho em etnografia começou pelo uso acidental que fiz do talento ímpar de Manuel João Ramos, a quem pedi

para me fazer alguns desenhos que pensava incluir, como ilustrações, na minha tese de doutoramento, quando em finais dos anos 90 estava a realizar um estudo sobre mudança social numa aldeia trasmontana¹.

No decorrer deste processo recolhia pacientemente depoimentos dos meus informantes, cujas memórias evocavam actividades recorrentemente registadas nas entrevistas informais e narrativas que preenchiam o tempo longo da minha pesquisa. Como antropóloga, escutava, observava e registava no meu caderno de notas de campo todos os detalhes que me permitiriam escrever uma etnografia da mudança, seguindo os cânones normais da etnografia tradicional.

Em alguns depoimentos, contudo, a natureza fragmentar das descrições de situações e eventos experienciados pelos meus interlocutores fizeram-me sentir uma notória falta de registos visuais que, para além dos seus discursos, me permitiriam dar visibilidade aos fenómenos reportados. Ocorreu-me então que, com base nesses testemunhos, o recurso ao desenho poderia ser uma boa forma de colmatar tal ausência.

Os meus primeiros pedidos dirigidos ao antropólogo-desenhador começaram, assim, por ser bastante específicos – pedia-lhe que, a partir de fotografias recolhidas em álbuns pessoais, destacasse algumas situações ou objectos pouco nítidos. Pedia-lhe também que incorporasse a expansão tentacular da aldeia num novo mapa, a redesenhar com base na pesquisa documental e no inquérito oral que estava a realizar. Recordo-me que estes pedidos iniciais eram despoletados, sobretudo, por uma certa atracção pela riqueza estética e ilustrativa do desenho, perspectivando usá-los como complemento da narrativa no texto da tese.

No entanto, quando voltava ao terreno com os primeiros esboços produzidos, e tentava captar alguns detalhes resultantes de questões que o Manuel João me fazia para poder avançar com os seus meticulosos desenhos, podia constatar que o potencial do desenho no trabalho etnográfico ia muito para além do seu poder ilustrativo.

1 *Terra, Casa e Família. Valores em Mudança numa aldeia de Terras de Miranda (Sendim 1944-1994).*

Com efeito, a simples confrontação dos informantes com os primeiros esboços, que lhes apresentava como propostas de interpretação dos seus discursos, parecia estimular a memória e a associação de ideias, convidando-os a participar na construção desse registo do antropólogo, corrigindo-o e completando-o nuns casos, validando-o noutros.

Mas para além de espelhar o interesse do antropólogo pelas situações observadas em campo, o desenho tinha esse poder, insubstituível por qualquer outro dispositivo de registo visual, de actuar em sentido inverso, atraindo também ele a curiosidade dos informantes sobre essa presença humanizada, vendo-o a ele com outros olhos e reagindo, sem filtros, ao registo espontâneo que o antropólogo deixa sair do seu caderno de notas (Ramos 2000; Taussig 2011).

Deste modo, o desenho revelava-se um dispositivo metodológico interessante, não só ao nível puramente técnico de gerar informação, mas também na sedimentação da relação entre o investigador e os sujeitos da sua pesquisa. Retenho esta como a sua maior riqueza, porventura ofuscada pelo poder atractivo e estético da imagem desenhada, face ao hermetismo do texto escrito ou à banalidade da fotografia digital.

Na verdade, esta abordagem experimental evidenciou que a plasticidade do desenho permitia dar forma às abstracções captadas a partir de relatos de memória, ao mesmo tempo que tornava visível como essas narrativas eram filtradas pelo olhar do antropólogo. No vai-vem do terreno para o atelier do artista, e deste de volta ao terreno, pela mão do antropólogo em campo, se tornavam explícitos esse olhar e essa interpretação, deliberadamente não cristalizados em texto, nem tão pouco susceptíveis de ser fixados pela voracidade fácil (e imutável) da máquina fotográfica.

Através desta dinâmica, rapidamente nos demos conta que, à medida que os esboços iam tomando forma, outras dimensões, começavam a emergir, tornando claro que o simples acto de desenhar implicava, além da prática persistente e de um certo talento, uma dimensão fundamental de qualquer etnografia – a capacidade de observar (Agarwal 2012; Berger 2005; Cabau 2016).

O desenho trazia, assim, novos modos de ver e novas coisas a registrar, operando como um “catalizador de memórias” (Kuschnir 2014) e tornando visível o que, no fundo, o antropólogo procurava no terreno. Por outras palavras, a elaboração dos desenhos suscitava a participação dos informantes, ora para os corrigir, ora para lhes acrescentar novos elementos, dando à pesquisa uma eficácia inesperada na busca dessa sintonia com o ponto de vista nativo.

A IMAGEM MAIS BEM GUARDADA DO MEU ARQUIVO

A imagem que seleccionei como ponto de partida desta reflexão concentra em si este processo interactivo que esteve na base da sua elaboração. Vale a pena deter-nos um pouco nela, e no que permitiu captar sobre a realidade que tentamos objectivar.

Este desenho singular mostra uma mulher que embala um berço enquanto está a fiar, um cenário sugestivo da estreita articulação entre a esfera produtiva e a esfera doméstica, que foi mencionada, de forma recorrente, em várias das entrevistas que realizei.

Tomada à letra, a imagem parece representar um quadro familiar do quotidiano do espaço doméstico, na fase particular do ciclo de vida da mulher, em que grande parte do seu tempo era dedicado a cuidar dos filhos pequenos. O entorno foi capturado a partir da iconografia local, e o traço realista do artista suscitou, junto dos informantes, interessantes comentários que acrescentaram detalhes ao que os sucessivos desenhos iam continuando a registrar, fazendo uso dessa sua plasticidade, capaz de isolar e abstrair elementos do todo, para os aprofundar ou fazer realçar.

Para a elaboração dos desenhos, entrevistas, recolha iconográfica e interacção com os informantes cruzaram-se, contribuindo de forma convergente para apurar a observação. Desenhar com os informantes trouxe um afinamento do olhar que conduziu à descrição densa e, conseqüentemente, a fazer melhor etnografia.

A atmosfera captada neste desenho, em que uma mulher está a fiar enquanto embala o berço com o pé, torna explícito esse contexto interpretativo da antropóloga, ao mesmo tempo que estimula a evocação de novos detalhes, que vão sendo verbalizados pelos informantes e posteriormente representados pelo artista, através de vários *close-up* de desenhos subsequentes, nos quais se pretendeu destacar os detalhes aduzidos².

A título de exemplo, o desenho que se seguiu mostra a roca de fiar e o fuso, com a respectiva designação *emic* e as medidas reais assinaladas, incorporando e dando visibilidade ao detalhe introduzido pelos informantes: *no interior da roca era frequente introduzir-se uns grãos-de-bico, que faziam ruru com o movimento da roca que a mulher segurava enquanto fiava, ao mesmo tempo que embalava o bebé, fazendo balouçar o berço com o pé...* Uma imagem simbolicamente forte e ilustrativa desse passado que era lembrado nas memórias de infância, quando a actividade agrícola dominava a vida da aldeia.

Por sua vez, o berço que vemos foi esboçado a partir de fotografias que tirei em arrecadações que me abriam, em resposta às minhas insistentes perguntas sobre medidas e pormenores que permitissem o seu desenho fidedigno no atelier do artista. Foi numa dessas minhas deambulações que fiquei a saber que os berços antigos eram construídos pelo pai, a partir de rodas dos carros de bois, que assim se reciclavam quando a madeira já estava imprópria para esse uso inicial. Como o desenho tão bem mostrava, o berço era constituído por duas meias rodas paralelas, aproveitando-se o perfil curvo para o fazer balouçar.

Uma vez mais, desenhos e comentários dos informantes completam-se, contribuindo para a consolidação da descrição (e interpretações) do antropólogo, plasmando nesse diálogo os mais pequenos detalhes da vida dos objectos.

2 A propósito dos desenhos de Robert Powel nos Himalaias, Oppitz havia destacado essa potencialidade única do desenho quando comparada com outras formas de expressão visual: "Drawings [...] can isolate, single out, decontextualise; they can transport their subjects into different surroundings; they can take imaginary viewpoints. This makes drawings capable of conceptual idealisation and abstraction; of visually presenting symbolical significance" (Oppitz 2002:122).

A etnografia vai nascendo assim, apoiada nesta forma de representação e num constante vai-vem que acompanha o investigador ao longo de um processo cíclico e sempre aberto, que parte do trabalho de campo e da observação participante, passa pelos primeiros esboços desenhados; de volta ao terreno desenvolve novos registos em diferentes suportes (entrevista narrativa, fotografia, recolha de materiais biográficos); daí resultam novos desenhos e outros regressos ao terreno para mais observações, e assim sucessivamente, num processo sempre aberto, até o ciclo se interromper (apenas momentaneamente) em cada momento da escrita.

Como referem Ingold (2011) e Taussig (2009), a grande virtualidade do desenho parece residir mais no acto de desenhar, como processo que fortalece e guia a observação e a descrição, do que, propriamente, no produto final.

OBSERVAR, DESENHAR E ESCREVER

Como ilustração, o desenho constituiu, deste modo, um atractivo complemento da narrativa e uma forma de registo visual, quando outros falham. Mas não só. O que retiro desta experiência colaborativa de terreno, que tem sido corroborada por várias reflexões de antropólogos que reportam usos semelhantes desta forma de expressão e ferramenta de análise em diversos contextos de pesquisa (Ramos 2009; Taussig 2011; Kuschnir 2012; Azevedo 2016) o desenho deixa de ser mero “enfeite do registo etnográfico” para se tornar, ele próprio, “registo etnográfico”, plasmando as interpretações e construções do etnógrafo sobre a realidade que observa e dando visibilidade à forma como os sujeitos da sua pesquisa entendem (e corrigem) as interpretações do etnógrafo.

Tal virtualidade do desenho que, em relação a outras formas de registo visual permite representar mesmo o que não vemos com os olhos, constitui um poderoso indutor da narrativa *emic*, contribuindo para aproximar observador e objecto da observação em diferentes fases da pesquisa.

Podemos então esperar que o uso metafórico do lápis para desenhar possa acrescentar veracidade e espessura ao texto escrito no decorrer do processo, dando-lhe autenticidade e tornando visível como o conhecimento produzido é eminentemente relacional. Nas palavras de Ingold (2013)³, *a prática do desenho poderia ser considerada como um poderoso dispositivo performativo e comunicacional do pensamento humano, que permite ao investigador complementar a escrita, interagir com os informantes no terreno e, de forma colaborativa, mapear, trocar e expor aquilo que vê e como o “vê”, aos olhos do observado.*

Desta forma, e independentemente da habilidade do etnógrafo ou do artista (com quem o antropólogo possa colaborar), o desenho permite-nos apurar a observação, na sua plenitude sensorial e participante, que constitui, afinal, a ferramenta essencial da etnografia.

3 Tradução livre da autora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, Ana I. (2004), “New Graphics for Old Stories. Representation of Local Memories Through Drawings” (desenhos de Manuel João Ramos) in S. Pink, A.I. Afonso, L. Kurti (eds.) *Working Images, Visual Research and Representation in Ethnography*, London, New York, Routledge: 72-89.

AFONSO, Ana I. (1997), *Terra, Casa e Família. Valores em Mudança numa aldeia de Terras de Miranda (Sendim 1944-1994)*, Tese de Doutoramento em Antropologia Cultural e Social, FCSH – Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

AGARWAL, Vincent (2012), *A Sketchbook About Drawing*, Glasgow, compiled and written by the author (www.gsa.ac.uk/media/956631/guide-to-drawing.pdf), consultado em Março 2016.

AZEVEDO, Aina (2016), “Um convite à antropologia desenhada”, *METAGraphias: Metaligüagem e outras figuras*, 1 (1): 194-208.

BERGER, John (2005), *Berger on Drawing*, London, Co.Cork Occasional Press.

CABAU, Philip (2016), “Crús e Descosidos. Reflexões em Torno do Ensino do Desenho da Antropologia”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, 5 (2): 21-36.

KUSCHNIR, Karina (2012), “Desenhando cidades”, *Revista Sociologia & Antropologia*, 2(4): 295-314.

KUSCHNIR, Karina (2014), “Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa”, *Cadernos de Arte e Antropologia*, 3(2): 23-46.

INGOLD, Tim (2011), *Being Alive: Essays on Movement, Knowledge and Description*, London, Routledge.

INGOLD, Tim (2013), *Making: Anthropology, Archaeology, Art and Architecture*, London, Routledge.

OPPITZ, Michael (ed.) (2001), *Robert Powell Himalayan Drawings*, Zürich, Volkerkundemuseum.

RAMOS, Manuel J. (2000), *Histórias Etíopes*, Lisboa, Assírio e Alvim.

RAMOS, Manuel J. (2009), *Traços de viagem: experiências remotas, locais invulgares*, Lisboa, Bertrand.

TAUSSIG, Michael (2009), “What Do Drawings Want?”, *Culture, Theory and Critique* 50(2): 263-274.

TAUSSIG, Michael (2011) *I Swear I Saw This: Drawings In Fieldwork Notebooks, Namely My Own*, Chicago, University of Chicago Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Ana Isabel Afonso

Antropóloga, Professora Auxiliar no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA), investigadora integrada no CICS.NOVA. Participação em projectos colectivos na área da antropologia visual, com destaque para as publicações: com Sarah PINK e Laszlo KURTI (eds.) 2004, *Working Images*; na mesma obra, em colaboração com M. J. RAMOS, “New Graphics for Old Stories: Representation of Local Memories Through Drawings”. Com Krista HARPER e Francesca BAYRE (eds) 2016 “Participatory Approaches to Visual Ethnography from the Digital to the Handmade” *Visual Ethnography - Special Issue*, 1 (5).

**DE QUE FALAM AS COISAS
EM TRÂNSITO? REGISTRAR
A MATERIALIDADE QUOTIDIANA
EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS.**

Marta Vilar Rosales



Irmandade do Espírito Santo,
Paróquia de Santa Maria dos Anjos,
Toronto. Festa de Abertura, 2009

A ANTROPOLOGIA CONHECEU PROFUNDAS MUDANÇAS nas últimas décadas. Inicialmente influenciada pelo positivismo herdado das ciências da natureza, assistiu a partir da década de 80 a intensas discussões acerca do seu objecto de estudo, das condições que marcam a sua produção de saber e dos impactos e usos a que este saber é sujeito quando ultrapassa a esfera restrita do debate académico. Do questionamento das noções e configurações de *campo*, *objectividade*, *alteridade* e *relações de poder*, à *crise da representação*, questões metodológicas centrais ligadas à prática etnográfica ao papel do antropólogo e ao produto do seu trabalho, a disciplina tem vivido intensos debates, permeados por ondas de pessimismo e optimismo, as quais espelham com particular acuidade as mudanças sociais a que se vem assistindo no mundo.

Hoje, no rescaldo desses debates resultantes das vozes críticas do pós-modernismo e do pós-pós-modernismo, importa à antropologia procurar respostas para um conjunto de perguntas importantes que continuam a desafiar a sua estabilidade enquanto disciplina social. Interessa interrogar e perceber, por exemplo, se o saber que emerge das pesquisas empíricas atuais pode ser comparável ao saber produzido noutros quadros temporais; ou se o aumento quantitativo de investigações, publicações, conferências, pareceres e actividades de divulgação científica corresponderão por ventura a um salto qualitativo na sua produção científica; e ainda se a originalidade do trabalho antropológico – baseada na ultrapassagem permanente das fronteiras entre a cultura do investigador e a cultura investigada (Kohl 2014) – ainda faz sentido e caracteriza os seus produtos científicos.

Foi neste quadro de instabilidade, por vezes criativa por vezes exasperante, que pensei uma contribuição para o desafio lançado pelas organizadoras do ciclo: *Fins de Tarde com a Antropologia: Conversas sobre Arquivos Etnográficos*. Procurei reflectir, de acordo com o que foi pedido, sobre o arquivo dos materiais recolhidos no terreno, sobre os seus usos presentes e futuros e sobre as políticas de acessibilidade a que esses arquivos, no meu caso pessoais, estão e estarão sujeitos. Esta última questão, embora na altura da nossa

conversa não tenha merecido tanta atenção da minha parte como as primeiras, ganhou importância durante a escrita deste pequeno texto. De facto, e como muito bem sublinhou o meu colega (obrigada!) de conversa Ricardo Roque, falar de arquivos e antropologia implica discutir, não só o arquivo dos materiais recolhidos no decorrer da prática etnográfica, mas também a prática etnográfica no arquivo na qual, segundo alguns (ver Kohl 2014, entre outros), poderá muito bem estar o futuro da antropologia. Muito embora este texto, que decorre da apresentação feita, foque sobretudo aspectos do arquivo de materiais etnográficos, gostaria mesmo assim de sublinhar a importância que arquivos públicos e privados têm para a prática do trabalho antropológico em geral, e para a antropologia histórica em particular (Gell 1998), enquanto terrenos de investigação etnográfica.

A minha área de investigação principal prende-se com a cultura material contemporânea. Desde o doutoramento tenho vindo a investigar o papel desempenhado pelas coisas na produção e reprodução da vida quotidiana, na iniciação e estabilização de sociabilidades e pertenças, na tradução de diferentes perspectivas sobre a vida, os outros e o mundo e, sobretudo, no estabelecimento de pontes e comunalidades entre pessoas e grupos aparentemente diversos. Procuo especialmente trabalhar com objectos mundanos, no quotidiano, que vivem sobretudo em casa longe, ou melhor mais longe, do escrutínio público. Tento explorar a materialidade a partir de múltiplos ângulos, mas com um objectivo principal: entender o seu papel constituinte e regulador na estruturação e enquadramento de experiências de vida marcadas pela migração. Até ao presente, as coisas, e os seus trânsitos, têm contribuído de forma positiva para estudar algumas das múltiplas e complexas dimensões que permeiam e constituem as migrações contemporâneas. Independentemente da(s) rota(s) percorrida(s), da época histórica e do(s) acontecimento(s) que despoletaram a migração, os objectos presentes nas casas dos grupos migrantes em estudo têm-se mostrado fundamentais para a análise e discussão das especificidades e semelhanças existentes nas suas experiências de vida em Moçambique, no Canadá, no Brasil e em Portugal (Rosales, 2010, 2012).

Fazer etnografia em contexto doméstico é simultaneamente complexo e desafiante. Entrar nas casas das pessoas, aceder aos seus espaços mais pri-

vados e observar as coisas que lá existem é um exercício que exige tempo e, sobretudo, um especial cuidado no modo como se efectuam e gerem os registos etnográficos. Trabalhar com objectos e práticas de consumo, observar os modos como se constroem e reconstroem casas, inquirir sobre as trajetórias percorridas pelas coisas (alimentos incluídos) e sobre as relações que se estabelecem entre elas (coisas), o espaço onde vivem e as pessoas que nele também habitam implica recorrer a diferentes ferramentas de pesquisa e produzir uma multiplicidade de registos que vão muito para além da gravação de entrevistas e da fotografia. Isto porque trabalhar a materialidade não passa somente por recolher comentários e explicações sobre as coisas que se possui, nem observar práticas, usos e apropriações. Passa igualmente por examinar o lugar das coisas nos ambientes em que vivem, as hierarquias e lógicas classificatórias que se estabelecem sobre elas e, sobretudo, *ouvi-las* falar sobre si próprias, sobre as outras coisas e sobre as pessoas e contextos com as quais interagiram no passado e interagem no presente. Observar a *vida social das coisas* (Appadurai 1986) implica igualmente, para além do já apontado, descrever a sua materialidade, registar o peso, as dimensões e a cor dos objectos, provar e cheirar alimentos, se possível *tocar* nas coisas com as próprias mãos para melhor descrever a sua estrutura e textura. Por outro lado, a cultura material doméstica integra um sem fim de coisas, muitas das quais se tornam invisíveis aos olhos das pessoas com quem estamos a trabalhar, pelo facto de a sua presença se ter tornado tão quotidiana e óbvia (Miller 2010). Como aceder ao que aparentemente não *interessa* aos entrevistados constitui um desafio permanente para o qual ainda não encontrei resposta satisfatória.

Parto sempre para o terreno com um plano de observação e registo, que vou melhorando com base em anteriores pesquisas e experiências. Estas observações obrigam a um diário de campo complexo que, para além das minhas notas sobre as diferentes dimensões anteriormente descritas, integra também gravações, fotos, esquemas gráficos que explicitam os lugares e os espaços das coisas nas casas e as relações (de proximidade, distância, maior ou menor visibilidade, etc.) e de escala que se estabelecem entre elas. Estes registos são facilmente trazidos dentro do computador quando se volta do terreno e a maior parte das vezes completados à distância de modo a resultarem num único registo capaz de integrar o máximo da informação

recolhida e promover um conjunto de interrogações e pistas da discussão relativamente consistentes. Este registo, constitui o maior contributo material para o *arquivo etnográfico* pessoal que venho desenvolvendo desde o doutoramento sobre materialidade e consumo em contextos migratórios.

O registo não vive, no entanto, sozinho. Ele é complementado por muitas outras coisas igualmente significativas que inevitavelmente acabam por entrar dentro da bagagem quando é hora de regressar a casa. A primeira categoria dessas coisas é invariavelmente composta por comida: alimentos embalados que não se estragam e que permitem reproduzir receitas e recriar experiências alimentares do terreno. A segunda categoria é constituída por objectos que me são oferecidos, provenientes quer das casas estudadas quer comprados propositadamente porque são iguais ou semelhantes às coisas sobre as quais detive o olhar mais demoradamente ou demonstrei especial apreço. Esta é uma categoria muito diversificada e integra normalmente objectos de pequeno ou médio porte (sobretudo de madeira ou cerâmica e que caibam na mala), têxteis, pinturas, gravuras, utensílios de cozinha, alguns objectos de uso pessoal (brincos, pulseiras, colares, maquilhagem). A terceira categoria é composta por objectos que eu própria adquiero, a partir de múltiplas lógicas que combinam aspectos pessoais, de investigação e, na maioria das vezes, ambos. São coisas que servem para relembrar o terreno, promovendo um convívio com a sua materialidade que se estende para além deste. Esta deslocação das coisas se, por um lado, permite ouvi-las com atenção especial e estabelecer a sua história com mais detalhe, por outro, permite também reflectir sobre os efeitos do movimento nas coisas e testar a sua integração num contexto que lhes era estranho. A sua grande maioria habita na minha casa e passou a incluir a lógica pessoal e privada de casa.

Mas, e com excepção desta última categoria de coisas, o que acontece a estes objectos? Que vida tem quando chegam a um contexto novo que é o das nossas casas, gabinetes ou institutos de investigação?

Dever-se-á considerar que há materiais etnográficos mais significativos do que outros presentes no arquivo? E se sim, como estabelecer a sua hierarquização e como fazê-la reflectir na produção científica?

No que respeita aos materiais que compõem o meu arquivo, posso afirmar que foram produzidos para serem lidos no quadro de investigações específicas e apenas por mim ou por um grupo muito restrito de pessoas directamente ligadas ao projecto em causa. Nesse sentido, a actividade de arquivo está fortemente ligada à reflexividade antropológica, facto que deve ser tido em conta quando se equaciona a sua exposição pública. O arquivo transporta para o contexto de produção científica os materiais de *lá*, do *outro*, de *longe*. É uma forma de manter ou retomar o contacto com as pessoas, os contextos, as situações experimentadas no decorrer do trabalho de campo. O arquivo tem uma natureza fragmentária, é subjectivo e deixa transparecer com muita frequência a fragilidade das fronteiras entre o pessoal e o antropológico. Resulta simultaneamente de imaginação e autoridade intelectual. Reflecte as perspectivas do antropólogo, o que o seu olhar e agenda de investigação privilegiam e o modo como se posiciona no terreno e se relaciona com ele e ele consigo.

Serão estas as razões que explicam a relutância ética da maioria dos antropólogos a tornar públicos os seus arquivos? Ou serão de outra natureza as razões que levam a antropologia actual a questionar-se sobre a significância do material empírico recolhido no quadro de uma investigação específica e por um antropólogo em particular para a restante comunidade científica?

Os arquivos etnográficos conferem um poder considerável ao antropólogo. Uma vez que é ele que faz directamente a recolha do material, atribuem-lhe o poder de representação, o poder de acesso ao material arquivado e, em certa medida, o poder sobre a memória, o passado e o modo como outros investigadores trabalharão o grupo em questão. Mas pode este poder pôr em causa a sua utilização por outros investigadores? Estará a antropologia ciente da importância presente e futura do material recolhido no passado, das potencialidades que encerra para a investigação contemporânea? E o que reflectir sobre o arquivo do presente? Dos contributos da pesquisa actual para os arquivos etnográficos futuros?

Não tenho resposta para nenhuma das muitas interrogações que aqui deixo. No entanto, penso que constituem um tópico de reflexão importante que deveremos continuar a debater. A sua centralidade, apesar de normalmente

assumir uma forma muito discreta, foi-me recentemente lembrada ao visitar a casa de vários colegas americanos que, tal como eu, expõem nas suas casas coisas várias trazidas dos seus terrenos e que deixaram de ver como *etnográficas*, dada a proximidade quotidiana que marca as suas relações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, Arjun (1988), *The social life of things: Commodities in cultural perspective*. Cambridge University Press.

CUNHA, Olivia Gomes (2004), “Tempo imperfeito. Uma Etnografia do Arquivo”, *Mana* 10(2): 287-322.

GELL, Alfred (1998), *Art and agency: an anthropological theory*. Clarendon Press.

KOHL, Karl-Heinz (2014), “The Future of Anthropology Lies in its Own Past: a Plea for the Ethnographic Archive” *Social Research*, 81: 3.

MILLER, Daniel (2010), *Stuff*. Polity Press.

ROSALES, Marta Vilar (2012), “My Umbilical Cord to Goa: Food, Colonialism and Transnational Goan Life Experiences.” *Food and Foodways* 20, 3-4: 233-256.

ROSALES, Marta Vilar (2010), “The domestic work of consumption: materiality, migration and home-making.” *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia* 14, 3: 507-525.

NOTA BIOGRÁFICA

Marta Vilar Rosales

É investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 2014. Doutorou-se em Antropologia Social e Cultural na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 2007. Desenvolve investigação nas áreas da cultura material e consumos, antropologia da alimentação, antropologia dos media e dos movimentos migratórios portugueses contemporâneos. Realizou trabalho de terreno em Moçambique, Canadá, Brasil e Portugal. Entre outras publicações, destaca-se *Cultura material e consumo: uma introdução* (2009) e *As coisas da casa: cultura material, migrações e memórias familiares* (2015).

**AS MÚLTIPLAS VIDAS DOS ARQUIVOS
DE CAMPO – TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA
1997-2014 (BRASIL)**

Susana de Matos Viegas



Uma criança todos os dias brincava com os meus blocos de notas. 1998, Sapucaeira, Distrito de Olivença, Bahia/Brasil.

A FOTO QUE ESCOLHI PARA ESTE TEXTO transporta-nos para a casa da família que me acolheu na investigação de campo de longa-duração que realizei em 1997-1998, entre os atuais Tupinambá de Olivença, e que se destinou à redação da tese de doutoramento. Em 2003 quando terminei a tese e voltei a Sapucaeira o local desta casa era um enorme estaleiro de obras onde se edificava a Escola Indígena Tupinambá de Olivença. Reencontrava-me então com os meus anfitriões em circunstâncias muito diferentes. Iniciava uma outra pesquisa de campo que duraria até 2008, coordenando a equipa e sendo responsável por redigir o estudo antropológico que fundamentou o processo ainda a decorrer da demarcação de uma Terra Indígena.¹

Assumindo que as notas de campo etnográficas podem ter o que expressivamente Robert Leopold (2008) chamou de uma “segunda vida”, isto é, “um lugar que viabiliza o nascimento de um novo conhecimento” (Leopold 2008: 3) neste texto partirei do conjunto de material de campo que recolhi com o objetivo de refletir sobre as suas ‘múltiplas vidas’, mesmo nas mãos de um mesmo antropólogo, e as suas possíveis transformações, uma vez transferidos com vista à sua utilização por terceiros.

Entre as várias questões levantadas pelos autores que têm refletido sobre arquivos etnográficos, aquela que irei tratar de forma mais focalizada diz respeito ao contributo possível do arquivo do material de campo para uma história da antropologia, sustentada no estudo das práticas de investigação dos antropólogos, mas também do desdobramento de análises de um mesmo material de campo (cf. Silverman 1995 e Leopold 2008). Irei refletir, então, sobre o conjunto de documentação que organizei e que irei aqui inventariar, tendo em conta uma visão lata sobre o que são os arquivos etnográficos.²

1 Tive financiamentos no primeiro caso da FCT e no segundo da própria Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

2 Inicialmente e na apresentação oral do evento “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos” havia feito um contraste entre estas experiências e a que mais recentemente

Uma outra questão que irei apenas aflorar remete-nos para os processos de devolução do nosso trabalho aos interlocutores, o que pode significar em muitos casos – como nos apontados por Leopold em relação ao *National Anthropological Archives* nos EUA – o interesse de *native researchers* consultarem esses materiais para fins diversos, que vão das suas próprias teses académicas ao papel que certo tipo de material etnográfico pode desempenhar na defesa legítima de direitos sociais (Leopold 2008: 3). Seguindo o intuito desta publicação, irei abordar ambas as questões a partir de uma inventariação genérica do material recolhido em campo com base na ideia de que inventariar é, em si, um índice das possíveis produções do conhecimento.

INVENTÁRIO DE UM ARQUIVO (1997-1998)

Uma das características marcantes do tipo de registo e notas de campo que realizei para a tese de doutoramento em 1997-1998 foi a centralidade que o diário de campo assumiu, tanto para o registo de notas das reuniões governamentais (sobre saúde indígena por exemplo), políticas (de associações rurais, políticas especificamente indígenas, etc.) como eventos dos mais variados – dos religiosos aos de sociabilidade regular. As muitas conversas e a vida diária ocuparam no entanto lugar ainda maior neste diário de campo. Nos 12 meses de campo gravei apenas cerca de 50 conversas. Entre outras razões, explicações para esta predominância das notas de observação prende-se com a forma de comunicação dos meus interlocutores. Muitos diálogos com eles não duravam mais de 10 minutos. Narrativas longas ou histórias complexas que na época considerasse útil gravar eram raras.

As descrições no diário de campo eram também o suporte adequado ao tempo de longa duração deste trabalho de campo. Durante estes doze meses as notas de rascunho raramente “arrefeciam” – para usar uma expressão bem encontrada por Roger Sanjek (1990) para referir a capacidade de transformar rapidamente as notas de rascunho em descrições desenvolvidas no diário de campo. O diário de campo que resultou deste trabalho é particularmente

tem resultado do trabalho de campo entre os Fataluku em Timor-Leste. Nesta versão escrita optei, no entanto, por uma focalização nas investigações que realizei no Brasil.

extenso, com cerca de 1000 páginas (400,000 palavras), contando com longas e persistentes descrições das vivências informais quotidianas. Este tipo de registo respondeu também a uma convicção analítica que muito cedo verifiquei que iria ser a melhor forma de ultrapassar as visões tanto dos paradigmas da aculturação como daqueles das políticas da identidade étnica que predominavam na época na compreensão da vida de populações como Tupinambá de Olivença. Adotei assim um estilo de revivalismo malinowskiano que na década de 1990 estava muito em voga na antropologia europeia, nomeadamente a britânica. Foi a partir desse registo que se começou a abrir um quadro comparativo dialogante com a literatura etnográfica e antropológica sobre outros contextos ameríndios (cf. Viegas 2007).

Em 1997-1998 muitas das páginas do diário de campo (talvez um terço) foram redigidas no conforto do apartamento que aluguei na vila de Olivença. As restantes foram manuscritas, redigidas literalmente nos cadernos e na cadeira presente na fotografia acima, na área externa da casa onde dormia em Sapucaeira e durante o dia, já que na altura não havia luz elétrica (e nem água canalizada) na região. Depois de voltar de campo passei para formato digital essa parte manuscrita do diário de campo.

Ao inventariar para fins deste artigo o material que resultou desta investigação verifiquei que o conjunto de material que guardo em várias cópias digitais em computador e disco rígido e em alguns casos em papel é o seguinte:

- Diário de campo.
- Diário de Campo indexado.
- Cerca de 260 slides a cores e 150 fotos a preto e branco identificados e organizados de acordo com eventos e datas.
- Transcrição de todas as conversas gravadas e as respetivas cassetes (para as quais já não tenho aparelho de leitura).
- Arquivo digital de fichas do arquivo do cartório da vila de Olivença com as fichas de registo de nascimentos e mortes ocorridas entre

1880 e 1926³ inseridas no programa *filemaker* – um programa quase obsoleto.⁴

- 20 mapas diversos.
- Transcrição de notícias de imprensa local da década de 1930 relativas aos “caboclos de Olivença”.
- Dados variados de estatística e notícias de imprensa (1997-2000).

Este conjunto de material tem servido para múltiplas análises nestes quase vinte anos. Para além da tese e variados artigos, eles vieram a ganhar sequencialmente uma segunda vida como parte de um processo de reivindicação de direitos pelos meus interlocutores, como desenvolvo na próxima secção.

INVENTÁRIO DE UM ARQUIVO SEQUENCIAL E COMPLEMENTAR (2003-2009)

Em 2003 quando já tinha fixado o material recolhido em 1997-1998 num universo interpretativo etnográfico, iniciei as investigações de campo para a fundamentação do território requerido pelos Tupinambá para ser demarcado pelo Estado brasileiro como Terra Indígena. Essa investigação foi feita sob pressão de tempo, com prazos legais a cumprir, sob a pressão de haver despejos violentos de áreas “retomadas” pelos Tupinambá de Olivença – um processo descrito como “reintegração de posse” e que resulta com frequência em despejos violentos legalmente legitimados contra os índios. Nestas situações a polícia destrói aldeias inteiras e retira os índios das áreas de residência em camiões de carga, na maior parte das vezes causando situações de real violação dos direitos humanos.

3 Esta documentação foi muito valiosa para o mapeamento das áreas de residência dos índios nos finais do século XIX, já que se indicava nestes registos o local do seu falecimento (cf. Viegas 2007).

4 Mark Turin faz uma observação pertinente sobre o fato de muito do material de campo registado em arquivos digitais dificultar a sua recuperação, já que os programas informáticos se tornam obsoletos (cf. Turin 2011: 454).

Neste segundo tipo de trabalho de campo a forma de registo de material começou por ser planeada e aprovada pela coordenação de assuntos fundiários da FUNAI em Brasília, num documento intitulado “Manual do Antropólogo” e redigido por mim com base numa minuta formatada para este efeito. O “manual” descreve os procedimentos metodológicos a seguir pela equipa em campo – neste caso quatro pessoas – sendo a agenda e organização diária do trabalho feita em colaboração com a liderança indígena principal que nos acompanhava todos os dias.

Nesta investigação que se realizou em períodos intermitentes e curtos (neste caso 1 mês em 2003, 1 mês em 2004, 15 dias em 2005, 15 dias em 2008) não houve diário de campo e mesmo as conversas gravadas não foram transcritas por mim. Diagramas genealógicos e fotografias para efeito comprovativo da existência de uma população indígena na área e seus locais de residência, cultivos etc. foram fundamentais. Reuniões com lideranças vindas de uma área extensa e organizadas pela nossa equipa ocuparam lugar central, e foram gravadas e fotografadas, num processo em que a investigação de campo é, mais ainda do que em investigações inseridas estritamente nas atividades académicas, ela própria um processo político (cf. Viegas 2010). Cartas dos índios e minhas a fazer exigências de aceleração do processo, documentos e até atos jurídicos fazem parte de um grande volume de documentação.

Neste processo os dados recolhidos e seu estado de preservação arquivística são os seguintes:

- Cerca de 90 conversas gravadas e transcritas, mas com muitas falhas de transcrição.
- Diagramas genealógicos de cerca de 50 áreas de residência – em parte digitalizados.
- Mapas, alguns desenhados em oficinas com habitantes das várias áreas de residência.
- Mapas de levantamentos topográficos feitos pelas equipas (2003, 2004, 2008).

- Descrições pelos índios dos recursos naturais importantes em cada região.
- Atas de reuniões com os índios destinadas a explicar o trabalho realizado e/ou aprová-lo.
- Dados da Fundação Nacional da Saúde Indígena (FUNASA) – cerca de 3000 fichas organizadas por “aldeias” com registros de nomes, idades, grau familiar entre membros de uma mesma casa, etc.
- Transcrição da gravação de algumas destas reuniões.
- Documentação oficialmente arquivada na FUNAI de Brasília – faxes enviados por mim e respostas eventuais da FUNAI; Cartas dos índios à FUNAI.
- Correspondência entre 2004 e 2008 entre os índios e a delegação regional da FUNAI em Ilhéus, solicitando material, pressionando para a finalização do processo demarcatório, anunciando “retomadas” de terra, informando da eleição de novas lideranças, etc.
- Emails trocados com diversos servidores da FUNAI, colegas da equipa de trabalho e com colegas a trabalhar em ONGs, ou com lideranças.
- Pastas com notícias da imprensa do Brasil relativas ao processo de demarcação dos Tupinambá de Olivença e outras que fui arquivando desde 2000 (no total de cerca de 1200 notícias desde o ano 2000 até à atualidade).
- Cerca de 380 fotografias – cujos negativos estão arquivados na FUNAI-Brasília.
- Documentos relativos à legislação indígena.

Esta inventariação do material oferece um índice do tipo de investigação que desenvolvi. O relatório final aprovado em Março de 2009 tem cerca de 700 páginas e inclui muitos destes dados e ainda o estudo feito por um “ambientalista” com dados sobre atividades extractivistas, caça, pesca,

condições do solo na região, do clima, formas de uso da terra, etc. Como já argumentei noutra lugar, ainda que este conjunto vasto de material tenha tido que se enquadrar na legislação brasileira e que dar conta de um estudo para uma área extensa, com cerca de 50,000 hectares, a densidade etnográfica que verdadeiramente sustenta a natureza mais genérica do argumento resulta do registo de material no diário de campo anterior (cf. Viegas 2009). É no entanto verdade que nesta nova investigação esse material anterior ganhou novas ‘vidas’, desdobrando-se em múltiplos novos conhecimentos, nomeadamente implicando a articulação das vidas numa área territorial de amplitude muito mas vasta do que a que conheci na vez anterior.

Para além do material que inventariei acima, entre 2009 e a atualidade lidei com a documentação de contra-argumentação jurídica da parte de proprietários da terra na região, guardada na FUNAI e consistindo em 12 volumes entre títulos de propriedade e relatórios de peritos que tentam contradizer as demarcações propostas. Participei e guardei as várias respostas que a FUNAI foi tendo que realizar, assim como a troca de correspondência minha com a FUNAI, com o Ministério Público, e a articulação com um número crescente de investigadores que foram entretanto realizar pesquisa de campo na região. Cartas públicas assinadas pelos antropólogos que fizeram trabalho com os Tupinambá e as próprias teses académicas (sete de mestrado e três de doutoramento concluídas) realizadas entre 2009 e a atualidade são hoje parte íntegra deste material.

ARQUIVOS PARA TERCEIROS E COMENTÁRIO FINAIS

A inventariação que fiz torna claro que os novos desdobramentos do conhecimento a partir do material recolhido entre 2003 e a atualidade engloba muito material que poderá ainda ser trabalhado, não apenas por mim como por futuros investigadores. Essa viabilidade do material ser objeto de análise de terceiros implica de um modo mais literal o sentido de ‘arquivar’ que Derrida (1995) desenvolve no seu texto clássico “Memory: The Question of Archives”. Derrida lembra que “o significado de ‘arquivar’, o seu sentido próprio, vem do termo grego *arkheion*: inicialmente uma casa, um domicílio,

uma morada, a residência dos magistrados superiores [e] os *archons* – aqueles que mandavam”; arquivar implica, portanto “domiciliar”, guardar os documentos num local determinado (Derrida 1995: 2-3; Papailias 2005: 12). Se o inventário do material nas duas investigações de campo no Brasil que aqui apresentei já implicou descrever o que efetivamente guardei (num local específico), um sentido mais público desse processo de arquivar é o que está na base de debates sobre arquivos etnográficos como os desenvolvidos por Silverman (1995) ou Leopold (2008). Esse debate implica a disponibilização desse material para ser trabalhado por terceiros.

Ainda que concorde com a preocupação assinalada por Leopold de que o material recolhido em campo deva ser arquivado e disponibilizado para consulta por futuras utilizações pelos próprios *native researchers*, o que explicito neste breve texto chama a atenção para o facto de que esse material a disponibilizar não incorpora apenas notas ou registos diretos de campo, mas também abrange com a mesma relevância transcrição de entrevistas, fotografias, e documentação histórica, assim como as monografias e todo o tipo de relatório ou estudos analíticos implicando, assim, uma visão lata dos arquivos etnográficos. Alargar o sentido de arquivo etnográfico é reconhecer que, dada a natureza historicamente situada do conhecimento antropológico, as múltiplas vidas do material de campo não resultam apenas das releituras de ‘materiais brutos’, mas também da conjugação desses materiais com a variedade cada vez mais vasta de fontes e de formas de escrita etnográfica – uma das marcas da antropologia contemporânea. Uma iniciativa que viabilizasse ‘domiciliar’ este conjunto de materiais seria sempre de salutar tanto para os próprios Tupinambá de Olivença, que aliás não têm meios de o fazer com eficácia como para muitos seus interlocutores políticos e seria igualmente relevante para uma história da antropologia plural e densamente informada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DERRIDA, Jacques (1995), *Archive Fever*, University of Chicago Press, Chicago and London.

LEOPOLD, Robert (2008), “The second life of ethnographic fieldnotes”. *Ateliers du LESC* [En ligne], mis en ligne le 04 août 2008, consulté le 08 mars 2016. URL: <http://ateliers.revues.org/3132> ; DOI : 10.4000/ateliers.3132

PAPAILIAS, Penelope (2005), *Genres of Recollection: Archival Poetics and Modern Greece*, Palgrave-Macmillan, New York.

SANJEK, Roger (1990), “A vocabulary for fieldnotes” in Sanjek, Rogers (ed), *Fieldnotes: the making of anthropology*, Cornell University Press, Ithaca and London: 92-138.

SILVERMAN, Sydel (1995), “Introduction” in Silverman, Sydel e Mancy Parezo (Ed.), *Preserving the Anthropological Record*, Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research. www.copar.org/par/, consultado em 14 de Outubro de 2015.

TURIN, Mark (2011), “Born archival: the ebb and flow of digital documents from the field”, *History and Anthropology*, vol. 22 (4): 445-460.

VIEGAS, Susana de Matos (2007), *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*, 7Letras/Almedina, Rio de Janeiro, Coimbra.

VIEGAS, Susana de Matos (2009), “Can Anthropology Make Valid Generalizations? Feelings of Belonging in the Brazilian Atlantic Forest” in Pina-Cabral, João and Toren, Christina, “What is Happening to Epistemology?”, Special issue of *Social Analysis* 53 (2): 147-162.

VIEGAS, Susana de Matos (2010), “Ethnography and public categories: the making of compatible agendas in contemporary anthropological practices”, *Etnográfica* 14 (1): 135-158.

NOTA BIOGRÁFICA

Susana de Matos Viegas

É antropóloga, Investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Foi docente na Universidade de Coimbra entre 1989 e 2006, com doutoramento na mesma universidade (2003). Tem como interesses de pesquisa os estudos ameríndios (principalmente Tupi), territorialidades, pessoa, parentesco e género, experiência vivida e suas historicidades. Desde 1997 faz pesquisa entre os Tupinambá de Olivença no sul da Bahia, tendo publicado *Terra Calada* (2007) no Brasil e coordenado o processo de demarcação da *Terra Indígena Tupinambá de Olivença* (FUNAI, 2003-2009). Desenvolve desde 2012 pesquisa entre os Fataluku em Timor-Leste sobre espaço, territorialidades e historicidades, os Mártires e a relação com os antepassados a partir de trabalho de campo realizado na região de Lautém.

**DO TERRENO PARA O ARQUIVO.
REFLECTINDO SOBRE ITINERÁRIOS
ETNOGRÁFICOS**

Inês Lourenço



Acumulação de diferentes tipos de arquivo, ilustrativa da diversidade de percursos etnográficos.

O PRESENTE TEXTO PRETENDE SEGUIR O ITINERÁRIO das adaptações a diferentes terrenos e, conseqüentemente, a diferentes metodologias e registos etnográficos. Tal como o método etnográfico, também o registo, tem de ser adaptado de acordo com as circunstâncias de cada investigação. A sensibilidade do antropólogo leva-o a decidir qual a melhor abordagem metodológica do terreno que pretende estudar. A sua capacidade de adaptação é patente na forma como mergulha no terreno e como esse mergulho facilmente o surpreende face à teoria que o precedeu, tal a sua formação para a abertura à desestabilização (Goldman 2008: 7)¹. Da mesma forma, a transposição para novos – e por vezes profundamente distintos – terrenos, implica frequentemente a adaptação a formas de recolha e de registo de informação por vezes radicalmente distintas das abordagens anteriores.

Assim pretende-se reflectir sobre a adaptação a metodologias etnográficas tão distintas como a clássica observação participante e o contacto com os interlocutores através das redes sociais. O registo e o arquivo dos dados etnográficos é igualmente influenciado, gerando desestabilizações que comprovam como a experiência (pessoal) de trabalho de campo – com todas as desconstruções necessárias – constrói o conhecimento antropológico.

DIFERENTES TERRENOS, NOVAS ABORDAGENS METODOLÓGICAS

A minha primeira experiência etnográfica aconteceu logo após a minha licenciatura em Antropologia no ISCTE em 2000, no âmbito do Mestrado em *Antropologia – colonialismo e pós-colonialismo* também no ISCTE e, em

1 Por exemplo, no âmbito da minha pesquisa de doutoramento centrada em conceitos de género e de religião entre a diáspora Hindu, a pesquisa teórica pressupunha uma forte articulação com a categoria de nacionalismo (hindu). Contudo, o terreno veio a revelar que esse elemento não era tão relevante no contexto português, o que levou a que fosse mesmo retirado do título original da tese.

simultâneo, no decorrer de estágio profissional de 9 meses na Câmara Municipal de Loures. Tentando realizar uma investigação comum para os dois contextos, iniciei em 2000 um projecto de investigação centrado na comunidade hindu residente na freguesia de Santo António dos Cavaleiros, Loures. Esta primeira abordagem resultou, num outro período, o da pesquisa de doutoramento, num trabalho etnográfico prolongado no tempo, que se desenvolveu até à conclusão deste, em 2009².

A recolha etnográfica não se circunscreveu a Portugal, tendo realizado dois períodos de trabalho de campo na Índia e no Reino Unido. A deslocação à Índia, mais precisamente a Diu, no Gujarate, de onde é oriunda grande parte dos membros da comunidade em estudo, foi realizada entre Janeiro e Fevereiro de 2006 e complementou duas deslocações anteriores no âmbito da investigação para mestrado, agora com um enfoque diferente³.

A metodologia utilizada foi a do trabalho de campo clássico, com uma presença prolongada no terreno, com recurso à observação participante, à aprendizagem da língua gujarati⁴, e com registos escrito – em bloco de notas e em diário de campo – fotográfico e vídeo.

-
- 2 A escolha deste local tinha ocorrido no momento da minha investigação de mestrado, prendendo-se com o facto de não existir, até então, um olhar antropológico aprofundado sobre o grupo de hindus que aí se concentrava. Esta realidade era distinta daquela que tinha sido observada relativamente a populações hindus, estabelecidas em bairros de habitações degradadas da área da grande Lisboa (cf. Bastos, 1991, Bastos e Bastos, 2000) e cujos resultados teóricos sugeriam uma população relativamente homogénea do ponto de vista social e da sua proveniência geográfica na Índia. Santo António dos Cavaleiros surgia referenciada em obras de antropologia e geografia (Bastos, 2000, Malheiros, 1996) como uma freguesia que concentrava um conjunto substancial de hindus com diferentes proveniências geográficas, quer na sua origem, quer na sua experiência migratória em África, e com um maior grau de diversidade social dos grupos que a compunham.
 - 3 As duas primeiras estadias na Índia, entre Janeiro e Fevereiro de 2002 e Outubro e Dezembro do mesmo ano, foram acompanhadas pela minha então colega de mestrado Rita Cachado que havia iniciado, um ano antes, um trabalho etnográfico no bairro da Quinta da Vitória, Portela de Sacavém no âmbito de um estágio profissional no Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos da Câmara Municipal de Loures. Vivemos, ao longo do percurso de investigação de mestrado uma partilha de espaços e momentos etnográficos (V. Cachado e Lourenço, 2016).
 - 4 A língua materna dos hindus originários do Gujarate, na Índia, falada fluentemente pelas primeira e segunda gerações de hindus portugueses.

Num primeiro momento de trabalho de campo – aquele em que o/a antropólogo/a apreende através daquilo que vê e que ouve – a memória, com auxílio do bloco de notas no terreno excluíram quase completamente o uso de gravador de voz e, ao invés de entrevistas, a recolha de informação assentou no diálogo com os meus interlocutores, revelando-se o gravador um elemento inibidor entre a população em estudo. Em contrapartida o uso da máquina fotográfica foi, na maioria das situações, bem aceite e mesmo estimulado. A recolha etnográfica resultou portanto num grande conjunto de diários de campo, blocos de notas e ficheiros visuais (fotografias e gravações de vídeo).

Terminado este período prolongado de investigação, iniciei em 2010 um novo projecto, no âmbito de um pós-doutoramento. Este marcou uma viragem importante a nível metodológico e gerou novas ansiedades, agora provocadas por uma transição para um novo terreno, com outros interlocutores, totalmente distintos do contexto de análise anterior. Pretendia-se neste projecto observar os processos de consumo de bens culturais com origem na Índia entre a população urbana lisboeta, sem ligações directas à Índia, particularmente através de dois grupos de pessoas: os seguidores de cinema popular indiano⁵ e as praticantes de dança Bollywood na Área Metropolitana de Lisboa.

No que respeita ao primeiro conjunto de pessoas, este não se encontrava especialmente agrupado de qualquer forma, pelo que a sua procura teve que ser individual. Para tal, várias estratégias metodológicas foram inauguradas: os contactos *online*, tendo os interlocutores sido inicialmente encontrados por via da internet, com a divulgação da minha investigação no blog *Grand Masala* (<http://grandmasala.blogspot.pt/>), e o contacto com muitos deles mantido através de *blogs*, troca de correio electrónico e através de chats de facebook⁶.

5 Habitualmente designado de Bollywood, o nome informal dado à indústria de cinema em língua hindi, sediada em Mumbai, resultante da fusão entre o antigo nome desta cidade, Bombaim, e a indústria cinematográfica de Hollywood.

6 A relação entre investigação qualitativa com recurso à internet foi abordada por Bedows, demonstrando como a internet fornece «o seu próprio e único conjunto de possibilidades metodológicas»

A internet teve um papel central no decorrer desta etnografia, dada a ausência de um circuito de cinema indiano em Portugal que dificultou a identificação de participantes nesta investigação, permitindo encontrá-los em diferentes zonas do país, embora a maioria se encontrasse na zona da Grande Lisboa. A interação com os interlocutores decorreu de diferentes formas. Sempre que o contacto pessoal era possível, realizaram-se entrevistas informais e semi-estruturadas. Em vários casos, as entrevistas foram complementadas por pesquisas na internet, através do meu computador portátil, para visionar trechos de filmes sobre os quais os interlocutores pretendiam falar e reflectir.

Para alguns participantes localizados longe de Lisboa ou para aqueles que não tiveram disponibilidade para reunir pessoalmente, o contacto através da internet foi uma opção, dado o interesse que demonstravam em participar através deste meio. Resumindo, para além dos contactos *online*, privilegiaram-se as entrevistas semi-estruturadas entre as audiências de Bollywood, bem como a recolha de dados empíricos através de etnografia realizada em estabelecimentos comerciais que vendem filmes e bandas sonoras de Bollywood, entre vendedores e clientes.

Profundamente relevantes, as metodologias e técnicas da antropologia permitem analisar acuradamente a articulação entre o que determinadas audiências fazem com um filme e o contexto social e cultural em que o visionamento do filme se enquadra (Gray 2010: 122)⁷. Ela implica também o recurso a uma metodologia própria, de acordo com os interlocutores que esta envolve. No caso concreto, esta investigação revelou um universo caracterizado por um certo secretismo, um consumo privado e, em alguns casos, mesmo escondido, razão pela qual os seus participantes são difíceis

mas simultaneamente novos constrangimentos, conduzindo à necessidade de desenvolver novas técnicas face a estas novas questões (Bedows 2008: 135).

7 Gray demonstrou como a observação participante com audiências reais cria conexões pessoais com os espectadores que se reflectem na informação recolhida e em perspectivas mais profundas e mais precisas, diferentes daquelas das «voiceless masses of the Frankfurt School (Gray 2010: 116)». Neste âmbito é importante ter em conta a contribuição dos “cultural studies” em estabelecer uma relação entre as formas de cultura popular e questões mais amplas de ideologia política, género e da relação entre a cultura e o poder (ver Hall 1980).

de identificar. Para além disso, ao contrário de outros países europeus como é o caso do Reino Unido, onde Bollywood tem uma grande expressão, com audiências fidelizadas (v. eg. Dudrah 2006, Gopal e Moorti 2008 e David 2010). Portugal não tem exposições públicas nem canais de divulgação deste cinema, considerado ainda por uma grade parcela da sociedade, como *kitsch* e de fraca qualidade.

Pelo facto de muitas entrevistas terem sido realizadas com recurso ao computador portátil, este acabou por substituir o bloco de notas e o diário de campo em papel, passando o registo a ser realizado em versão digital. Esta mudança surgiu-me inicialmente intimidante pela ausência do papel que tinha até então sido confortavelmente útil. Contudo, o registo digital dos dados de campo, juntamente com o visionamento de filmes ou de trechos destes, no mesmo suporte, facilitou o processo de análise dos dados recolhidos.

A segunda fase desta investigação centrou-se num grupo de praticantes de dança Bollywood, o que me conduziu a novas adaptações metodológicas. Este trabalho de campo centrou-se em duas turmas de dança Bollywood – na escola da dança Dance Factory em Lisboa, no Complexo Desportivo de Alcabideche, em Cascais e na companhia de dança Diana Rego, ambas direccionadas pela bailarina e coreógrafa Diana Rego.

Neste caso, a minha aproximação às interlocutoras fez-se através da minha própria participação nas aulas de dança. Ao contrário de outros trabalhos, em que os investigadores tinham também formação em dança (ver Almeida e Flores-Ferreira 2013), esta foi a minha primeira experiência nesta prática⁸. Esta opção metodológica prendeu-se com o facto de apesar de poder observar os ensaios da companhia de dança, não me ter sido dada a possibilidade de assistir às aulas nas escolas de dança sem participar delas.

8 Almeida e Flores-Ferreira (2013) denominaram de etnografia corporificada a metodologia adoptada para estudar as corporalidades do trabalho bailarino, tendo a investigadora participante um experiência anterior no campo da dança.

Assim, a metodologia utilizada foi a observação participante nas aulas, acompanhada também por uma “etnografia de balneário”, o espaço privilegiado para os contactos antes e depois das aulas, momentos em que se estabelecem e estreitam contactos, complementada por entrevistas semi-direccionadas realizadas fora deste espaço. Uma vez mais, o contacto frequente com as minhas interlocutoras foi mantido através da internet, particularmente da rede social Facebook.

Consequentemente, pelas características deste universo de análise e pelo tipo de etnografia adoptada, o regresso ao bloco de notas e ao diário de campo em papel tornou-se indispensável, apesar do cruzamento com o computador portátil como ferramenta importante para registar e analisar imagens, quer das aulas de dança, quer de coreografias de filmes, o que levou à confluência de diferentes tipos de registo usados nas experiências anteriores.

NOTA FINAL

As diferentes formas de arquivo decorrentes dos itinerários aqui relatados resultaram em vários cadernos em papel e em muitos ficheiros de texto, imagem, som e vídeo, fruto de 16 anos de investigação em diferentes contextos etnográficos. A sua informação originou duas teses, vários artigos e capítulos de livros. Contudo, a revisitação destes arquivos revela um potencial de informação que, ao longo dos processos interpretativos foi descartada mas que, à luz de novas leituras e novos interesses de análise, se torna profundamente relevante.

O itinerário de escolhas etnográficas descrito pretendeu demonstrar a centralidade do terreno na pesquisa antropológica. São os terrenos que impulsionam as escolhas etnográficas, os seus métodos de recolha, de registo e de arquivo. Desde 1985, com Clifford, Marcus e Fischer (Marcus e Fischer 1985, Clifford e Marcus 1986) a presença do antropólogo na narrativa tornou-se imperativa, assim como a voz dos etnografados. E porque o trabalho de campo consiste em estabelecer relações entre pessoas, é da relação de mutualidade entre ambos, no terreno, que resulta o conhecimento antropológico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Dóris Dornelles e Maria Tereza Flores-Ferreira (2013), “As corporalidades do trabalho bailarino: entre a exigência extrema e o dançar com alma”, *Revista de Administração Contemporânea*, 17, 6: 720-738.

BASTOS, J. G. P. e Bastos, S. P. (2000), *De Moçambique a Portugal. Reinterpretações Identitárias do hinduísmo em Viagem*, Lisboa, Fundação Oriente.

BASTOS, Susana Pereira (1991), *A Comunidade Hindu da Quinta da Holanda: um estudo antropológico sobre a organização sócio-espacial da casa*, Lisboa, LNEC.

BEDOWS, Emma (2008), “The Methodological Issues Associated with Internet-based Research”, *International Journal of Emerging Technologies and Society*, 6:2, 124-139.

CACHADO, Rita e Inês Lourenço (2016), “Aparentemente no mesmo terreno. Notas sobre trabalho de campo colaborativo” in Humberto Martins e Paulo Mendes (org.), *Trabalho de Campo: Envolvimento e Experiências em Antropologia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais: 221-240.

CLIFFORD, James e George Marcus (orgs.) (1986), *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*, Berkeley, University of California Press.

DAVID, Ann R. (2010), “Dancing the diasporic dream? Embodied desires and the changing audiences for Bollywood film dance”, *Participations* 7: 2, 215-235.

DUDRAH, Rajinder (2006), *Bollywood. Sociology goes to the movies*, Delhi, Sage.

GOLDMAN, Márcio (2008), “Os tambores do Antropólogo: antropologia pós-social e etnografia”, *PontoUrbe*, 2, 3: 1-11.

GOPAL, Sangita, and Sujata Moorti, eds. (2008), *Global Bollywood: Travels oh Hindi Song and Dance*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

GRAY, Gordon (2010), *Cinema: a visual anthropology*, Oxford: Berg.

HALL, Stuart (1980), “Cultural Studies: two paradigms”, *Media, Culture and Society*, 2: 57-72.

MALHEIROS, Jorge Macaísta (1996), *Imigrantes na Região de Lisboa: Os Anos da Mudança: Imigração e Processo de Integração das Comunidades de Origem Indiana*, Lisboa, Edições Colibri.

MARCUS, George e Michael Fischer (orgs.) (1985), *Anthropology as cultural critique. An experimental moment in the human sciences*, Chicago, University of Chicago Press

NOTA BIOGRÁFICA

Inês Lourenço

Antropóloga, é investigadora integrada do Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-ISCTE-IUL), no grupo de investigação Práticas e Políticas da Cultura. É doutorada no ISCTE-IUL em Antropologia, com mestrado em Antropologia. Colonialismo e Pós-Colonialismo na mesma instituição. A sua investigação centrou-se na diáspora hindu em Portugal, assente num trabalho etnográfico realizado em Portugal e na Índia desde 2000 e, mais recentemente, no consumo de bens culturais de origem indiana na sociedade portuguesa, numa articulação entre Portugal e a Índia. Tem publicado na área dos estudos da diáspora Hindu sobre religião, género e nacionalismo.

**DO PAPEL AO MULTIMÉDIA:
O ARQUIVO COMO UM CAOS
DE BITS E BYTES**

Sónia Ferreira



Gravações Rádio Alfa,
Paris, 7 Abril 2013

NAS PALAVRAS DE MARILYN STRATHERN “fieldwork has always involved the ethnographer making her or himself open to entering into relationships with others. The findings, data, or materials we gather always reflect these relationships and, in many ways, they are what makes the material meaningful.” (Strathern cit. em Horst, 2016: 15¹).

Apesar da alegada relação íntima e pessoal do antropólogo com o seu arquivo, intuída pela frase de Strathern e comumente evocada, essa afinidade parece-me contudo passar mais facilmente por uma relação ambivalente do que por uma afinidade “natural”, porque por um lado o arquivo comporta e acumula o saber que o antropólogo traz do terreno, os objectos, as imagens, as suas notas e impressões vertidas em papel (os famosos blocos de notas, cadernos de terreno, diários de campo) e constitui uma dimensão valiosa, estimada e imprescindível da sua vida profissional; mas por outro possui uma dimensão material que obriga a uma gestão da mesma, pois o arquivo enquanto materialidade, pela sua presença física, impõe-se e pode vir a constituir uma preocupação, um peso, uma obrigação difícil e árdua de gerir por falta de tempo, de espaço, de ânimo. A sua presença não deixa contudo de ser ubíqua e central, o antropólogo é produtor de um arquivo que espelha, reflecte e orienta o seu trabalho e é deste um retrato. Alguns arquivos podem mesmo adquirir auras especiais, sendo patrimonializados², musealizados, comentados, tornando-se uma referência, símbolo e acesso ao mais íntimo da produção científica de um investigador. Não há assim nada que se possa dizer sobre o arquivo de um antropólogo que seja simples. A relação com o seu produtor é complexa e ambivalente e a sua configuração pessoal, guiada por regras clássicas ou simplesmente reflexo directo de uma personalidade e sua forma de trabalhar, são dificilmente apreendidas por

1 Foi consultada a versão digital em: https://www.researchgate.net/publication/284409613_Being_in_Fieldwork

2 Para o caso português, exemplo do Fundo Jill Rosemary Dias, organizado pelo CRIA e que deu origem a um fundo bibliográfico e à edição de uma obra “Cadernos de Jill Dias. Inventário de um Arquivo” (2011).

terceiros, por quem procura discernir uma lógica, um modelo, para além ainda das óbvias questões éticas que a prática do trabalho antropológico obriga e que o arquivo, tal como o trabalho do antropólogo, deve acautelar.

Simultaneamente, apesar de estar aqui a referir o “arquivo” como entidade monolítica, este tem de ser pensado como entidade múltipla e complexa, com sentidos e hierarquias próprias. Os materiais que o constituem, individualmente e não apenas em conjunto, ocupam um lugar na hierarquia das fontes, tanto endógena como exogenamente. Nesse sentido gostaria de precisar algumas questões que me parecem importantes. Em primeiro lugar a questão da distinção entre fontes recolhidas, fontes produzidas e fontes oferecidas ou doadas. E porquê? A forma primeira de recolha de uma fonte é essencial para perceber como subsequentemente a olhamos, utilizamos ou arquivamos. As fontes recolhidas podem vir de origens diversas, de arquivos, do terreno (através da observação, do relacionamento com as pessoas, com instituições), de colegas, etc. As fontes produzidas são aquelas que são únicas ao nosso trabalho, as entrevistas que eu realizei, as fotografias que eu tirei, os filmes que eu fiz, os inquéritos que eu apliquei, as estatísticas que eu produzi, são fontes que não existiam antes do meu trabalho e, nesse sentido, permitem uma análise que pode interrogar a fundo o seu contexto de produção, elas foram produzidas por mim em determinadas circunstâncias, com um determinado objectivo. Se frequentemente se refere a importância de fazer crítica de fontes, quem produziu, como e porquê, as fontes por nós produzidas são no fundo aquelas que conhecemos melhor (apesar das questões de subjectividade inerentes ao próprio processo científico) e temos com elas por isso uma relação de autoria. As fontes oferecidas ou doadas, são aquelas que constituem objectos, documentos que em determinado momento alguém nos oferece visando contribuir para a nossa investigação, pode ser uma fotografia, um mapa, um objecto decorativo, um utensílio de trabalho, um documento, qualquer coisa que nos chega como uma dádiva, inserindo-se por isso mesmo em laços de reciprocidade mas igualmente nas lógicas de sociabilidade e de construção de redes do próprio terreno.

Podemos ter assim fontes que possuem um enorme valor material, por serem raras, únicas, cruciais para o entendimento de uma determinada

realidade social e outras que não possuindo um valor material relevante (por não serem originais, por existirem em abundância, serem reproduções) constituírem igualmente fonte de informação importante para as nossas investigações. Quando para a minha tese de doutoramento (Ferreira, 2010) analisei imprensa produzida durante o período do Estado Novo, nomeadamente os jornais “Diário de Notícias” e “O Século” fiz muitas fotocópias das edições relativas às datas que tinham a informação que me interessava analisar e replicar na tese. Foi a necessidade de ter aquele conteúdo disponível 24 horas por dia que me levou a produzir cópias daquelas fontes, precisava de uma acessibilidade imediata. Estes materiais não têm à partida grande valor material, para os outros, para fora, mas apenas para mim. No entanto, muitas fotocópias contêm anotações, sublinhados, observações minhas que podem passar a ser relevantes por demonstrarem uma forma de trabalhar, uma linha de raciocínio, opções de inclusão e exclusão de conteúdos, a informação em bruto e como esta é filtrada e vertida em conhecimento antropológico.

Em termos práticos, e olhando especificamente para o meu arquivo, este é constituído naturalmente pelos materiais que se relacionam com as minhas várias investigações e terrenos: as memórias das mulheres de detidos desaparecidos chilenos (1998-1999); as memórias de trabalho e resistência das mulheres operárias de Almada (2003-2009); os produtores mediáticos portugueses em Toronto (2009-2011), os produtores, patrocinadores e participantes do programa da RTP1 “Magazine Contacto” em França (2012-2015) e no Brasil (2014) e a análise da relações laborais em Portugal entre 1890 e 1920 (2012-2015). De todas estas investigações guardo um arquivo clássico, com cadernos e diários de campo, fotografias, cassetes com entrevistas, materiais diversos em suporte escrito (cópias de material de arquivo principalmente do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico-Militar, fotocópias de textos científicos, jornais, revistas, censos), materiais diversos em suporte digital (entrevistas, fotografias e filmes da minha autoria) e objectos doados (fotografias, dvds, uma bandeira canadiana, merchandising de um programa de televisão, uma ementa de um restaurante luso-brasileiro, esferográficas da Casa do Benfica do Rio de Janeiro, entre uma panóplia

mais ou menos caótica, mais ou menos ordenada de evocações e sentidos do terreno que me acompanham quando escrevo sobre este).

A esta componente mais “clássica” do arquivo acompanha uma outra que se encontra armazenada no meu computador pessoal e que integra num primeiro momento apenas texto escrito (transcrições de entrevistas, relatórios, fichas de leitura, artigos e teses) a que mais tarde acrescem fotografias e filmes em formato digital, artigos e livros em formato digital e, a partir do momento em que começo a trabalhar na área da antropologia visual e da antropologia dos média, a componente “clássica” adquire outros contornos, nomeadamente pela necessidade de registar e guardar muitas horas de imagem em suporte vídeo e também conteúdos difundidos na internet (exemplo: Youtube) e nas redes sociais (exemplo: Facebook). O meu arquivo acompanha assim as transformações suas contemporâneas, onde perante profundas alterações na forma de ver e sobretudo captar o mundo através das tecnologias de informação e comunicação, as práticas epistemológicas e metodológicas da antropologia, como adverte Pink et al. (2016), se interrogam e adaptam: “doing research with, through and in an environment partially constituted by digital media has led to the development of new and innovative methods and challenged existing conceptual and analytical categories. It has invited us not only to theorise the digital world in new ways, but also to re-think how we have understood pre-digital practices, media and environments” (2016: 1-2). Assim muda também a captação e organização do material etnográfico, o arquivo torna-se digital, num formato cuja organização é complexa e apresenta custos e para o qual não existem regras metodológicas clássicas, e cujos suportes de captação e armazenamento variam muito e muito rapidamente e por isso, ao contrário do que acontece por exemplo com o papel, fica frequentemente inviabilizado o acesso ao que foi registado, tornando-se preocupação constante dos dias de hoje a actualização e migração de formatos.

Assim, a dimensão material do arquivo começa na contemporaneidade a assumir outro tipo de suporte e hoje, quando olho para o meu computador sinto, por um lado, que posso transportar o arquivo comigo, ou seja, tudo o que escrevi, fotografei, recolhi oralmente está à distância de uma tecla

(mesmo os objectos podem ser facilmente fotografados e guardados nesse suporte no computador) mas preciso igualmente de o arrumar, de gerir essa informação avassaladora que, por vezes, precisamente pela facilidade de recolha e armazenamento duplicamos, atiramos para o desktop como para a primeira gaveta da cómoda, e depois arrumamos logo, ou mais tarde, ou um dia. Por isso, mesmo se Sanjek e Tratner numa recente obra sobre “eFieldnotes” afirmam: “technology has changed not only how anthropologists conduct their fieldwork but also how they record, process, analyze, and communicate their findings.” (Sanjek and Tratner, 2016: ix) questiono: sim, muita coisa mudou, essencialmente na forma, mas terão as lógicas mentais de arrumação de dados mudado tão radicalmente como o seu suporte? Penso que não, de alguma forma replicamos no computador o arquivo em papel, mesmo que a informação seja de mais fácil acesso e a informática ofereça maior versatilidade na sua manipulação e entrecruzamento, a maior parte das lógicas, no meu caso, mantêm-se: a arrumação por investigação, por terreno, por temática, por ordem alfabética.

Simultaneamente, a relação entre trabalho de campo e arquivo ter-se-á igualmente alterado? Como refere Sanjek: “computers, digital archives, the Internet, and mobile devices are changing both our lives and anthropology in significant ways. The consequences for fieldwork are emerging daily, and they already affect interactions with informants, definitions of data and, ethnography’s disciplinary future.” (Sanjek, 2016: 12). A simples utilização do email, por exemplo, para estabelecer contacto com os entrevistados (Sanjek, 2016: 6-7) apresenta-se como questão crucial não só sobre o desenrolar da investigação – como entrar no terreno, manter contacto com os entrevistados, etc, – mas igualmente sobre como guardar e gerir essa correspondência e como a classificar. Se antigamente poderíamos tomar notas a seguir a uma conversa presencial ou telefónica com um actual ou futuro entrevistado, agora temos o texto escrito, o registo da nossa interacção com ele, na primeira pessoa, acessível no computador, no tablet, no telemóvel. De alguma forma, o que Zeitlyn (2012: 467-468) refere como a internet como arquivo, com lógicas de organização e acesso próprias. Esse tipo de informação que guardamos *online*, pela sua existência num formato virtual, apresenta-se sempre como mais volátil, dependente da guarda de terceiros, onde a

questão da preservação e da anonimização parecem menos garantidas e talvez por isso poucos materiais tenho guardados em “nuvens” ou sistemas de depósito e arquivo *online*. A conta de email contudo, plenamente ancorada num mundo de trocas de bits e bytes, pela centralidade que ocupa no seio da nossa vida profissional e não apenas na sua participação na investigação, deve ser em meu entender considerada como parte integrante do arquivo do antropólogo e por isso mesmo também sujeita às regras de conduta ética dos outros materiais. O email tornou-se terreno, nele ocorrem interações, trocas, verdadeira etnografia.

Ainda sobre os materiais que produzimos, recolhemos e tratamos na actualidade. Numa sessão sobre arquivos etnográficos³, intitulada “Ficheiros Secretos: fazer antropologia com dados que não podem ser divulgados”, Antónia Pedrosa Lima e Catarina Fróis referem a quase ausência de arquivo relativo às suas investigações pela impossibilidade de, por exemplo, gravarem entrevistas ou tirarem fotografias. Esse arquivo mínimo ou quase inexistente que possuem que parece, à partida, preocupante fez-me contudo invejá-lo enquanto as escutava. Penso que na actualidade pecamos por vezes pelo contrário, a facilidade do registo fez crescer exponencialmente o número de dados registados, nomeadamente os que se prendem directamente com a captação de imagem e som, nesse sentido posso gravar tudo e fotografar mais do que nunca até aqui, mas será no fim mais útil? Questiono-me sempre que tenho que seleccionar uma fotografia de entre mil, mesmo que bem arrumadas em pastas. Tornaram-se os arquivos excessivos?

No âmbito da selecção do material, não nos podemos igualmente esquecer que o arquivo é constituído por múltiplas realidades e possui uma hierarquia interna. Aliás, o arquivo do antropólogo possui mesmo hierarquias associadas à sua vida profissional e à construção da sua carreira. Os materiais da licenciatura, do mestrado, do doutoramento, do pós-doutoramento, as aulas, os projectos, as burocracias, ou seja, todo o processo de desenvolvimento e maturação de um profissional, onde existem materiais mais ou menos valorizados, considerados mais ingénuos ou mais maduros, passíveis de serem

3 Inseriria no ciclo organizado pelas editoras desta obra, sessão ocorrida a 3 de Março de 2016, no ISCTE-IUL.

retrabalhados ou ostensivamente afastados. Percebendo-se igualmente as lógicas do momento da sua carreira na forma como organiza os dados, seguindo tudo à risca como nos manuais no início da carreira, ganhando confiança e trilhando outros caminhos mais tarde, quando encontra objectos que obrigam a repensar também a forma de trabalhar e de arquivar, avanços e recuos, cruzamentos.

Gostaria de terminar com duas questões. A primeira prende-se com a disponibilização do arquivo e aqui não me referirei ao depósito ou doação de materiais mas à sua acessibilidade dentro de um próprio projecto de investigação. No meu actual projecto de pós-doutoramento (2015-2018) proponho como tarefa, para além das publicações, comunicações orais, etc, construir uma base de dados, de acesso público, com uma boa parte dos materiais que recolhi e criei em torno dos produtores mediáticos portugueses que analiso em França, no Canadá e no Brasil. Os materiais que integrarão esta base de dados terão graus de tratamento muito diferenciados, podem ser reproduções de jornais, links para emissões de rádio ou de programas de televisão, mas igualmente excertos de entrevistas, fotografias e vídeos produzidos em contextos de uma etnografia da produção (materiais que podem ser associados ou contrapostos às versões finais dos conteúdos mediáticos) e que revelam por isso material que frequentemente não aparece no domínio público do qual os artigos e as comunicações orais são a face visível. A selecção, tratamento e disponibilização destes materiais levantará certamente muitas questões, muitas das que classicamente sempre se colocaram sobre visibilidade vs. anonimato, tratamento científico vs. material em bruto, público especializado vs. público em geral aos antropólogos na árdua tarefa de manusear o seu arquivo e na utilização a dar aos materiais neste contido. Neste âmbito, apresenta-se como pertinente a provocação levantada por Zeitlyn (2012: 469) sobre os materiais que o antropólogo produz poderem ser vistos como arquivos da performance da pesquisa, onde o registo da performance difere da performance em si e por isso a sua (re)utilização, eu acrescentaria aqui também disponibilização, levantam questões interessantes sobre como reproduzir o irreproduzível, nomeadamente os momentos do encontro etnográfico.

A minha última questão prende-se com ausências, silêncios e invisibilidades. Zeitlyn (2012: 462) refere como Foucault e muitos dos seus seguidores exploram o que os arquivos suprimem, apagam, controlam como a informação sobre as mulheres, os doentes mentais, os dissidentes religiosos, os colonizados, entre outros subalternos. Questão que eu gostaria de remeter igualmente para o domínio dos arquivos dos antropólogos. Pois as ausências, os silêncios, as invisibilidades são neste caso reveladoras de paradigmas e escolas teóricas hegemónicas, de abordagens metodológicas imperantes, ou seja, o arquivo é também história da antropologia onde, como refere Cunha o devemos tomar como um “campo etnográfico” (2004: 293) como um “sítio” (Des Chene, 1997) onde uma etnografia se impõe. O arquivo é revelador das condições subjectivas e objectivas do trabalho, o que fiz e o que não pude ou quis fazer, as fotografias que não me deixaram tirar, as situações que deixei por registar, as pessoas que não pude ou não quisera ser entrevistadas, os documentos que não descobri ou que foram destruídos – o arquivo ausente.

Neste âmbito penso que deveremos todos questionar o nosso arquivo não só pelo que nele existe mas também pelo que nele falta, não tem lugar, é invisível porque nos constituímos pelos que somos mas também pelo que deixamos de lado, pelo que não quisemos, pelo que não alcançámos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Olívia M. G. (2004), “Tempo Imperfeito: Uma Etnografia do Arquivo”, *Mana*, 10 (2): 287-322.

DES CHENE, Mary (1997), “Locating the Past”, in Akil Gupta e James Ferguson (eds), *Anthropological Locations. Boundaries and Grounds of a Field Science*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press: 66-85.

FERREIRA, Sónia (2010), *A Fábrica e a Rua*, Castro Verde, 100Luz.

HORST, Heather (2016), “Being in Fieldwork: Collaboration, Digital Media and Ethnographic Practice” in Roger Sanjek e Susan Tratner (eds.), *eFieldnotes. The Makings of Anthropology in the Digital World*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press: 153-169.

PINK, Sarah *et al* (eds) (2016), *Digital Ethnography. Principles and Practice*, London, Sage.

SANJEK, Roger, Susan Tratner, S. (eds.) (2016), *eFieldnotes. The Makings of Anthropology in the Digital World*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.

SANJEK, Roger (2016), “From Fieldnotes to eFieldnotes” in Roger Sanjek e Susan Tratner (eds.), *eFieldnotes. The Makings of Anthropology in the Digital World*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press: 3-27.

ZEITLYN, David (2012), “Anthropology in and of the Archives: Possible Futures and Contingent Pasts. Archives as Anthropological Surrogates”, *Annual Review of Anthropology*, 41: 461-480.

NOTA BIOGRÁFICA

Sónia Ferreira

É investigadora integrada no CRIA (FCSH-NOVA) e “membre associé” da URMIS (Univ. Paris 7) onde co-coordena o “Groupe de Travail sur les Migrations Lusophones”. Doutorada em Antropologia pela FCSH-NOVA, atualmente é bolsreira de pós-doutoramento da FCT (CRIA); URMIS- Paris 7) com o projecto “Representações Mediáticas da Nação: ser português no mundo”. É autora das obras *Mulheres de Desaparecidos* (2003) e *A Fábrica e a Rua* (2010) e co-autora da obra *Relações Laborais e Demografia no Portugal Contemporâneo* (2014).

**DIÁRIOS DE CAMPO: MODOS
DE FAZER, MODOS DE USAR**

João Leal

dos, como eram também, "muitos pifos". Ao chegarem à estrada com o Império, não quiseram aceitar nada do outro Império: "não precisamos de nada do que é teu, desvie-se, desvie-se tudo...". Pois tem, no dia seguinte "queimaram a casa, não tinham nada que dar". O Império, inclusivamente, tem que ser repetido, mas já pelos herdeiros. A propósito do tema, várias verbalizações: "dêem de boa vontade para o Império crescer"; "dêem não era como agora, só prometiam Impérios mas suas agnias"; "agora é: acima, acima"; "só os 'brasilveiros' é que fazem por causa da riqueza".

Finalmente, composição aproximada do grupo de convidados para a matança de Angelina Benta, que teve lugar pela Festa: Taxares e mulher, Manuel Benta, Agostinho de Sousa, José Cortes, Soares do Carro.

Aproveitando o balança eis também a composição aproximada do grupo de trabalho da matança de Obáia de Freitas (A), realizada ontem: 2 primos Mouras de Avebrã, a mulher da das Festas de São Pedro e Vitório da Francisca e mulher.

A tarde, deslocação "chez" José dos Santos onde o tema principal da conversa foi o das "conjunções" a serem respeitadas no cultivo de vários produtos agrícolas. Essas conjunções dizem sobretudo respeito às sementeiras e visam impedir que as culturas se percam devido ao colho - inimigo principal - ou à praga - tanto "de ar como do chão" - e dos ratos: são "conjunções para a praga ou o colho não crescerem". Quando se quer evitar que o colho faça "perca", há que semear com "força de lua para baixo e maré para baixo"; quando, pelo contrário se quer evitar percas da praga ou dos ratos, há que semear com "força de lua para cima e maré para cima". Fiquei porém com a impressão de que o colho é o inimigo principal e de que portanto a conjunção valorizada é "lua e maré para baixo". Isso aplica-se a todos os produtos, incluindo à poda da vinha,

A ETNOGRAFIA – ESSE MODO DE OBSERVAR DE PERTO E DEVAGAR, com as pessoas – consiste numa assemblagem de metodologias específicas de observação. Mas compreende também um conjunto de modalidades de registo etnográfico. Alguns requerem certa sofisticação tecnológica, como o gravador, a fotografia ou o filme. Outros apoiam-se na escrita. O caso mais conhecido é o diário de campo. Mas há outros registos escritos de informação importantes, como os cadernos de campo usados na recolha etnográfica direta ou os registos de tratamento preliminar da informação.

O objetivo desta contribuição é falar da importância desses modos de registo escrito da etnografia. Para tanto, partirei da minha própria experiência etnográfica, que abrangeu quatro principais terrenos: os Açores nos anos 1980 (e.g. Leal 1994), a América do Norte (Nova Inglaterra e Toronto) e Santa Catarina (Brasil) nos anos 2000 (e.g. Leal 2011, 2014a), e São Luís (Maranhão, Brasil) entre 2011 e 2014 (e.g. Leal 2014b). O tema dominante dessas pesquisas foram as festas do Espírito Santo. Mas tanto no Brasil como na América do Norte, trabalhei também políticas e práticas de identidade étnica entre emigrantes açorianos ou seus descendentes.

CADERNOS DE CAMPO

Embora o diário de campo seja o modo de registo escrito mais importante da etnografia, tudo começa – cronologicamente falando – nos cadernos de campo. Estes são o instrumento principal para o registo da informação *on the spot*. São o lugar onde – num registo próximo daquilo que Simon Ottenberg classificou como “scratch notes” (1990: 148) – se procede a um registo escrito daquilo que se vai observando, das conversas que têm lugar, de eventuais ideias que ocorrem durante a observação, de contactos de pessoas que vamos obtendo. No meu caso, estes cadernos de campo eram tipicamente cadernos A8 sem linhas. Durante grande parte da pesquisa

afeiçoei-me a um caderno tipo, de capa preta, que pode ser adquirido em qualquer papelaria de Lisboa. Mas no Brasil mudei para a “variante local” e passei a usar cadernos de linhas com capa azul.

Nesses cadernos – que me acompanhavam sempre – registava resultados da observação das festas e rituais. Mas registava também apontamentos de entrevistas mais formais, tanto mais que durante muito tempo recorri pouco ao gravador. Mesmo quando comecei a usar mais o gravador, tirava simultaneamente apontamentos das entrevistas (creio que em resultado da minha desconfiança em relação à infalibilidade das tecnologias). Nos cadernos de campo ficavam também registados: apontamentos de conversas mais informais; coisas soltas que as pessoas diziam; coisas que eu ouvia as pessoas dizerem entre elas. Ou ainda coisas que ia observando: nos Açores, por exemplo, as casas, os campos cultivados e os pastos; em São Luís, descrições dos altares dos terreiros e das tribunas das festas do Divino. Mas, para além dessa informação mais “objetiva”, os cadernos de campo registavam também comentários impressionistas sobre as pessoas e as coisas que ia observando. Era também neles que nos Açores fazia os primeiros esboços de diagramas de parentesco e que em São Luís procedia às transcrições de letras das doutrinas cantadas durante os toques de Tambor de Mina.

Tudo no trabalho de campo está sob observação e era esse “tudo sob observação” que ia para os cadernos de campo. Nalguns dias escrevia poucas páginas. Noutros – por exemplo num dia de festa ou em resultado de uma entrevista mais longa – escrevia páginas e páginas. Na maioria dos casos, escrevia ao mesmo tempo que ia vendo ou conversando. Mas no caso de conversas mais espontâneas e informais, que sentia que deviam ser mantidas nesse registo, não usava logo o caderno de campo. As conversas ocorriam, eu esforçava-me por reter os pontos principais e depois procurava um lugar sossegado para reconstruir por escrito os principais pontos da conversa. O caderno de campo pode espantar a informação e há que identificar os momentos em que é preferível usá-lo de um modo diferido. Há também que saber largá-lo, como já havia indicado Malinowski quando referiu a importância de “put aside camera, note book and pencil, and to join in himself in what is going on” (2002 [1922]: 16). Essa recomendação foi para mim importante.

As festas e os rituais envolvem um intenso trabalho de preparação e a minha estratégia foi participar nesse trabalho. Aí a utilização do caderno de campo é impossível e tem que ser feita em diferido. Mas deve ser feita, porque é muitas vezes nesses momentos que circula com mais facilidade informação importante enunciada informalmente.

O DIÁRIO DE CAMPO

Nos cadernos de campo deve estar portanto toda a etnografia que se vai recolhendo – tudo aquilo que vamos ouvindo e vendo. Quanto ao diário de campo, ele pode começar por ser visto como o lugar onde é passada a limpo a informação constante dos cadernos de campo. Mas dizer isso, sendo verdade, não é inteiramente verdade. A etnografia registada nos cadernos de campo tem muitas vezes um carácter fragmentário. Passa-se de um tema a outro com uma certa facilidade. Tem também um carácter incompleto e muitas vezes a escrita é telegráfica. Está lá muita coisa mas várias outras coisas não estão lá: porque não houve tempo para apontar, ou porque houve uma seleção da informação relevante e certas coisas ficaram para trás.

O diário de campo é o lugar onde essa informação fragmentária é objeto de algum tipo de sistematização. E é também o lugar onde a informação incompleta é completada. Muitas vezes é até no decurso da escrita do diário de campo que o etnógrafo se dá conta que, para além daquilo que tinha escrito, outras coisas tinham acontecido que não estavam registadas. Sem o diário de campo muita informação se perderia ou ficaria entregue aos caprichos da memória. Simon Ottenberg falou da importância das “headnotes” (1990: 144) na pesquisa etnográfica: informação que não é necessariamente anotada mas que fica na cabeça do etnógrafo e pode ser ativada a qualquer momento. Como desconfio da minha memória, o diário de campo era o lugar onde procurava transformar o maior número possível de “headnotes” em “fieldnotes”. Era também o lugar onde aprofundava os diálogos interpretativos com o que ia observando. Quando se está no campo está-se a trabalhar em cima de certas hipóteses. Estas, no decurso do trabalho de campo, vão sendo refeitas e redefinidas. Algumas são abandonadas, outras

vão ganhando corpo. O diário de campo serve para que essa reflexão interpretativa muito colada à observação vá sendo formulada, revista, reescrita. Isso significa que o diário de campo é também o lugar onde vai sendo feita uma espécie de balanço da pesquisa. É à luz desse balanço que é possível concluir que é precisa mais informação numa determinada área, ou que em relação a um outro tema ela já está suficientemente desenvolvida. O diário de campo é um instrumento decisivo para avançar na interpretação.

O trabalho de campo tem também uma dimensão afetiva que é importante. Está-se longe de casa e por vezes tem-se saudades. Um dia as coisas correm bem, outras mal. Há dificuldades que surgem e de que não se estava à espera. Vão-se construindo impressões sobre pessoas, ambientes, paisagens. Tudo isso faz parte do campo e o diário de campo é o lugar onde essa componente afetiva do campo pode ser gerida. O diário de campo tem sempre um lado de “diário no sentido estrito do termo” (Malinowski 1989 [1967]). Desabafos, saudades, dificuldades, impressões, estão lá e ele é um instrumento importante para gerir esse lado afetivo do campo.

Assim definido o diário de campo é central na pesquisa etnográfica. A sua escrita deve ser uma obrigação diária (como a designação “diário” sugere), sobretudo porque a informação que não está registada nos cadernos de campo corre o risco de se perder com a passagem do tempo. Mas também porque esse exercício de reflexão a que o diário de campo obriga deve também ser constante. Por vezes não é possível escrever diariamente, porque se passam tantas coisas que não há tempo para a escrita. Isso acontecia comigo nos dias de festa ou – em São Luís – nos dias em que tinham lugar toques de Tambor de Mina. Mas na primeira oportunidade, toda essa informação deve ser passada a escrito. A minha experiência indica que a escrita *a posteriori* – sobretudo se adiada por muito tempo – acabava por se revelar menos detalhada do que aquela que era produzida diariamente.

Também na minha experiência, o emprego de tempo no trabalho de campo distribuía-se rotineiramente do seguinte modo: um terço do tempo para a observação, um terço de tempos mortos e um terço para a escrita do diário

de campo. Mas em ocasiões mais densas de trabalho de campo metade do tempo era dedicado à observação e metade à escrita do diário de campo.

Inicialmente – nos anos 1980 – os meus diários de campo eram cadernos A4 com linhas e capa preta e escrevia o diário de campo à mão. Depois – a partir dos anos 2000 – comecei a usar computador tendo adoptado um formato de escrita que tenho mantido: Times New Roman, corpo 12, uma linha de intervalo, texto não justificado na margem direita. A opção que fiz foi por um *template* muito compacto mas que me permite uma percepção visualmente mais concentrada da informação. Cada entrada no diário de campo é precedida da data: dia da semana, dia do mês, mês e ano.

Antes da passagem para o computador, quando regressava do trabalho de campo, o diário de campo viajava sempre na bagagem de mão e nunca ia para a bagagem de porão. Perder o diário de campo equivaleria a perder todo o meu trabalho. Mais recentemente, com o mesmo objetivo, passei a recorrer à *dropbox*. Tanto num como noutro caso, tive sempre uma consciência aguda daquilo que pode ser designado como o “síndrome de Srinivas” (Srinivas ficou sem as suas notas de campo e foi a partir de um trabalho paciente de reconstituição material e mental que conseguiu escrever *The Remembered Village*).

Para além do seu valor como suporte central da pesquisa, o diário de campo ganha com o tempo um valor afetivo. É lá que ficou registada a experiência do trabalho de campo como experiência “total”. Ganha também uma dimensão de arquivo que em qualquer momento pode ser ativado e que é também de grande importância. Como a formalização final da pesquisa – em livros ou artigos – procede sempre a uma seleção dos dados, é no diário de campo que ficou registada a informação que acabou não sendo usada mas que em qualquer momento pode ser recuperada e à qual se pode voltar.

Numa linguagem de historiador pode-se dizer que uma das características do método etnográfico é a produção das suas próprias fontes. O diário de campo é o lugar onde se faz a produção escrita dessas fontes.

OUTROS REGISTOS ESCRITOS

Para além do diário de campo – e, antes dele, dos cadernos de campo – o etnógrafo pode recorrer, durante o seu trabalho de campo, a outros registos escritos. Na minha experiência, esses registos são de dois tipos: aquilo a que chamo “folhas de ideias”; e registos escritos de informação mais especializada ou, como lhes chama Roger Sanjek, “fieldnote records” (1990: 100).

Começo por estes últimos. Em Santa Maria (nos Açores) realizei um “levantamento de vizinhos”. Para organizar esses dados recorri a fichas próprias que continuam guardadas numa pequena caixa que, até à chegada dos computadores, eram usadas para esse efeito. Também em Santa Maria, para entender melhor o rendimento da linguagem do parentesco, fiz diagramas de parentesco dos organizadores das festas do Espírito Santo (localmente chamados de imperadores). Essa informação era depois passada a limpo em folhas próprias, a partir das quais foram elaborados os diagramas de parentesco posteriormente publicados em livro (Leal 1994: 90-97). Já em São Luís, uma das minhas preocupações era o registo das doutrinas cantadas no decurso dos toques do Tambor de Mina. Também aí optei por um registo independente dessas doutrinas – neste caso em ficheiro *word* – tanto mais que era a partir desses registos que podia voltar aos terreiros, corrigir informação e pedir às pessoas que me falassem sobre as diferentes entidades espirituais associadas a cada doutrina. Toda esta informação poderia ter sido registada no diário de campo, mas era mais prático constituir registos autónomos.

A par destes registos escritos “especializados”, recorro também a “folhas de ideias”. Como sugeri anteriormente, um dos aspectos importantes do diário de campo é o modo como ele permite ir revendo propostas analíticas ou esboçando novas hipóteses. Isso passa geralmente por um trabalho incremental, assente na exploração de ideias que não estão ainda necessariamente sedimentadas. Mas há momentos em que as coisas parecem ficar mais sólidas. Olha-se para trás numa perspetiva abrangente e faz-se um balanço dos ganhos. Ou então olha-se para a frente e definem-se prioridades. Ou olha-se as coisas e percebe-se quais são as zonas de penumbra e incer-

teza. Disso nascem aquilo que eu chamo “folhas de ideias”: uma espécie de relatórios intermédios de pesquisa que ajudam a arrumar a pesquisa. Essas “folhas de ideias” não obedecem a um calendário pré-definido. Há ocasiões em que se sente a necessidade de sistematizar ideias e então deve-se perder (ou ganhar) o tempo que for necessário.

Para estas “folhas de ideias” – diferentemente do caderno de campo e do diário de campo – não uso um suporte escrito definido. Se escrevo à mão, geralmente recorro a folhas A4 soltas, mas tanto podem ser folhas brancas como com linhas. Mas também posso recorrer a ficheiros *word*. Estas “folhas de ideias” organizam-se de qualquer forma de acordo com uma lógica de acumulação que origina geralmente um dossiê próprio. No regresso do trabalho de campo, esses dossiês – organizados em capas – fazem também parte da bagagem de mão.

E DEPOIS DO CAMPO?

Cadernos de campo, diário de campo, registos mais especializados de informação, “folhas de ideias”: todos estes materiais escritos elaborados no decurso do campo têm destinos diferenciados. Geralmente os cadernos de campo, pese embora o seu valor afetivo, são arquivo morto, uma vez que a informação foi passada a limpo no diário de campo. Mas por vezes – em caso de dúvidas – pode-se voltar a eles.

Quanto aos restantes registos escritos da informação etnográfica eles são fundamentais para o trabalho de reflexão e publicação – de livros e artigos – que se segue a uma pesquisa de campo. Isso é particularmente verdade para o diário de campo. É a partir da etnografia que lá está que a reflexão e as publicações vão nascer. Mas isso não acontece de forma casuística.

Antes do mais – antes de começar a escrever – é necessário fazer uma leitura contínua dos diários de campo. Esta tem dois objetivos. O primeiro é a elaboração de um índice do diário de campo, organizado por entradas. Anteriormente fazia esses índices à mão, mas hoje faço-os em ficheiros

word. De uma ou de outra forma, eles são fundamentais para a sistematização da etnografia. Permitem também que na fase de redação seja possível encontrar com maior rapidez aquilo que se quer. O segundo objectivo da leitura contínua do diário de campo é ganhar uma visão de conjunto que permita definir melhor as grandes linhas analíticas que vão ser exploradas. Isto é: sendo decisivo no trabalho de campo, o diário de campo continua a ser decisivo na fase de escrita dos resultados. O mesmo sucede com os registos mais especializados de informação e com as “folhas de ideias”. Estas últimas fornecem frequentemente o ponto de partida para a elaboração dos sucessivos “sumários desenvolvidos” do que se vai em seguida escrever.

CONCLUSÃO

Se me perguntarem qual é o resultado mais importante da pesquisa – aquilo que se publica ou o diário de campo – eu tenderia a responder que, a curto prazo, talvez seja o que se publica, mas que a longo prazo talvez seja o diário de campo. As razões são várias e não têm necessariamente a ver com a curiosidade dos estudantes de antropologia (e também dos antropólogos mais crescidos) por registos menos públicos e mais privados do trabalho dos antropólogos. Por um lado – como referi antes – é no diário de campo que está o registo mais completo daquilo que o etnógrafo fez enquanto fez trabalho de campo. Por exemplo, em São Luís, o diário de campo que escrevi tem 200 páginas e cerca de 130.000 palavras. Se considerar que a parte do livro que eu estou a escrever sobre as festas do Divino em São Luís terá quatro capítulos com uma média de 10.000 palavras cada – o que perfaz 40.000 palavras – e mesmo que considere que posso ainda escrever três ou quatro artigos sobre o tema – cada um com 8.000 palavras – fica à vista a diferença. No diário de campo está muito mais informação. Mas sobretudo essa muito “mais informação” está acompanhada de mais pessoas e de mais emoções. É também no diário de campo que está um registo menos coerente, mais fragmentário, por vezes contraditório, das coisas. Mas a realidade é assim mesmo e as publicações são sempre uma tentativa de dar algum tipo de ordem – mesmo que essa ordem possa ser pós-moderna – a coisas que na realidade não são assim tão ordenadas. Nesse sentido o diário de campo

é um registo muito mais próximo das pessoas e das coisas tal como elas são do que das pessoas e das coisas tal como elas aparecem nos livros ou em artigos. Como escreveu James Clifford, numa referência ao artigo clássico do antropólogo norte-americano George Dorsey intitulado “Two Crows Denies It”, nos artigos e livros “Two Crows is seldom heard denying things, as he more often does in contradictory, heterophonic fieldnotes” (Clifford 1990: 59). Ou, como afirmou Simon Ottenberg, “the fieldnotes represent disorder and irregularity, in contrast to the publications growing from them” (Ottenberg 1990: 147). Por fim no diário de campo está ainda um registo mais sincero do que é a antropologia, que mostra como se chegou às coisas, com que dificuldades e facilidades, como é que certas ideias foram abandonadas e outras nasceram. Essa sinceridade – quando confrontada com os resultados publicados da pesquisa – pode eventualmente ser comprometedora, como mostra por exemplo o confronto entre a monografia de Margaret Mead *Sex and Temperament in Three Primitive Societies* (1935) e as suas *Letters from the Field* (1977). Confrontando os diários de campo com as publicações que são feitas a partir dele, percebem-se eventuais inconsistências, contradições, sobre-interpretações, o modo como por vezes alguma informação foi torcida, o modo como outra foi ignorada. Mas nesse confronto, a razão está tendencialmente do lado do diário de campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLIFFORD, James (1990), "Notes on (Field)notes" in Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*, Ithaca, Cornell University Press: 47-70.

LEAL, João (1994), *As Festas do Espírito Santo nos Açores, Um Estudo de Antropologia Social*, Lisboa, Dom Quixote.

LEAL, João (2011), *Azorean Identity in Brazil and the United States: Arguments about History, Culture and Transnational Connections*, Dartmouth MA, Tagus Press at University of Massachusetts (Dartmouth).

LEAL, João (2014a), "What's (not) in a Parade? Nationhood, Ethnicity and Regionalism in a Diasporic Context", *Nations and Nationalism* 20 (2): 200-217.

LEAL, João (2014b), "A Festa Maior dos Terreiros: Divino e Mina em São Luís (Maranhão)", *Pós Ciências Sociais* 21: 105-125.

MALINOWSKI, Bronislaw, 1983 (1922), *The Argonauts of the Western Pacific*, London, Routledge.

MALINOWSKI, Bronislaw, 1989 (1967), *A Diary in the Strict Sense of the Term*, Stanford, Stanford University Press.

MEAD, Margaret (1935), *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, New York, William Morrow and Company.

MEAD, Margaret (1977), *Letters from the Field 1925-1975*, New York, Harper and Row.

OTTENBERG, Simon (1990), "Thirty Years of Fieldnotes: Changing Relationships to the Text" in Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*, Ithaca, Cornell University Press: 139-160.

SANJEK, Roger (1990), "A Vocabulary for Fieldnotes" in Roger Sanjek (ed.), *Fieldnotes. The Makings of Anthropology*, Ithaca, Cornell University Press: 92-121.

NOTA BIOGRÁFICA

João Leal

Professor no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA) e investigador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (UNL). É autor dos livros *As Festas do Espírito Santo nos Açores. Um Estudo de Antropologia Social* (1994) e *Azorean Identity in Brazil and the United States: Arguments about History, Culture and Transnational Connections* (2011). Pesquisa atualmente sobre festas do Espírito Santo na América do Norte e no Brasil.

**A VIDA NÃO É PARA ARQUIVAR:
SOBRE O QUE SE GUARDA E O
QUE SE DEITA FORA.**

Filomena Silvano



Caderno de Campo: Macau, Janeiro de 2010, Rodagens com João Pedro Rodrigues e João Rui Guerra da Mata.

J'ai jeté, et j'ai regretté. On regrette toujours d'avoir jeté à un certain moment de la vie. Mais si on ne jette pas, si on ne se sépare pas, si on veut garder le temps, on peut passer sa vie à ranger, à archiver la vie.

Marguerite Duras, *La vie Matérielle*

Se arquivamos demasiado a vida acabamos por ter dificuldade em continuar a vivê-la, mas se a deitamos demasiado fora fica-nos a faltar o passado. É por isso que é tão difícil decidir acerca do que se guarda e do que se deita fora.

Iniciei assim um texto que escrevi em 2012 para integrar o catálogo da exposição retrospectiva da obra do designer Fernando Brízio. Provavelmente estava também a pensar em mim (no fundo é o que fazemos sempre que nos relacionamos com uma obra: fazê-mo-la ressoar em nós). Eu deito muita coisa fora e tenho a percepção de que quando guardo algum objecto o faço porque estou a guardar a minha vida. O critério que determina o acto de guardar é por isso pessoal. Não guardo as coisas de forma sistemática e não concebo nada do que guardo como sendo documentos “etnográficos” que um dia integrarão um qualquer arquivo público. São registos de uma relação pessoal com o mundo (os meus cadernos de campo, desde que nasceu a minha filha, têm sempre fotografias da família).

Na realidade, penso que me sinto mais próxima, no que diz respeito aos modos de fazer, das práticas ditas “artísticas” (ou artesanais, se seguirmos a distinção proposta por Tim Ingold (2011)) do que das práticas ditas “científicas”. Para mim, “investigar” é uma forma de estar com/no mundo que integra relações interpessoais baseadas em sentimentos e emoções. Não é uma recolha asséptica de uma informação que será guardada num laboratório para a posteridade; é uma experiência tão perene e íntima como a nossa vida. Por isso, “estar no terreno” só faz sentido se for feito com pessoas de

quem se gosta. E quando digo isto penso tanto nas pessoas que integram a realidade que estudamos, como, e talvez sobretudo, naquelas que integram as equipas de trabalho. Quando comecei a preparar a comunicação para o ciclo de encontros que deu origem à feitura deste pequeno texto, revi, de memória, o meu percurso: desde as primeiras idas, nos anos 1980 e ainda como estudante, a Trás-os-Montes com Rosa Perez, Luís Pavão, Hermínio Monteiro (que recordo com saudade) e José Manuel Costa, seguidas de uma estadia mais prolongada com Paula Zacarias para realizar a nossa tese de licenciatura, passando logo depois por um longo (cerca de dez anos) projeto, que decorreu entre Portugal e a Suíça, em que trabalhei com Pierre Pellegrino, Jean Remy e João Neves, ao qual se seguiram, em paralelo, as rodagens de filmes em França, Portugal e China, com João Pedro Rodrigues e João Rui Guerra da Mata, e os projetos, no Brasil e no Canadá, com Marta Rosales e Sónia Ferreira, até à última estadia na Ilha do Pico, em 2012, com João Leal. Dei-me conta de que recordo, sempre em simultâneo, os assuntos que me interessavam, a maneira como os abordava conceptualmente e os momentos passados a trabalhar com pessoas de que gosto. Para mim o “trabalho” é, no que importa, uma forma que escolhemos de nos relacionarmos com o mundo e com as pessoas. Do ponto de vista do fazer, não consigo separar os produtos finais – os textos – do processo de feitura dos mesmos. Mas se é verdade que os textos resultam de um processo em que as dimensões emocionais e afectivas são relevantes, também é verdade que essas dimensões não são públicas, e portanto as suas materializações não têm necessariamente que ser arquivadas. Cabe aos autores decidir acerca das formas de publicitação dessas dimensões que, sabemos todos, são inerentes ao trabalho do antropólogo.

Até ao convite para participar no ciclo “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos”, a questão do “arquivo”, que começou a ocupar o espaço público da antropologia nas últimas duas décadas e que agora parece estar a tornar-se central, nunca se me tinha colocado como uma questão que me pudesse dizer respeito. Quando mudei de casa, há mais de dez anos, deitei fora tudo o que me restava da escrita da tese de doutoramento e do livro que foi publicado logo após a sua discussão. Os ficheiros do projeto de investigação em que a mesma se integrou encon-

tram-se arquivados na Universidade de Genebra, pelo que considerei que todo o material – recortes das entrevistas, notas bibliográficas, tabelas resultantes de cálculos numéricos, desenhos das configurações espaciais... – correspondente ao tratamento específico que fiz dos mesmos já não tinha razão de existir. Hoje até posso achar que exagerei (já me aconteceu querer dar uma aula sobre análise de entrevistas e não tinha nenhum exemplar para mostrar), mas foi assim que aconteceu e isso é irreversível. Na altura, considerei que nada daquilo era importante para arquivar a minha vida e a questão do eventual interesse público daqueles materiais nem sequer se me colocou. Isto porque as únicas coisas que concebo – no acto mesmo de as fazer – como objetos públicos, e portanto arquiváveis, são os textos, porque eles são uma objetificação da minha relação com o mundo que foi construída para ser partilhada. Num certo sentido, uma vez publicados concebo-os como coisas que têm uma vida própria (uma agência, mais à maneira de Latour – libertos da intencionalidade de quem os fez – do que de Gell). O meu livro *Territórios da Identidade* foi usado por um partido político de direita para argumentar acerca da legitimidade da constituição do concelho de Vizela e, na altura, eu não me senti implicada no assunto. O livro fez o seu próprio caminho. Talvez por ter escrito também para jornais, concebo os textos como qualquer coisa que se dispersa na volubilidade do mundo (essa volubilidade já nem é, aliás, hoje real, visto que os textos estão todos arquivados em repositórios diversos; devíamos talvez preocuparmo-nos mais com o direito ao esquecimento do que com o direito ao arquivo).

Mas já que a questão se põe, é bom saber o que pode afinal ser arquivável. Esta interrogação implica primeiro perceber qual é a natureza das coisas que estão em causa e, depois, qual é a condição dessas coisas, no interior do seu ciclo de vida social, no momento em que a hipótese de serem arquivadas se coloca. Mantendo-me centrada no meu percurso – que encerra práticas de trabalho muito diferentes – diria que, à partida, é a própria natureza das coisas que as separa. Há materiais cuja natureza os vocaciona para o arquivo. São aqueles que são apresentados nos relatórios de avaliação dos projetos e que ficam algures nos arquivos das agências ligadas à investigação. Incluem, basicamente, entrevistas (gravadas e dactilografadas), cálculos numéricos, fichas analíticas, fotografias e filmes. Estes materiais ficam automatica-

mente arquivados, com graus de maior ou menor acessibilidade, conforme os assuntos e as pessoas implicadas (os protocolos de investigação deveriam definir, para cada caso concreto, tudo isso, mas na realidade não o fazem). Mas há outros materiais cuja vocação poderá não ser necessariamente o arquivo público, e é sobre esses que, a meu ver, vale a pena pensar. São todos os materiais que antecedem os textos, que vão sendo criados ao longo do trabalho e que têm as marcas «do fazer» dos seus autores (são esses os que se encontram entrecruzados de forma indissociável com a vida de quem os produziu). Dão acesso aos «modos de fazer» e conseqüentemente a um entendimento de segundo grau dos textos que foram tornados públicos.

No caso da antropologia, falamos basicamente dos diários de campo e dos cadernos de notas. A polémica que envolveu a publicação do diário de Malinowski, que hoje podemos considerar absurda e com contornos escandalosamente moralistas, revela que o acesso aos modos de fazer de uma obra já terminada pode obrigar a refazer a percepção que se tinha da mesma. Ao ler o diário de Malinowski passamos a ter acesso àquilo que foi por ele deliberadamente ocultado do público acadêmico: as reflexões pessoais que dão conta da densidade humana da experiência do homem que realizou aquela que ficou para a história como sendo a primeira grande estadia no terreno de um antropólogo europeu. Essa ocultação foi absolutamente legítima, mas sabemos hoje que in-visibilizou o “modo de fazer” da obra. O acesso aos cadernos de campo de Lévi-Strauss não produziu o mesmo efeito – visto que em *Tristes Trópicos*, que abre com a célebre declaração “Je hais les voyages et les explorateurs”, o autor já tinha feito um exercício de reflexão que integrou a experiência e as emoções – mas revelou, por exemplo, o uso do desenho como ferramenta de observação, uma dimensão do modo de fazer de Lévi-Strauss que era pouco conhecida e que é hoje valorizada.

Mas para pensar esta questão talvez seja melhor referir o caso, mais complexo e revelador, da obra de Walter Benjamin. Uma obra maior, tragicamente interrompida, envolta em mistério e em fascínio, e que, numa parte considerável, foi recomposta a partir de materiais dispersos. O que me interessa aqui não são os textos acabados e editados em vida do autor, mas aqueles que foram editados posteriormente, no seguimento de um trabalho

de reconstrução feito a partir de “materiais de arquivo”. Mais concretamente, *Das Passagen-Werk*, editado por Rolf Tiedemann em 1982 e posteriormente traduzido para outras línguas, e *Charles Baudelaire, un poeta lirico nell'età del capitalismo avanzato*, editado por Giorgio Agamben, Barbara Chitussi e Clemens-Carl Harle em 2015. Esta segunda edição resultou de um longo trabalho de reconstrução que incluiu novos documentos, encontrados por Agamben em 1981 na Biblioteca Nacional de Paris, e repensou tudo aquilo que havia sido estabelecido anteriormente – no seguimento da leitura de Adorno – sobre o carácter fragmentado e aberto da obra que Walter Benjamin não chegou a escrever. Numa conferência dada em 2013, a propósito desse mesmo livro, que na altura ainda não estava publicado, Agamben afirmava que *Das Passagen-Werk* (“Passagens”, na tradução brasileira) não é mais do que um arquivo. À letra, um *work in progress*. O trabalho de Agamben foi o de encontrar nos materiais existentes aquela que seria a “maneira de fazer” de Benjamin (e assim aproximar-se, da única forma possível, da obra que nunca chegou a existir). A questão colocada por Agamben é exactamente aquela a que os arquivos pessoais podem responder: a dos modos de fazer. Segundo ele, os materiais de arquivo conhecidos encontravam-se na fase da *disposição*, uma fase que segundo a retórica clássica fica entre a *inventio* e a *locutio* e que corresponde à distribuição, dentro de uma ordem, das coisas encontradas. Na mesma conferência, Agamben diz que nessa fase há uma vida dos materiais que está, por assim dizer, em movimento em direção à sua forma. Os cadernos de notas dão-nos acesso a esse dispositivo, onde os materiais são postos em relação antes da obra tomar forma. Pelas suas características, os escritos de Benjamin permitem colocar questões que são centrais para o entendimento de qualquer trabalho conceptual: quais são as relações, os cruzamentos, as ideias que um pensamento encerra antes de a obra ser dada por acabada – ou, na formulação de Giacometti, antes de ser abandonada pelo seu autor (porque ela depois continua a ter uma vida). Essas questões são hoje de grande importância, eu diria que têm mesmo uma importância vital, porque as formatações exigidas pelas revistas impostas pelo mercado académico estão em vias de destruir o acesso a uma parte do que realmente importa (e que no essencial se constrói nesse tempo anterior à finalização do texto). É talvez nos cadernos de campo, nas notas de leitura, nos materiais que antecedem os textos que encontramos

os percursos não lineares do pensamento, os caminhos que foram iniciados e depois abandonados, as contradições irresolúveis, as boas ideias que não foram seguidas... Muito daquilo que um autor ensaísta ainda torna público, mas que a academia hegemónica dificilmente aceita como sendo legítimo.

No caso das obras maiores, mesmo daquelas que foram finalizadas, os cadernos de trabalho são preciosos porque nos dão acesso à complexidade do processo de feitura das mesmas. A esse propósito, e tendo por referência Walter Benjamin e Le Corbusier, Michael Taussig (2011) fala de um duplo processo da fetichização (“fetish of the fetish”) dos cadernos de campo. O primeiro refere-se aos próprios autores dos cadernos e o segundo aos seus seguidores (“it is like being privy to the secrets of an alchemist’s laboratory, enlivened by their all too human foibles” (idem: 108)).

O assunto não diz portanto respeito apenas aos antropólogos, mas a todos os criadores e a sua resolução tem diferentes possibilidades. Há casos em que os próprios autores, normalmente num momento tardio das suas vidas, retomam esses materiais para produzir textos de auto-reflexão, há casos em que os autores organizam os materiais a pensar na sua publicitação póstuma, há casos em que não se preocupam com a questão, deixando aos outros o poder de decidir, e há casos em que destroem tudo aquilo que não querem que venha a ser arquivado. Depende da relação pessoal que cada um tem com o seu trabalho e com a sua vida. Mas a questão do interesse público dos materiais não publicados, e consequentemente do seu arquivo, é independente da atitude que possa ter tido o seu autor. No meu entender, esse interesse depende exclusivamente da importância da obra. Quando ela é maior, esses materiais dão-nos a impressão de aceder à alquimia do fazer. Nos outros casos, os do comum dos mortais (mesmo que este seja um antropólogo), dão acesso exactamente à mesma coisa, às maneiras de fazer, mas nelas não há provavelmente nada de alquímico que possa fazer mover a vida intelectual de pessoas estranhas à vida do seu autor. Por isso, o lugar desses materiais será talvez os arquivos privados das pessoas cujas vidas estão neles presentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INGOLD, Tim (2011), *Being Alive*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

TAUSSIG, Michael (2011), *I swear i saw this – Drawings in fieldwork notebooks, namely my own*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

NOTA BIOGRÁFICA

Filomena Silvano

Antropóloga, é Professora Associada no Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-NOVA) e investigadora integrada no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (UNL). No seu trabalho relaciona as questões das identidades colectivas e individuais com o estudo do espaço, do habitat, da cultura material e da cultura expressiva. Integrou várias equipas de investigação e colaborou com o cineasta João Pedro Rodrigues em quatro documentários. É autora dos livros *Territórios da Identidade*, *Antropologia do Espaço* e *De casa em casa: sobre um encontro entre etnografia e cinema*.

**APPENZELL OU A DESTRUIÇÃO
DOS ARQUIVOS**

Nélia Dias

ALUNO DE B. MALINOWSKI, MARCEL APPENZZELL partiu em 1932 para Sumatra com o propósito de estudar os Anadalams. Dado como desaparecido durante quase seis anos, Appenzzell regressa misteriosamente à Europa e, graças a M. Mauss, é convidado a proferir uma conferência no Institut d’Ethnologie em Paris. Dessa longa estadia de quase 71 meses, Appenzzell não trouxe consigo nenhuma prova tangível – sob forma de objectos, fotografias, documentos e notas – da sua permanência no terreno. O jovem etnólogo recusava falar sobre a sua experiência de terreno, com o pretexto de preservar, para o dia da conferência, a integridade das suas recordações, impressões e análises. Nas vésperas da conferência, Appenzzell queimou os raros escritos, entre os quais o esboço da palestra, e desapareceu, tendo provavelmente regressado a Sumatra. Um pequeníssimo caderno contendo algumas notas sobreviveu às chamas e com base nesse caderno e na escassa correspondência enviada aos familiares e a Malinowski, os estudantes do Institut d’Ethnologie puderam, em parte, reconstituir o mistério da longa e secreta estadia de Appenzzell em Sumatra.

Apenas um escritor como Georges Pérec poderia inventar um personagem misterioso como Appenzzell, posto em cena no livro *La Vie mode d'emploi* (1978). Não é certamente por acaso que Appenzzell regressa do terreno deliberadamente sem notas; também não é insignificante que tenha destruído qualquer traça escrita da sua experiência de terreno, excepção feita do minúsculo caderno de notas. Regressar do terreno sem notas, documentos, registos textuais e/ou visuais, em suma sem arquivos, parece entrar em contradição com os ‘bons princípios’ da prática antropológica.

Paradoxalmente, não é tanto a prática de tomar notas e guardar dados que caracteriza a antropologia à semelhança de outras “sciences of the archive”, para utilizar a terminologia da historiadora da ciência, Lorraine Daston. Segundo a autora, “What distinguishes the sciences of the archive from other sciences is not just a historical dimension of the phenomena they

study not even the practice of taking, making, and keeping data.” (2012: 161). Pelo contrário, o que caracteriza as ciências do arquivo são as práticas de colecta e de preservação, práticas que são eminentemente colectivas e que visam uma comunidade de futuros investigadores. Como escreve Daston: “One historical pre-condition for such archival practices is the sense of a community of inquirers – that extends into the future as well as the past.” (2012: 162) Neste sentido, os antropólogos criam arquivos, *data* para os seus colegas mas sobretudo para os seus colegas do futuro, ou para aquilo que Daston designa como uma “comunidade imaginada de descendentes disciplinares”. Por um lado, é para esta comunidade imaginada de futuros antropólogos (comunidade que transcende o tempo) que os materiais são preservados; por outro lado, esses mesmos materiais são considerados preciosos (para aqueles que os conservam) devido à sua singularidade.

Consciente do carácter transitório do saber, Appenzzell destrói todos os registos da sua pesquisa para não deixar nenhum arquivo aos futuros antropólogos. O único registo existente é o título da sua conferência, *Les Anadamlams de Sumatra. Approches préliminaires*, que nunca chegou a ser proferida. A destruição dos arquivos é, no caso de Appenzzell, concomitante do seu destino trágico.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

DASTON, Lorraine (2012), “The Sciences of the Archive”, *Osiris*, 27(1): 156-87.

NOTA BIOGRÁFICA

Nélia Dias

Professora associada com agregação no Departamento de Antropologia (ISCTE-IUL) e investigadora integrada no CRIA ISCTE-IUL). Os seus âmbitos de pesquisa centram-se na Museologia, História da Ciência e Epistemologia e História da Antropologia. Recentemente co-editou dois livros, *Endangerment, Biodiversity and Culture* (Routledge, 2016) e *Collecting, Ordering, Governing: Anthropology, Museums and Liberal Government* (Duke University Press, 2017).

OS ARQUIVOS DOS ANTROPÓLOGOS

Este livro coloca em debate as formas como os antropólogos arquivam os dados recolhidos durante o trabalho de campo. Ao realizar etnografia, os antropólogos registam em diversos suportes o material empírico para as suas interpretações. Em Portugal, a discussão sobre a salvaguarda destes materiais passou recentemente pelo ciclo de debates “Fins de Tarde com a Antropologia. Conversas sobre Arquivos Etnográficos” coordenado por Sónia Vespeira de Almeida e Rita Ávila Cachado. Os resultados desta iniciativa vêm agora a sua publicação em livro, com 16 contributos que retratam múltiplas formas de olhar para estes arquivos, numa partilha singular no contexto português.



Apoio:



UID/ANT/04038/2013

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

